

M672c
1993

T

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

**COMEÇAR DE NOVO:
UM ESTUDO COMPARATIVO
DO DESCASAMENTO
E RECASAMENTO**

Paula Miranda-Ribeiro

Orientador: Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto

U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



000051299410

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

10400
OK 2000
2003
2006

**Dissertação de Mestrado
submetida ao Departamento de Demografia**

Belo Horizonte, 05 de agosto de 1993

**FAVOR NÃO FAZER ANOTAÇÕES OU GRIFOS
A TINTA OU A LÁPIS NESTA PUBLICAÇÃO**

Para João e sua gaiivota

Para todos aqueles que, como eu, passaram
pela experiência de se casar, ousaram se
descasar e tiveram a coragem de começar
de novo...

*E então o homem deixará pai e mãe para se unir à mulher,
e serão os dois uma só carne.*

Carta de São Paulo aos Efésios

*Aos casados ordeno, e não eu, mas o Senhor:
que a mulher não se separe do seu marido.
Quando acontecer um caso de separação,
que ela fique sem casar,
ou que faça as pazes com o marido.
E o marido não se divorcie de sua esposa.*

Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios

*Jesus respondeu-lhes:
todo aquele que se divorciar da própria mulher
e se casar com outra,
comete adultério em relação à primeira.
E se a mulher se divorciar do marido e se casar com outro,
ela comete adultério.*

São Marcos

*O casamento não se compõe apenas
de uma comunhão espiritual e de abraços apaixonados;
compõe-se também de três refeições por dia,
lavar a louça e lembrar-se de pôr o lixo para fora.*

Dra. Joyce Brothers

*Divorciar-se apenas porque você já não ama o seu marido
é quase tão idiota
quanto ter-se casado com ele apenas porque o amava.*

Zsa Zsa Gabor

*Quando vejo que vou me interessar por uma pessoa,
já começo a imaginá-la palitando os dentes,
enfiando o dedo no nariz e até coisas piores,
que é para tirá-la logo da cabeça.*

Clodovil

*Ainda estou para ouvir um homem pedir conselhos
sobre como combinar o casamento e a carreira.*

Gloria Steinem

*Nunca me casei porque nunca precisei.
Tenho três bichinhos em casa que, juntos, perfazem um marido:
um cachorro que rosna de manhã,
um papagaio que fala palavrões o dia todo
e um gato que volta de madrugada para casa.*

Maria Corelli

(Do livro "O Amor de Mau Humor", de Ruy Castro)

ÍNDICE

	Prefácio e Agradecimentos	viii
I.	Introdução	01
II.	Casamento, Descasamento e Recasamento: Aspectos Legais	09
III.	Casamento, Descasamento e Recasamento no Brasil	12
	III.1 Casamento, Descasamento e Recasamento no Brasil de Antigamente	15
	III.2 Casamento, Descasamento e Recasamento a partir de 1940.....	18
IV.	Teoria Econômica Aplicada ao Casamento	26
V.	Fontes	34
VI.	Descasamento	40
	VI.1 Descrição das Variáveis	40
	VI.2 Resultados Sugeridos pela Teoria Econômica.....	50
	VI.3 Hipóteses	56
	VI.4 Métodos	57
	VI.5 Análise dos Resultados	62
	VI.5.1 Estimador de Kaplan-Meier	62
	VI.5.2 Modelo Semi-Paramétrico de Cox	78
VII.	Recasamento	101
	VII.1 Descrição das Variáveis	101
	VII.2 Resultados Sugeridos pela Teoria Econômica.....	108
	VII.3 Hipóteses	111

VII.4 Métodos	112
VII.5 Análise dos Resultados	113
VII.5.1 Modelo Semi-Paramétrico de Cox	113
VIII. Considerações Finais	127
Apêndice I	134
Apêndice II	137
XI. Referências Bibliográficas	140

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: População Total de 15 Anos e Mais por Status Marital, Brasil	13
Gráfico 2: Função de Sobrevivência Feminina segundo a Coorte de Nascimento	65
Gráfico 3: Taxa de Descasamento Feminina segundo a Coorte de Nascimento	66
Gráfico 4: Função de Sobrevivência Feminina segundo o Local de Residência da Mulher	69
Gráfico 5: Função de Sobrevivência Feminina segundo o Tipo de União	70
Gráfico 6: Função de Sobrevivência Feminina segundo a Diferença de Idade Marido-Mulher	73
Gráfico 7: Função de Sobrevivência Feminina segundo a Idade ao Casar da Mulher	75
Gráfico 8: Função de Sobrevivência Feminina segundo a Condição de Legitimidade do Primeiro Filho	77

Quadro 1: Distribuição da População Total de 15 Anos e Mais por Status Marital - Brasil	12
Quadro 2: SMAM Feminina e Proporção de Celibatárias até 40-44 Anos Brasil	19
Quadro 3: Parâmetros do Modelo de Nupcialidade de Coale, São Paulo, Rio Grande do Norte e Brasil	20
Quadro 3A: SMAM Feminina, Brasil	21
Quadro 4: Descrição da Base de Dados para o Estudo do Descasamento, Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste - 1984	35
Quadro 5: Descrição da Base de Dados para o Estudo do Recasamento, Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste - 1984	36
Quadro 6: Distribuição das Mulheres de 15 a 54 Anos por Status Marital e Idade - Modelo DESCASA - Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste - 1984	37
Quadro 7: Distribuição das Mulheres de 15 a 54 Anos por Status Marital e Idade - Modelo RECASA - Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste - 1984	38
Quadro 8: Distribuição de Frequências - Modelo 1 - DESCASA - Mulheres de 15 a 54 anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste - 1984	44
Quadro 9: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo Amostra - DESCASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	79
Quadro 10: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 1.1 - ROMPIMENTO - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	89
Quadro 11: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 1.2 - ROMPIMENTO - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	91

Quadro 12: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 1.3 - ROMPIMENTO - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	94
Quadro 13: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 1.4 - ROMPIMENTO - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	96
Quadro 14: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 1.5 - ROMPIMENTO - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	99
Quadro 15: Distribuição de Frequências - Modelo 1 - RECASA - Mulheres de 15 a 54 anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste - 1984	105
Quadro 16: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo Básico - RECASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	114
Quadro 17: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 2.1 - RECASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	117
Quadro 18: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 2.2 - RECASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	118
Quadro 19: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 2.3 - RECASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	119
Quadro 20: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 2.4 - RECASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	122
Quadro 21: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo 2.5 - RECASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	124
Quadro A: Razão de Riscos e Valores de t - Modelo Amostra Rompimento - RECASA - Mulheres de 15 a 54 Anos, Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste	134

PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS

A motivação para o estudo do descasamento e recasamento começou no primeiro semestre de 1992 com o curso de Demografia Econômica I, que tratava da parte micro da demografia econômica. O professor da cadeira era Eduardo Rios-Neto que, com o seu jeito engraçado e espontâneo de dar aula, consegue motivar os alunos a trabalhar em temas a princípio tão esquisitos e, ao mesmo tempo, tão atuais quanto este.

Quando decidi estudar mais a fundo este assunto, ainda casada, eu ouvia risos e comentários quase que debochados (no bom sentido) de muitos colegas. Eles duvidavam -- e com certeza ainda duvidam -- que este tema, apesar de divertido, pode ser tratado de maneira séria e, quem diria, até científica. Filho segura casamento? Homem gosta mesmo de mulher mais nova? Casar de papel passado torna a união mais estável? Casar grávida ou muito cedo aumenta o risco de separação? Mulher com filho consegue arranjar outro marido? Quem se casa de novo com mais facilidade: as separadas ou as viúvas? Quem se separa mais: mulheres com maior ou menor escolaridade? E quem se recasa mais? As mulheres mais novas estão se separando mais? O local de residência tem alguma influência nisto tudo? Apesar de ser senso comum e assunto de matérias jornalísticas em revistas femininas, é possível utilizar teoria, entre elas a teoria econômica, para tentar explicar parte das motivações para este tipo de tomada de decisão. Mesmo que todo mundo se considere meio especialista no assunto.

Talvez as pessoas façam graça a respeito do tema porque sabem que, no fundo, esta questão está intimamente ligada à vida de cada um de nós. Quem é que nunca rompeu uma relação? Quem nunca pesou prós e contras na hora de decidir se continuava ou terminava tudo? Quem nunca deixou o sentimento de lado e tentou tomar uma decisão racional? Quem nunca teve que levantar a cabeça, respirar fundo e começar de novo? Se você é um dos que nunca experimentaram nada disto, então nem vale a pena continuar a leitura desta dissertação, pois corre o risco de achar tudo uma bobagem. Mas se você já amou de verdade, então vai entender exatamente o que eu estou querendo dizer nas próximas páginas.

Esta dissertação tem um sentido muito especial para mim. Em primeiro lugar, é um pouco aquela estória de que "a primeira tese da gente a gente nunca esquece". Além disso, posso dizer que, hoje, conheço este tema não só na teoria mas também na prática, já que estou descasada. Será que a vida imita a arte ou a arte imita a vida? Por fim, esta dissertação representa um rito de passagem, o fim de uma etapa importante na minha formação e uma espécie de "passaporte" para o início da próxima -- meu curso de doutorado na University of Texas at Austin.

Embora atualmente ligada à minha vida pessoal, esta dissertação não é um estudo de caso. Ela se baseia na experiência de mulheres entrevistadas por pesquisa do IBGE. Quanto ao título, o "começar de novo" não necessariamente envolve o recasamento pois, na minha concepção, o descasar em si já implica em recomeço. Quem já passou por isto certamente vai me dar razão.

Não se faz uma dissertação sozinho. No meu caso, muitas pessoas

contribuíram de maneira essencial para que ela fosse tomando forma e, ao se tornar um todo, fosse muito mais que a soma das partes. A todos vocês, o meu mais emocionado "muito obrigada".

Obrigada Coorte 91 por tudo aquilo que vivemos, por tudo o que aprendemos juntos, pelos sonhos que compartilhamos, pelas brigas e discussões eventuais, pela descontração nos momentos de alegria, pela solidariedade e união nos momentos de desespero, pelo incentivo nos momentos de desânimo, pelo ombro amigo nos momentos de tristeza, por cada um ser exatamente do jeito que é.

Obrigada Marcia pela grande amizade -- a primeira que fiz nesta turma -- e pela enorme ajuda nas horas difíceis. Valeu, amiga!

Obrigada Virgínia por tudo o que você fez e ainda tem feito ao longo destes dois anos e meio de convivência. Sei que formamos uma dupla da pesada, mas só nós duas sabemos que temos outras coisas em comum além da irreverência, do bom humor e do fato de encararmos a vida como uma grande festa.

Obrigada Carlão pela sua amizade, pelas lágrimas, sonhos, brigas e pelo bauzinho que compartilhamos.

Obrigada Marília por dividirmos tantos sentimentos, emoções, dúvidas e certezas.

Obrigada Camilo e Irineu pelas boas gargalhadas que demos juntos e pela certeza de que um dia, apesar de tudo, a gente chegaria lá.

Obrigada Cibele por me mostrar, sempre com paciência, boa vontade e didática, que a estatística pode ser compreensível até mesmo pela turma do "anti-log".

Obrigada também pela leitura cuidadosa da parte metodológica. Apesar da sua imensa ajuda, os problemas que ainda persistem e insistem são culpa da minha deficiência nesta área.

Obrigada Moema por tanta preocupação, interesse e carinho.

Obrigada Iúri por dividir comigo a autoria de todas as brincadeiras e a culpa por tudo de errado que acontecia, por me fazer rir e por também saber chorar.

Obrigada Celso e Morvân, já "demógrafos de carteirinha" antes mesmo de começar o curso, pela infinita paciência de responder a tantas perguntas e dar tantas explicações.

Obrigada Carmen pelas palavras amigas nas horas tristes.

Obrigada "ah, ya, ya" Zenón pelo exemplo de força diante dos problemas.

Obrigada Simone e Ignez -- minhas "irmãs mais velhas" -- pelo exemplo, pelo ombro amigo e pelos conselhos.

Obrigada Denize, Emília e Mônica, as "eduardetes". O tempo que trabalhamos juntas foi maravilhoso e com vocês tive certeza de que tinha escolhido o caminho certo.

Obrigada Maurício Lima, Flávio, Léo, Juliano e Cris, do CPD, pela ajuda e paciência sem fim. Com você, Maurício, aprendi que tudo no fim dá certo; se não deu certo é porque ainda não chegou o fim. Este ditado tem sido de grande utilidade em vários momentos da minha vida...

Obrigada Morvan, Fernandinho e Cibele, meus monitores, por me solucionarem tantas dúvidas e dividirem comigo momentos de angústia diante de

tantos exercícios complicados demais para mim.

Obrigada funcionários pela colaboração, atenção e carinho. Vocês tornam o dia-a-dia aqui mais simples e agradável.

Obrigada Carminha, Clotilde, Diana, Eduardo, Fausto, Ignez, José Alberto, Léa, Paulo, Roberto, Simone e Steve por tudo o que aprendi, pela enorme disponibilidade, pela confiança.

Obrigada Aguirre, Charles, Cláudio Caetano, Enrico, Joe, Marianne, PB e Vilmar pela oportunidade de poder ter convivido -- e aprendido -- com vocês.

Obrigada Eduardo, meu orientador, por ter me apresentado à Demografia e por ter me mostrado, ao longo do tempo, a sua magia. Estou certa de que esta dissertação não teria ficado pronta a tempo sem você, sua enorme dedicação, paciência, bom humor e sem os "puxões de orelha" de vez em quando.

Obrigada Carminha, Laura e Paulo pela honra de tê-los como membros da minha banca, pela leitura mais do que cuidadosa deste trabalho, pelas críticas e sugestões.

Obrigada Carminha pela leitura e sugestões ao longo do caminho, pelo apoio e pelo imenso carinho em todos os momentos.

Obrigada Roberto pelo interesse, pela bibliografia, pela leitura cuidadosa do projeto e, sobretudo, por toda a força neste finalzinho. Do fundo do coração.

Obrigada Clotilde pela colaboração na parte histórica.

Obrigada Suzanne e David pelos dados.

Obrigada amigos e colegas que dividiram comigo a angústia de escrever uma

tese. E só quem já passou por isso sabe o quanto este processo é difícil.

Obrigada Rodrigo, Fred e Maurício Borges pelo título de "Miss Demografia". Sei que não mereço tanto, mas de qualquer forma agradeço a homenagem. Espero ter honrado meu cetro e minha coroa e gostaria de poder passá-los para a minha sucessora, que vocês certamente já sabem quem é.

Obrigada CEDEPLAR, minha segunda casa, minha segunda família. Gostaria de poder sempre sentir esse aconchego.

Obrigada CNPq pelo suporte durante todos estes anos -- desde a bolsa de Iniciação Científica, passando pela de Aperfeiçoamento e chegando à de Mestrado.

Obrigada meus pais Daisy e Alipio pelo amor, pelo apoio incondicional, pelo interesse e acompanhamento de todo o processo, pelo colo quando tudo parecia dar errado, pelo orgulho exagerado, por acreditarem que este sonho se tornaria realidade e que tudo isso valeria a pena.

Obrigada minhas irmãs Adriana e Renata por tantos favores, pela força, pelas lágrimas e sorrisos, pelo carinho e pela nossa eterna amizade. Quisera que todas as irmãs fossem iguais a vocês...

Obrigada Paí e vovó Mabel, as avós mais doces do mundo.

Obrigada tia Ilka, minha segunda mãe.

Obrigada Lú, amiga de verdade e confidente de todos os momentos, guardiã dos meus segredos impúblicáveis.

Obrigada turma do chazinho -- Fanie, Cris e Tuti -- minhas amigas de longa data e do coração.

Obrigada minha grande família. Grande porque somos muitos; grande porque somos o que somos. E só nós sabemos o quanto isso é bom.

Obrigada meus tios Eduardo e Ronaldo, grandes incentivadores desta caminhada.

Obrigada Henrique pela paciência, pela compreensão diante do cansaço, do mau humor e da ausência. Você me fez experimentar o casar feliz e o descasar tranquilo.

Obrigada àqueles que acreditam neste caminho e, mais importante ainda, respeitam a escolha dele. Graças a vocês, é mais gostoso o sabor da vitória.

Obrigada àqueles que acham que este caminho não leva a lugar algum, que estudar é sinônimo de deixar de viver ou que meus interesses vão na direção errada. Graças a vocês, é maior a força diante de cada obstáculo, mais forte a vontade de superá-los e maior ainda o desejo de prosseguir.

*O caminho é este
tem pedra, tem sol
tem bandido, mocinho
tem você amando
tem você sozinho
é só escolher
ou vai, ou fica.*

Fui.

Martha Medeiros

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O casamento é uma instituição universal e fundamental na maioria das sociedades, afetando decisões ligadas ao mercado de trabalho, fecundidade, alocação de tempo e recursos. Apesar de pouco estudada pelos economistas, a nupcialidade sempre exerceu um papel importante no que tange ao estudo demográfico.

No passado, ela funcionava enquanto mecanismo regulador da fecundidade na medida em que a ausência de métodos contraceptivos fazia do casamento o ponto de partida para a procriação. Segundo Malthus, o adiamento do casamento era um tipo de cheque preventivo que adiava o nascimento dos filhos e, portanto, evitava que a população crescesse proporcionalmente mais do que a produção de alimentos necessários à sua sobrevivência. Desta forma, o casamento tardio e a alta mortalidade -- que reduzia o período reprodutivo das mulheres -- se tornaram um poderoso instrumento de controle da população.

Atualmente, a importância de estudos de nupcialidade ainda está ligada à questão da fecundidade em si, se bem que em menor importância, já que os métodos contraceptivos modernos permitem adiar o início da procriação ou mesmo abolí-la. Pode-se dizer que as mulheres descasadas têm fecundidade mais baixa do que aquelas que permanecem casadas, já que a exposição das descasadas ao risco de conceber é, teoricamente, menor. Por outro lado, é possível que a fecundidade das alguma vez descasadas seja maior que a das casadas na medida em que o recasamento pode levar

ao desejo de mais um filho, sobretudo se a história de fecundidade do novo marido for de poucos ou nenhum filho.]

Outro ponto a ser levado em consideração é a inserção da mulher no mercado de trabalho. Ainda é uma situação comum a mulher trabalhar antes do casamento, parar de trabalhar com o nascimento do primeiro filho e voltar ao mercado quando o filho mais novo atinge uma determinada idade em que, para a mãe, é possível compatibilizar o trabalho no mercado e o cuidado das crianças. Outro motivo para voltar ao mercado de trabalho -- ou se engajar nele pela primeira vez -- é o descasamento, que gera a necessidade de que a mulher obtenha renda monetária.

Nos anos noventa, os estudos na área da nupcialidade permitem compreender a sociedade na qual vivemos e o novo papel da mulher. Os descasamentos e recasamentos fazem com que surjam novos tipos de arranjos familiares e novas formas de socialização dos filhos, intimamente ligados à mulher produtora, inserida no mercado de trabalho e tomadora de decisões dentro e fora do domicílio, deixando de lado a sua função meramente reprodutora, submissa, coadjuvante. Desta forma, a mulher passa a ter um papel principal e a dividir com o homem o estelato da vida conjugal.

Além disso, cabe destacar a provável relação entre descasamento/recasamento e pobreza. A dissolução de uma união leva à formação de um tipo muito específico e peculiar de família -- a família monoparental chefiada por mulher -- que, segundo vários estudos, está entre as mais pobres (Castro, 1989, 1990; Barros e Mendonça, 1991). Castro (1990) utiliza o Censo Demográfico de 1980 para mostrar que, entre os

pobres¹ da região metropolitana de São Paulo engajados em atividades produtivas, 40% deles são mulheres; dentre estas mulheres, 40% delas são chefes de domicílio. As taxas de chefia² calculadas por Goldani Altmann (1984) indicam que, em 1970, 64.5% das mulheres descasadas com mais de 15 anos eram chefes, proporção esta que passou para 72.1% em 1980. O recasamento, por sua vez, pode ser encarado como uma estratégia da mulher a fim de superar ou mesmo amenizar a pobreza. Neste sentido, estudos de descasamento e recasamento têm uma relevância social muito grande, podendo contribuir para o entendimento da questão da pobreza latente dos domicílios chefiados por mulheres e, sobretudo, auxiliar os tomadores de decisão em relação à formulação de políticas sociais voltadas para o combate à pobreza.

Este trabalho não trata explicitamente da relação entre famílias monoparentais chefiadas por mulheres e pobreza, uma vez que estamos interessados basicamente nos principais determinantes da formação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Nos referimos ao tema à guisa de justificativa da sua relevância como instrumento para aliviar um aspecto da pobreza. Uma família que se transforma em monoparental chefiada por mulher (com ou sem filhos) pode passar por privações de formação de renda que serão transitórias ou permanentes, podendo inclusive afetar a qualidade dos filhos em termos de educação e saúde. Saber sobre os determinantes da família monoparental chefiada por mulheres é condição

¹ A autora define pobre como aquele que vive em família com até 3 salários mínimos de renda mensal.

² Número de chefes de 15 anos e mais em relação à população de 15 anos e mais, para cada 100 pessoas.

necessária para se desenhar políticas nesta área. Por exemplo, se filhos ilegítimos³ aumentam a taxa de chefia, então um programa de educação sexual nas escolas, com o objetivo de informar os jovens e, desta forma, evitar a gravidez não planejada na adolescência poderia ser visto também como uma política de combate à pobreza.]

O casamento pode ser definido como uma "união entre um homem e uma mulher, com legitimação da autoridade eclesiástica ou civil" (Dicionário Caldas Aulete, 1970), um "ato solene de união entre duas pessoas de sexos diferentes, capazes e habilitadas, com legitimação religiosa e/ou civil" (Dicionário Aurélio, 1975), ou ainda, de acordo com a recomendação da U.N. Statistical Commission, "a legal union of persons of opposite sex. The legality of the union may be established by civil, religious, or other means as recognized by the laws of each country; and irrespective of the type of marriage; each should be reported for vital statistics purposes" (Dictionary of Demography, 1986).

O ato de descasar é definido pelos dicionários Aurélio e Caldas Aulete como "anular ou desfazer o casamento; divorciar-se". O Aurélio acrescenta, ainda, o termo "separar-se".

Recasar, por sua vez, significa "casar outra vez". Para o Dictionary of Demography, o recasamento é "a marriage for the second or subsequent time following the dissolution of the first union by death, divorce, or annulment, lacks the approbation that virtually all moral codes accord the first marriage".

³ O termo "legítimo" e "ilegítimo" está sendo utilizado sem nenhum juízo de valor, mas somente como forma de diferenciar filhos nascidos dentro e fora do casamento. Na verdade, *todo filho é legítimo*, independente dele ter nascido dentro ou fora de qualquer tipo de arranjo matrimonial.

As definições utilizadas neste trabalho são as mais amplas possíveis. Considera-se casamento (e recasamento) qualquer tipo de união -- civil, civil e religiosa, só religiosa ou união consensual -- entre um homem e uma mulher, enquanto que o descasamento é entendido como qualquer forma de rompimento deliberado desta união -- separação, desquite ou divórcio -- mesmo que a decisão do descasamento não seja da mulher. A viuvez está excluída por não ser objeto de escolha ou fruto de tomada de decisão, ou seja, a mulher enviúva independentemente da sua vontade.

O sistema de casamento legal vem mudando ao longo do tempo. Esta é uma tendência mundial e as mudanças parecem caminhar na mesma direção. Segundo Tepperman e Jones (1992), o panorama do casamento no mundo indica que os indivíduos têm menos necessidade de se casar que no passado, além de valorizar a independência na escolha do parceiro. Desta forma, as pessoas não mais se prendem a restrições de natureza religiosa, étnica ou social. Outro ponto em alta é o amor. Em geral, ninguém mais se casa com uma boa dona de casa ou com um bom provedor, mas sim com aquela ou aquele por quem o coração bate mais forte. Por fim, as uniões consensuais tornaram-se socialmente aceitas e têm crescido relativamente às uniões mais formais, além do fato de que os indivíduos têm demonstrado menor interesse em recasar depois de um descasamento. No entanto, os autores mostram que estas mudanças não são similares em termos de tempo, já que em cada região elas se iniciam em diferentes momentos, nem tampouco ocorrem na mesma intensidade. Estas mudanças são, em grande medida, causadas por mudanças econômicas e adaptações

culturais a estas.

Apesar da universalidade do casamento, não se pode dizer que a sua duração se dá "até que a morte os separe". Os descasamentos -- dissolução de uniões devido a separações, desquites e divórcios -- têm aumentado contínua e significativamente ao longo do tempo, assim como a proporção de uniões consensuais. As evidências indicam que não vale dizer que "o que Deus uniu, o homem não separa" ou "viveram felizes para sempre". Os tempos mudaram e atualmente a estória "acaba com o casamento". O que ocorre, de fato, é o eterno começar de novo.

O objetivo desta dissertação é o estudo dos determinantes sócio-econômicos e demográficos do descasamento e recasamento feminino, sem a preocupação de estimar parâmetros ou taxas, nem tampouco verificar a relação destes dois fenômenos com a pobreza. Nossa proposta é verificar o efeito de variáveis sócio-econômicas e demográficas sobre o risco de descasar e recasar. Para tal, estaremos deixando os sentimentos de lado, mas sem esquecer da sua existência e, sobretudo, da sua importância. Será feita uma comparação entre duas regiões: os estados do Rio de Janeiro e São Paulo vis à vis a região Nordeste, composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Esperamos, com isso, encontrar um padrão de descasamento e recasamento distinto para o Nordeste, dado que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo pertencem à região mais desenvolvida do país e, portanto, podem ser considerados mais modernos ou inovadores no sentido dos arranjos familiares.

No caso do descasamento, o estudo engloba as mulheres alguma vez unidas

e atualmente em primeira união ou cuja última dissolução foi na primeira união. Em relação ao recasamento, o foco de análise está dirigido às mulheres descasadas da primeira união, independente se elas recasaram ou não, ou seja, estaremos estudando o risco de um segundo casamento.

Entre os possíveis determinantes do descasamento estão a idade ao casar e a educação da mulher, a duração e o tipo de união, a diferença de idade entre marido e mulher, o local de residência (Rio de Janeiro, São Paulo ou Nordeste) e a fecundidade -- o número de filhos nascidos vivos, a idade do filho mais novo e a condição de legitimidade do primeiro filho. Em termos do recasamento, enfatizaremos os papéis da idade e educação da mulher, da idade à dissolução do primeiro casamento, da duração, da razão da dissolução e do número de filhos da primeira união, assim como do local de residência e o tipo da união anterior (consensual ou formal).

A organização do presente trabalho é a que se segue. O Capítulo II apresenta alguns aspectos legais relativos ao casamento, descasamento e recasamento. O Capítulo III traz um panorama geral da nupcialidade no Brasil, desde a época colonial até os dias de hoje. No Capítulo IV está o arcabouço teórico que fundamenta a análise dos resultados -- a teoria econômica aplicada ao casamento. As fontes de dados estão no Capítulo V. O Capítulo VI reúne a análise do descasamento: descrição das variáveis estudadas, os resultados esperados, as hipóteses, a metodologia e a análise dos resultados através do estimador de Kaplan-Meier e de modelos semi-paramétricos de análise de sobrevivência. No Capítulo VII, repetimos o procedimento do capítulo anterior, só que desta vez para o recasamento. No entanto, a análise dos

resultados está baseada somente no modelo de Cox. As considerações finais sobre este trabalho são apresentadas no Capítulo VIII.

A título de conclusão, podemos dizer que a teoria econômica é bastante robusta na explicação dos fatores sócio-econômicos e demográficos do descasamento e recasamento. Os resultados indicam que as mulheres descasam mais e recasam menos. Entre aquelas cuja primeira união foi consensual, o risco de descasamento e recasamento é maior. As descasadas se recasam mais facilmente vis à vis as viúvas. O padrão de descasamento é semelhante quanto ao local de residência, mas varia segundo a coorte de nascimento das mulheres, seu tipo de união, sua idade à primeira união, a diferença de idade entre os cônjuges e a legitimidade do primeiro filho. O local de residência não tem nenhum efeito sobre o risco de descasar ou recasar.

CAPÍTULO II

CASAMENTO, DESCASAMENTO E RECASAMENTO:

ASPECTOS LEGAIS

O casamento, no sentido restrito, é regido por leis específicas. Apesar de estarmos trabalhando com as noções mais amplas de casamento e descasamento -- englobando não apenas as uniões formais mas também as de caráter consensual, bem como as separações, desquites e divórcios -- decidimos pela inclusão de uma breve descrição da evolução das leis sobre casamento, descasamento e recasamento.

Lebrun (1984) mostra que o direito canônico sobre o casamento foi elaborado no final da Idade Média, tornando-o um sacramento indissolúvel. Os esposos eram os próprios ministros deste sacramento, de forma que os casamentos clandestinos, sem a presença de testemunhas ou de um padre, eram considerados válidos, assim como os casamentos de menores sem o consentimento dos pais ou tutores. Em 1563, o Concílio de Trento determinou que os casamentos de menores sem o consentimento dos pais e aqueles considerados clandestinos não mais fossem válidos. A indissolubilidade do sacramento foi reafirmada, assim como a competência dos tribunais eclesiásticos para resolver as causas relativas ao matrimônio. Sob certas condições, tais como o adultério e o abandono do lar, era permitido o divórcio, ou seja, a separação de corpos e de bens, mas vedada a possibilidade de contração de segundas núpcias.

Os luteranos e calvinistas também julgavam ser o casamento uma instituição divina mas, ao contrário dos católicos, encaravam-no como um consentimento mútuo

entre o casal, admitindo a possibilidade de divórcio (nos mesmos moldes da Igreja Católica) e, ainda, de recasamento.

Apesar da existência do divórcio, o casamento, na prática, era indissolúvel, o que fazia com que ele só terminasse com a morte de um dos cônjuges. Como a mortalidade era elevada, sobretudo entre as mulheres em idade reprodutiva devido a problemas no parto, então o casamento durava relativamente pouco e o recasamento era essencial enquanto mecanismo de reconstrução da família. A justificativa mais comum da época para a rapidez dos recasamentos era a necessidade premente de se encontrar um novo pai ou nova mãe para as crianças.

Ainda que permitido, o recasamento não era bem visto pela Igreja. Os homens e mulheres solteiros também não viam com bons olhos esta prática, já que a entrada de viúvos e viúvas no mercado aumentava a oferta de indivíduos aptos ao casamento, reduzindo, assim, a chance dos solteiros encontrarem um parceiro (Lebrun, 1984).

A legislação brasileira no que tange à nupcialidade também sofreu modificações ao longo do tempo. Em 1870, foi criado o casamento civil, independentemente do religioso e único com validade jurídica e civil; em 1890 foi regulamentado o divórcio (distinto do atual), estabelecendo a possibilidade de ações litigiosas ou amigáveis com separação de corpos e de bens, mas proibindo a contração de segundas núpcias; em 1942, foi estabelecida a separação de corpos e de bens sem a dissolução do vínculo -- o desquite -- e finalmente, em 1977, foi instituído o divórcio, rompendo o vínculo conjugal desde que haja uma separação judicial anterior ou a comprovação de uma separação de fato por um período de tempo mínimo de 2 anos. Desta forma,

abriu-se a possibilidade do recasamento legal e a nupcialidade deixou de ser um fenômeno relativamente fechado, passando a ser constituir em um fenômeno aberto (Goldani Altmann & Wong, 1981; Samara, 1983; Gomes, 1992).

Conhecidas as leis que regem os casamentos, descasamentos e recasamentos no Brasil, como se davam os casamentos no Brasil de antigamente? Será que as mulheres tinham um papel ativo nesta escolha? E qual a situação atual? Será que os descasamentos estão aumentando? Isto é assunto para o próximo capítulo.

CAPÍTULO III

CASAMENTO, DESCASAMENTO E RECASAMENTO

NO BRASIL

O casamento sempre foi uma instituição forte e praticamente universal no Brasil. No entanto, as tendências da nupcialidade mostram que o sistema de casamentos vem sofrendo uma série de transformações, com pode ser visto no Quadro 1, que apresenta um panorama da distribuição da população de 15 anos e mais por status marital desde o primeiro Censo em 1872 até o de 1980.

QUADRO 1

Distribuição Relativa da População Total de 15 Anos e Mais por Status Marital Brasil

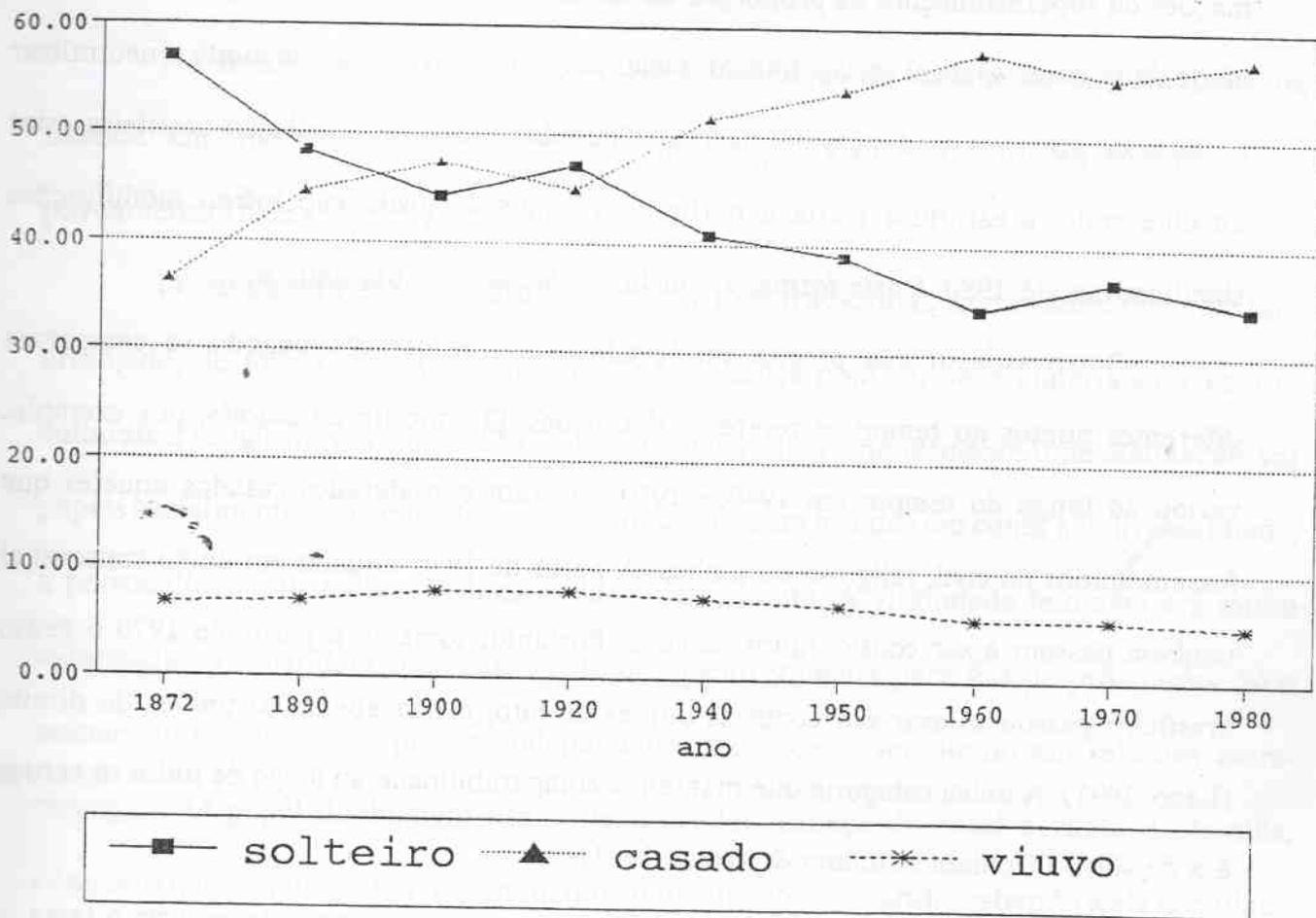
Status Marital	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
solteiro	56.9	48.3	44.2	47.0	40.8	38.9	34.1	36.6	34.2
casado	36.4	44.6	47.3	44.9	51.6	54.2	57.7	55.4	57.1
separado	-	-	-	-	-	-	2.3	2.3	2.0
desq/div	-	0.3	0.5	-	0.3	0.1	0.1	0.2	0.5
viúvo	6.7	6.8	7.8	7.8	7.2	6.6	5.7	5.4	4.9
sem decl.	-	-	0.2	0.3	0.1	0.2	0.1	0.1	1.3

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos.

A distribuição da população total por status marital indica que, entre 1872 e 1980,

houve uma inversão na proporção de solteiros e casados: os solteiros passaram de 56.9% para 34.2%, enquanto que os 36.4% da população casada em 1872 se transformaram em 57.1% em 1980, conforme pode ser visto no Gráfico 1.

GRÁFICO 1
**POPULACAO TOTAL DE 15 ANOS E MAIS
 POR STATUS MARITAL - BRASIL**



Fonte: Quadro 1

Goldani Altmann & Wong (1981) já tinham apontado esta tendência em uma comparação do Censo de 1872 com a PNAD/78. A redução na proporção de viúvos entre 1872 e 1980 -- de 6.7% para 4.9% -- pode estar indicando, além da queda da mortalidade, um aumento nos recasamentos com o passar dos anos. No entanto, é preciso ter em mente que as autoras não padronizaram seus dados. Esta questão será tratada a seguir.

Mudanças na estrutura etária ao longo do tempo podem estar levando a subestimativas ou superestimativas da proporção de solteiras em relação à população feminina em idade de se casar. O ideal seria a padronização das estruturas etárias, de modo a neutralizar o efeito de possíveis mudanças da mesma. Contudo, apesar da população brasileira estar envelhecendo, a estrutura etária a partir de 15 anos de idade não sofreu modificações significativas até 1980. Desta forma, a conclusão das autoras permanece.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração quando se comparam diferentes pontos no tempo se refere às definições. O conceito de *casado*, por exemplo, variou ao longo do tempo: em 1940 e 1950, só eram considerados casados aqueles que fossem unidos no civil, religioso ou ambos. A partir de 1970, aqueles em união consensual também passam a ser considerados casados. Portanto, somente a partir de 1970 o censo brasileiro passou a levar em conta as uniões de fato, e não apenas as uniões de direito (Lazo, 1991). A única categoria que mantém a comparabilidade ao longo de todos os censos é a de *viúvo* (Goldani Altmann & Wong, 1981).

Este capítulo apresenta, em linhas gerais e sem a pretensão de exaurir o tema, o comportamento da nupcialidade no Brasil na visão de diversos autores, partindo do Brasil-Colônia e chegando à época atual. A primeira parte do capítulo se refere ao período

compreendido entre a época colonial e o início do século, enquanto que a segunda parte trata do período mais recente -- 1940 aos dias de hoje.

III.1 CASAMENTO, DESCASAMENTO E RECASAMENTO NO BRASIL DE ANTIGAMENTE

No Brasil colonial, a metrópole via a instituição do casamento positivamente na medida em que um de seus objetivos em relação à sua colônia era exatamente o povoamento (Nizza da Silva, 1984).

O casamento entre os brancos era do tipo tradicional, homogâmico⁴ e não raro arranjado, de forma a manter um nome, uma aliança política, bens materiais ou valores culturais e religiosos (Marin, 1985). Aos indivíduos cabia simplesmente uma adaptação aos papéis socialmente determinados a eles, sem que fossem levados em conta a individualidade, a personalidade, os medos, sonhos e ideais de cada um. A virgindade feminina era muito valorizada e o sexo dentro do casamento era aceito somente para fins de procriação. Só o homem tinha direito ao prazer, independentemente deste ser obtido em relações extra-conjugais. O papel do homem era o de provedor, cabeça do casal e chefe da família, enquanto que a mulher aparecia enquanto complemento do marido, cabendo a ela o cuidado da casa e a assistência moral à família (Samara, 1983).

⁴ Homogamia ou endogamia é o casamento com aquele que é semelhante em termos sociais, étnicos, raciais, etc. (Saraceno, 1992).

No século XIX, os casamentos entre os brancos pareciam não diferir muito daqueles realizados à época colonial. Segundo Marcílio (1984), eram comuns os casamentos endogâmicos e até mesmo consanguíneos nas áreas de agricultura monocultora, latifundiária e exportadora, com o objetivo de garantir a propriedade da terra e aumentar sua extensão. A alta natalidade ilegítima indicaria uma grande incidência de uniões consensuais transitórias. Ao contrário do que ocorria entre as populações rurais, nas populações urbanas observava-se a ocorrência de uniões consensuais livres e estáveis. A idade média ao primeiro casamento nas economias camponesas de subsistência era relativamente baixa, ficando em torno de 20 anos para as mulheres e 21 anos para os homens.

O estudo de Bassanezi (1990) para o oeste paulista entre 1890 e 1930 indica que, apesar das grandes transformações na sociedade paulista, formada por uma população diversificada e com grande mobilidade geográfica, os casamentos permanecem homogâmicos, sobretudo entre os brasileiros filhos de brasileiros. A homogamia rural-rural e urbana-urbana continua forte, assim como a homogamia por idade ao casar. A exceção fica por conta do grau de instrução, já que a proporção de homens alfabetizados era maior que a de mulheres em igual condição.

Ainda segundo Bassanezi (1990), os imigrantes aceitam com maior facilidade o casamento misto devido à redução do fluxo migratório no período. Neste caso, a homogamia imigrante cede lugar à homogamia étnica, de modo que os imigrantes se casavam com brasileiros filhos de imigrantes do seu próprio país. Outro comportamento comum neste grupo, segundo a autora, era a homogamia estrangeira, ou seja, a escolha do cônjuge em outras comunidades estrangeiras, dada a escassez de imigrantes de segunda geração do seu

país de origem.

A Igreja Católica garantia aos escravos o direito ao casamento e a uma vida conjugal normal, mas explicitando que isto nada tinha a ver com alforria. O senhor não podia impedir a celebração da cerimônia ou vender cada um dos cônjuges isoladamente, norma esta constantemente violada (Nizzã da Silva, 1984). Estudos feitos para a região de Campinas, São Paulo, indicam que, para plantéis com 10 ou mais escravos, eram comuns as uniões sexuais estáveis, dentro das quais se dava a procriação. Deste modo, percebe-se que havia um padrão de casamento bem definido e até certo ponto "tradicional" entre os escravos, assim como uma estabilidade familiar (Slenes, 1987). Em Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro, na época da Abolição a situação era semelhante àquela descrita no caso de Campinas (Rios, 1990). A autora argumenta que as famílias de escravos eram formadas por homens e mulheres que, mesmo sem liberdade, tinham preservado seus valores, sua crença, sua cultura. Os filhos, mesmo quando frutos de uniões informais, tinham sua paternidade reconhecida.

Marcílio (1984) parece discordar. Segundo a autora, até 1850 os proprietários de escravos desestimulavam a formação de famílias estáveis entre os seus escravos devido à ausência de espírito capitalista e aos baixos preços e facilidade de importação dos escravos da África, fato este que levou a uma baixíssima taxa de nupcialidade e a uma alta proporção de filhos ilegítimos entre a população escrava. Somente após 1850, com a extinção do tráfico, esta situação começou a se inverter.

O descasamento não é uma novidade do século XX. Segundo Samara (1983), há registros de processos de divórcio ainda durante o período colonial em São Paulo. Estes

processos eram entendidos legalmente tanto pela Igreja quanto pelo Estado como uma separação de corpos e de bens, mas não permitiam um novo casamento. As causas mais comuns para os pedidos de divórcio eram questões religiosas, adultério, sevícias, abandono do lar, injúria grave e doenças infecciosas. Entre 1890 e 1899, a maioria das ações de divórcio foram movidas por mulheres, contrariando o estereótipo da mulher submissa traçado pela historiografia brasileira.

III.2 CASAMENTO, DESCASAMENTO E RECASAMENTO

NO BRASIL A PARTIR DE 1940

Os dados dos censos de 1940 a 1980 permitem traçar o padrão da nupcialidade brasileira durante este período, apesar de que somente a categoria *viúvo* permanece comparável ao longo do tempo.

Segundo Silva (1979), o padrão de casamento entre 1940 e 1970 se assemelhava ao padrão europeu descrito por Hajnal, de forma que o primeiro casamento era tardio e a proporção de celibatos, relativamente elevada. Pode-se observar uma ligeira tendência crescente na idade média ao casar (SMAM - Singulate Mean Age at First Marriage) e decrescente na proporção de celibatos no período, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2
 SMAM Feminina e Proporção de Celibatárias até 40-44 Anos
 Brasil

Ano	SMAM Feminina	% Celibatárias até 40-44 Anos
1940	22.60	17.0
1950	22.64	15.2
1970	22.96	9.7
1980	22.60	8.1 ^a

Fonte: Silva (1979) para 1940-70; United Nations (1990) para 1980.

^a : % Celibatárias até 45-49 Anos.

É importante lembrar que parte deste diferencial em relação à proporção de celibatárias entre os censos de 1950 e 1970 se deve à exclusão das mulheres em união consensual da categoria *solteira* e a sua inclusão entre as casadas.

Oliveira (1991), em um estudo de nupcialidade e fecundidade para o Brasil e os estados de São Paulo e Rio Grande do Norte entre 1950 e 1980, calculou os parâmetros da nupcialidade através do Modelo de Nupcialidade de Coale para primeiros casamentos, como pode ser visto no Quadro 3.

QUADRO 3

Parâmetros do Modelo de Nupcialidade de Coale
São Paulo, Rio Grande do Norte e Brasil

Região	Idade ao Início da Primeira União (a ₀)	Velocidade de Entrada à Primeira União (k)	% de Celibatas Definitivas (50 anos e +) (c)*100
São Paulo	1950 - 14.32	0.64	12.71
	1960 - 14.12	0.66	8.70
	1970 - 13.62	0.89	2.39
	1980 - 13.29	0.81	10.83
Rio Grande do Norte	1950 - 13.34	0.73	16.63
	1960 - 13.38	0.76	14.86
	1970 - 13.42	0.90	8.47
	1980 - 12.93	0.81	14.14
Brasil	1950 - 13.56	0.71	15.94
	1960 - 13.81	0.68	12.29
	1970 - 13.25	0.88	6.07
	1980 - 13.11	0.82	9.55

Fonte: Oliveira (1991).

O autor mostra que, para o estado de São Paulo, a idade ao início da primeira união (a₀)⁵ vem caindo desde o começo do período em estudo. No Rio Grande do Norte, por sua vez, a idade de início da primeira união sobe ligeiramente entre 1950 e 1970. Para o país como um todo, a idade à primeira união atinge seu valor máximo em 1960 e cai a partir de então. Os resultados para o parâmetro k indicam que, nas três regiões estudadas, a velocidade de entrada à primeira união -- dada por 1/k -- cai na década de 50, aumenta na década

⁵ Os resultados encontrados para a idade à primeira união pelo Modelo de Coale são bastante distintos daqueles obtidos através do cálculo da SMAM devido ao fato de que a primeira capta a idade de início da distribuição de nupcialidade, enquanto que a segunda é a idade média à primeira união.

de 60, volta a diminuir nos anos 70 para se elevar novamente em 1980. É possível notar, ainda, que a velocidade das primeiras uniões é maior maior em São Paulo entre 1950 e 1970, quando comparado com o Rio Grande do Norte. A proporção de celibatárias definitivas (a partir dos 50 anos de idade) atinge seu valor mais baixo em 1970, tanto para o país como para os estado estudados, e volta a subir em 1980, quando 9.55% das brasileiras, 10.83% das paulistas e 14.14% das potiguares estão destinadas ao celibato definitivo.

A partir dos parâmetros a_0 e k , é possível calcular a SMAM através da fórmula

$$SMAM = a_0 + 11.37 k \quad (1)$$

Os resultados, apresentados no Quadro 3A, são muito semelhantes aos do Quadro 2, conforme pode ser visto abaixo.

QUADRO 3A
SMAM Feminina - Brasil

Ano	SMAM Feminina
1950	21.63
1960	21.54
1970	23.26
1980	22.43

Fonte: Quadro 3.

A análise da nupcialidade a nível de unidades da federação para 1970 indica que há diferenças regionais consideráveis na SMAM, bem como na proporção de celibatários (Silva, 1979). O cálculo da SMAM para 1980 mostra que esta diferenciação persiste.

O estudo de Lazo (1991), baseado em três coortes reais de mulheres -- nascidas nas décadas de 30, 40 e 50 -- e uma coorte sintética, construída a partir da PNAD/84, indica que o celibato é diferencial de acordo com a educação da mulher. Observa-se que há uma maior proporção de solteiras entre as mulheres com maior escolaridade.

Uma característica marcante da nupcialidade no Brasil é o diferencial por situação de domicílio. A observação dos dados para 1960, 1970 e 1976 indica que os indivíduos se casam mais cedo e com maior intensidade nas áreas rurais, dado que a idade média ao primeiro casamento é mais baixa e a proporção de celibato definitivo é menor (Goldani Altmann & Wong, 1981). No caso da capital paulista, Madeira (1978) observa que os padrões de nupcialidade foram influenciados pela forma de crescimento da cidade, relacionada diretamente à migração. Assim sendo, os estudos de nupcialidade deveriam considerar a migração rural-urbana e a urbanização.

A homogamia continua presente nos casamentos modernos. Berquó (1987) mostra que a endogamia por cor é predominante nas uniões captadas pelo Censo Demográfico de 1980, cujos resultados indicam que cerca de 80% dos casais têm a mesma cor.

Com referência à diferença de idade entre marido e mulher, Berquó (1987) observa que, entre as coortes mais jovens, há uma maior proporção de uniões exogâmicas por idade onde a mulher é mais velha que o marido, indicando que a coorte mais jovem estaria mais na vanguarda em termos de arranjos matrimoniais. Lazo (1991), por sua vez, não observa mudanças significativas no padrão de diferença de idade marido-mulher entre as coortes nascidas nas décadas de 30, 40 e 50.

No que tange à educação, Berquó e Loyola (1984) verificam que a maioria das

mulheres se casam com homens com maior escolaridade que a sua, o que sugere a possibilidade do casamento atuar enquanto mecanismo de mobilidade social para as mulheres. No entanto, isto pode ser um reflexo da composição da população por educação, já que o fato das mulheres, em média, serem de menor escolaridade que os homens levaria a que as esposas tivessem, em média, menor educação que seus maridos. Lazo (1991) encontra uma taxa geral de endogamia por nível de instrução de apenas 50% quando analisa dados de período. Para dados de coorte, as mulheres nascidas na década de 50 apresentam o menor nível de endogamia, vis à vis as nascidas nas décadas de 30 e 40.

Goldani (1989) utiliza dados da PNAD/84 para comparar duas coortes de mulheres: a coorte de transição, nascida na década de 30, e a coorte pós-transição, uma coorte sintética construída com base nas mulheres de 15 a 54 anos na data da entrevista. Através de tábuas de vida multi-estado, a autora observa que as mulheres da coorte pós-transição permanecem proporcionalmente mais tempo nos estados solteira e separada quando comparadas às mulheres da coorte de transição. Com a maior esperança de vida experimentada pelas mulheres da coorte pós-transição, seria de se esperar houvesse um aumento nos anos vividos pelas mulheres em todos os estados. No entanto, há uma redução no tempo vivido enquanto *casada* -- de 60.6% dos anos vividos após os 15 anos de idade para 55.1% -- e um aumento acentuado no tempo vivido no estado *separada* -- de 7.1% para 13.0%. Assim, pode-se dizer que as mulheres mais jovens, representadas pela coorte pós-transição, estão passando mais tempo descasadas do que as mulheres mais velhas, correspondentes à coorte de transição.

Estudos de nupcialidade enfocando épocas recentes no Brasil devem levar em consideração o impacto das crises econômicas sobre a dinâmica dos casamentos,

descasamentos e recasamentos. Goldani, McCracken & Pullum (1989) mostram que o casamento continua sendo uma instituição forte, apesar da queda de 27.4% nas taxas de primeiro casamento entre 1980 e 1984.

Oliveira e Berquó (1992) também atribuem à crise dos anos 80 uma grande responsabilidade em relação à queda das taxas de casamento legal no período, apesar da idade ao primeiro casamento não ter sido afetada pelos efeitos da crise. No entanto, as autoras acreditam que esta tendência está mais intimamente ligada a causas que vão além da crise econômica em si. A sociedade brasileira sofreu mudanças estruturais importantes, entre elas a maior participação da mulher na esfera produtiva, aumentando sua expectativa em termos de seus projetos de vida. Desta forma, o casamento deixou de ser, para a mulher, a única maneira de viabilizar estes projetos independentemente da família de origem.

Carvalho e Rios-Neto (1992), em um estudo de séries temporais para a cidade de São Paulo, com base em uma série histórica do Registro Civil entre 1916 e 1988, encontram uma resposta negativa do número de casamentos em relação à variação dos preços, bem como uma elasticidade positiva entre Produto Interno Bruto (PIB) real e número de casamentos. Os resultados obtidos indicam que um aumento contínuo de 10% no PIB real levaria a um aumento de 2.5% no número de casamentos, demonstrando uma maior sensibilidade do número de casamentos a variações no PIB real, vis à vis variações nos preços. Desta forma, os autores confirmam a hipótese malthusiana do cheque preventivo.

Os descasamentos -- separações, desquites e divórcios -- têm aumentado continuamente e significativamente ao longo do tempo, assim como a proporção de uniões consensuais, consideradas relativamente instáveis em comparação ao casamento civil e religioso (Kogut,

mulheres se casam com homens com maior escolaridade que a sua, o que sugere a possibilidade do casamento atuar enquanto mecanismo de mobilidade social para as mulheres. No entanto, isto pode ser um reflexo da composição da população por educação, já que o fato das mulheres, em média, serem de menor escolaridade que os homens levaria a que as esposas tivessem, em média, menor educação que seus maridos. Lazo (1991) encontra uma taxa geral de endogamia por nível de instrução de apenas 50% quando analisa dados de período. Para dados de coorte, as mulheres nascidas na década de 50 apresentam o menor nível de endogamia, vis à vis as nascidas nas décadas de 30 e 40.

Goldani (1989) utiliza dados da PNAD/84 para comparar duas coortes de mulheres: a coorte de transição, nascida na década de 30, e a coorte pós-transição, uma coorte sintética construída com base nas mulheres de 15 a 54 anos na data da entrevista. Através de tábuas de vida multi-estado, a autora observa que as mulheres da coorte pós-transição permanecem proporcionalmente mais tempo nos estados solteira e separada quando comparadas às mulheres da coorte de transição. Com a maior esperança de vida experimentada pelas mulheres da coorte pós-transição, seria de se esperar houvesse um aumento nos anos vividos pelas mulheres em todos os estados. No entanto, há uma redução no tempo vivido enquanto *casada* -- de 60.6% dos anos vividos após os 15 anos de idade para 55.1% -- e um aumento acentuado no tempo vivido no estado *separada* -- de 7.1% para 13.0%. Assim, pode-se dizer que as mulheres mais jovens, representadas pela coorte pós-transição, estão passando mais tempo descasadas do que as mulheres mais velhas, correspondentes à coorte de transição.

Estudos de nupcialidade enfocando épocas recentes no Brasil devem levar em consideração o impacto das crises econômicas sobre a dinâmica dos casamentos,

descasamentos e recasamentos. Goldani, McCracken & Pullum (1989) mostram que o casamento continua sendo uma instituição forte, apesar da queda de 27.4% nas taxas de primeiro casamento entre 1980 e 1984.

Oliveira e Berquó (1992) também atribuem à crise dos anos 80 uma grande responsabilidade em relação à queda das taxas de casamento legal no período, apesar da idade ao primeiro casamento não ter sido afetada pelos efeitos da crise. No entanto, as autoras acreditam que esta tendência está mais intimamente ligada a causas que vão além da crise econômica em si. A sociedade brasileira sofreu mudanças estruturais importantes, entre elas a maior participação da mulher na esfera produtiva, aumentando sua expectativa em termos de seus projetos de vida. Desta forma, o casamento deixou de ser, para a mulher, a única maneira de viabilizar estes projetos independentemente da família de origem.

Carvalho e Rios-Neto (1992), em um estudo de séries temporais para a cidade de São Paulo, com base em uma série histórica do Registro Civil entre 1916 e 1988, encontram uma resposta negativa do número de casamentos em relação à variação dos preços, bem como uma elasticidade positiva entre Produto Interno Bruto (PIB) real e número de casamentos. Os resultados obtidos indicam que um aumento contínuo de 10% no PIB real levaria a um aumento de 2.5% no número de casamentos, demonstrando uma maior sensibilidade do número de casamentos a variações no PIB real, vis à vis variações nos preços. Desta forma, os autores confirmam a hipótese malthusiana do cheque preventivo.

Os descasamentos -- separações, desquites e divórcios -- têm aumentado contínua e significativamente ao longo do tempo, assim como a proporção de uniões consensuais, consideradas relativamente instáveis em comparação ao casamento civil e religioso (Kogut,

1976; Goldani Altmann & Wong, 1981; Goldani, McCracken & Pullum, 1989; Lazo, 1991). Apesar disso, Greene (1992) mostra que muitas mulheres optariam por uma união formal se a elas fosse dada a chance de escolher. Segundo a autora, o motivo para tal escolha é o fato de que, além da busca por amor e felicidade, elas esperam maior estabilidade, proteção e suporte financeiro. Os homens, ao contrário, preferem uniões consensuais devido aos custos e complicações das uniões formais.

A possibilidade de um recasamento legal, a partir de 1977, fez com que as taxas de recasamento tivessem um incremento bastante acentuado entre 1980 e 1984, sobretudo para os homens, segundo dados do Registro Civil (Oliveira e Berquó, 1992). Segundo as autoras, este crescimento da taxa de recasamento pode ser devido à legalização de casamentos já existentes, mas anteriormente sob a forma de união consensual por causa da condição de descasado de um ou ambos os cônjuges.

O casamento, descasamento e recasamento também têm sido estudados à luz da teoria econômica. Este é o arcabouço teórico escolhido para a análise dos determinantes sócio-econômicos e demográficos do descasamento e recasamento, como será visto no próximo capítulo.

TEORIA ECONÔMICA APLICADA AO CASAMENTO

A utilização da teoria econômica na explicação do casamento só faz sentido se os indivíduos puderem escolher. Se homens e mulheres podem decidir se querem ou não se casar, com quem e quando vão se casar e se querem ou não se descasar, então eles estão aptos a tomadas de decisão racionais. Além disso, para ser considerado um fenômeno econômico, é necessário que o casamento e o descasamento afetem a satisfação individual e o bem-estar e que tenham custos (Bryant, 1990).

O objetivo deste capítulo é mostrar como a teoria econômica pode ser útil e relevante na análise do casamento, descasamento e recasamento. É com base neste arcabouço que serão construídas as hipóteses e analisados os resultados.

Como qualquer outra decisão, o casamento envolve riscos e incertezas. Mesmo quando há um período de namoro prolongado, ainda assim existe o risco de dissolução. Além da existência de eventos não antecipados, tais como comportamentos diante de dificuldades (desemprego ou morte na família, por exemplo), há ainda a complexa questão do sentimento. Amor, paixão, romantismo e atração estão -- ou deveriam estar -- por trás dos relacionamentos conjugais ocidentais⁶.

O fato é que, a princípio, o romantismo parece contraditório com a teoria econômica. O ideal do amor romântico está fora de qualquer modelagem econômica na

⁶ Em muitas sociedades, tais como a islâmica e a japonesa, os casamentos ainda são, em alguma medida, arranjados de acordo com interesses sociais, econômicos ou políticos das famílias, sem que se leve em consideração os sentimentos do casal.

medida em que a economia, enquanto ciência, lida com processos de tomada de decisão racionais, enquanto que os românticos decidem com base nos sentimentos. No entanto, tratar o casamento, o descasamento e o recasamento enquanto fenômenos sujeitos ao mercado não significa negar a individualidade ou as diferenças entre cada coração apaixonado. O que a teoria econômica faz é apenas impor limites a esta individualidade a fim de modelar o fenômeno do casamento, baseada na idéia de que há alguma substitutibilidade entre os indivíduos.

Para Grossbard-Schechtman (1993), a crença de que os casamentos são feitos no céu e que o destino das pessoas é encontrar sua alma gêmea não inviabiliza uma abordagem econômica do casamento. Segundo a autora, mesmo aqueles que estão à espera de sinais dos céus para encontrar seu Romeu ou sua Julieta podem ter dificuldade em interpretar estes sinais. Enquanto isto não ocorre, é possível utilizar de forma eficiente os meios disponíveis para a busca do parceiro ideal. Sob este aspecto, a teoria econômica pode ser de grande valia.

Portanto, não é verdade que as pessoas estão interessadas somente na relação custo-benefício quando decidem se casar, descasar ou recasar. O sentimento existe e deve ser preservado. Segundo England e Farkas (1986), mesmo o amor não ocorre de forma aleatória, já que os indivíduos estão em busca de parceiros que possuam determinadas características, o que só ocorre em sociedades onde o indivíduo é livre para escolher seu parceiro(a). O papel da teoria econômica, neste sentido, é fornecer um arcabouço que permita analisar a questão com base em características observáveis dos indivíduos, dando subsídios para uma tomada de decisão racional.

Os modelos econômicos de casamento e descasamento têm como ponto de partida os trabalhos de Gary Becker, desenvolvidos a partir dos anos sessenta e que podem ser sintetizados em Becker (1973, 1974 e 1981) e Becker, Landes e Michael (1977). Segundo Becker, o casamento se dá quando os ganhos esperados⁷ de se permanecer solteiro são menores do que aqueles alcançados no casamento. O descasamento, por sua vez, ocorre quando a utilidade esperada de se continuar casado está abaixo daquela obtida no descasamento. Portanto, a probabilidade de descasamento é tanto maior quanto maior for a diferença entre os ganhos esperados do descasamento e aqueles esperados no casamento.

Uma outra visão sobre o tema é proposta por Manser e Brown (1980), baseada nos modelos de barganha e na teoria dos jogos. Para os autores, o casamento é o resultado de uma barganha cooperativa entre os parceiros, determinando quem se apropria dos ganhos do casamento e admitindo a existência de conflito, pois cada indivíduo tem seu mapa de preferências individuais e a utilidade conjunta é obtida através de barganha e consenso.

As duas vertentes partem do mesmo ponto, qual seja, a de que o casamento e o descasamento são resultados de uma tomada de decisão racional onde cada um dos parceiros está interessando em obter a máxima utilidade (ou felicidade) possível.

O presente trabalho se baseia no arcabouço desenvolvido por Becker.

De acordo com Becker, uma estratégia de casamento é escolhida à alternativa de continuar solteiro quando os ganhos do casamento são superiores. Todavia, uma pessoa que decide se casar não pode experimentar e avaliar todo o conjunto de possíveis parceiros para determinar o melhor arranjo de casamento. Um parceiro potencial possui características

⁷ Ganhos esperados são definidos não só em termos de ganhos monetários mas também em relação a aspectos subjetivos tais como felicidade e satisfação pessoal.

observáveis (idade, educação, beleza, altura, cor, etc.) e não observáveis (companheirismo, temperamento, sexualidade, entre outras). A informação imperfeita e a incerteza fazem com que a busca de um parceiro ideal seja limitada pelos custos da busca. O namoro é exemplo de uma estratégia de busca onde se tenta tornar observáveis algumas características não observáveis antes do casamento. A incerteza e o custo da busca fazem com que praticamente nenhum indivíduo tome a decisão de se casar tendo perfeita informação sobre o casamento, já que muitas delas só são reveladas após o seu início.

Montgomery e Trussell (1986) apresentam a justificativa para estudar o casamento e o descasamento com base nas teorias de busca. Segundo os autores, o casamento envolve elementos discutidos pela teoria, tais como incertezas, oportunidades e normas que afetam a utilidade de um indivíduo ainda estar solteiro em uma determinada idade. A existência de um "salário de reserva" -- um mínimo abaixo do qual a estratégia de permanecer solteiro é preferível à de se casar -- faz com que os indivíduos tenham um parâmetro para continuar ou não a busca por um parceiro.

Grossbard-Schechtman (1993) ressalta que os custos da busca são mais elevados para a mulher do que para o homem. Comparados às mulheres que não estão engajadas em nenhuma atividade fora do domicílio, os homens estão mais expostos ao risco de encontrar outra parceira devido ao fato de estarem sempre em contato com outras mulheres, seja no ambiente de trabalho, seja em viagens de negócios. Soma-se a isto o fato de que o homem consegue facilmente transferir sua habilidade específica (geração de renda monetária) de uma união para outra, o que não ocorre com as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças realizados por sua esposa.

Além do custo da busca, Becker chama a atenção para dois outros tipos de custos: o custo de transação e o custo inevitável. O primeiro está ligado aos custos financeiros do casamento, tais como a cerimônia, as flores, a festa, as despesas com cartório, etc.. Já o custo inevitável se relaciona a todos os benefícios do estado anterior que os parceiros tiveram que abdicar a fim de se casar, ou seja, é um custo de oportunidade. Um exemplo de custo inevitável do descasamento seria a perda da companhia um do outro, levando à solidão.

Segundo Becker, se não houvesse o problema da informação imperfeita, o descasamento tenderia a ocorrer apenas com o aumento da duração do casamento, quando o tempo ou qualquer evento aleatório poderia alterar algumas das características individuais dos parceiros -- por exemplo, mudanças inesperadas na renda ou na saúde. Portanto, a previsão seria de que o descasamento ocorreria apenas depois de muitos anos de casamento.

Uma razão para o declínio do divórcio com a duração do casamento é a acumulação de capital humano específico ao casamento. A convivência do casal permite a acumulação de bens (casas, carros, etc.), crianças (com a decisão de fecundidade), habilidades voltadas para o mercado, habilidades voltadas para o trabalho doméstico e tolerância mútua, entre outros fatores. Alguns destes ativos acumulados no período do casamento se mantêm com o descasamento, como é o caso dos bens materiais. Outros ativos passam a ter parte de seu valor intrínseco reduzido com a dissolução de um casamento, como, por exemplo, o conhecimento mútuo e a adaptação às idiossincrasias de cada um dos parceiros.

Um bom exemplo se refere ao papel das crianças como investimento específico no casamento, embora seja cada vez mais comum encontrarmos filhos vivendo em um arranjo de casamento no qual eles não foram gerados. A teoria sugere que filhos gerados no próprio

observáveis (idade, educação, beleza, altura, cor, etc.) e não observáveis (companheirismo, temperamento, sexualidade, entre outras). A informação imperfeita e a incerteza fazem com que a busca de um parceiro ideal seja limitada pelos custos da busca. O namoro é exemplo de uma estratégia de busca onde se tenta tornar observáveis algumas características não observáveis antes do casamento. A incerteza e o custo da busca fazem com que praticamente nenhum indivíduo tome a decisão de se casar tendo perfeita informação sobre o casamento, já que muitas delas só são reveladas após o seu início.

Montgomery e Trussell (1986) apresentam a justificativa para estudar o casamento e o descasamento com base nas teorias de busca. Segundo os autores, o casamento envolve elementos discutidos pela teoria, tais como incertezas, oportunidades e normas que afetam a utilidade de um indivíduo ainda estar solteiro em uma determinada idade. A existência de um "salário de reserva" -- um mínimo abaixo do qual a estratégia de permanecer solteiro é preferível à de se casar -- faz com que os indivíduos tenham um parâmetro para continuar ou não a busca por um parceiro.

Grossbard-Schechtman (1993) ressalta que os custos da busca são mais elevados para a mulher do que para o homem. Comparados às mulheres que não estão engajadas em nenhuma atividade fora do domicílio, os homens estão mais expostos ao risco de encontrar outra parceira devido ao fato de estarem sempre em contato com outras mulheres, seja no ambiente de trabalho, seja em viagens de negócios. Soma-se a isto o fato de que o homem consegue facilmente transferir sua habilidade específica (geração de renda monetária) de uma união para outra, o que não ocorre com as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças realizados por sua esposa.

Além do custo da busca, Becker chama a atenção para dois outros tipos de custos: o custo de transação e o custo inevitável. O primeiro está ligado aos custos financeiros do casamento, tais como a cerimônia, as flores, a festa, as despesas com cartório, etc.. Já o custo inevitável se relaciona a todos os benefícios do estado anterior que os parceiros tiveram que abdicar a fim de se casar, ou seja, é um custo de oportunidade. Um exemplo de custo inevitável do descasamento seria a perda da companhia um do outro, levando à solidão.

Segundo Becker, se não houvesse o problema da informação imperfeita, o descasamento tenderia a ocorrer apenas com o aumento da duração do casamento, quando o tempo ou qualquer evento aleatório poderia alterar algumas das características individuais dos parceiros -- por exemplo, mudanças inesperadas na renda ou na saúde. Portanto, a previsão seria de que o descasamento ocorreria apenas depois de muitos anos de casamento.

Uma razão para o declínio do divórcio com a duração do casamento é a acumulação de capital humano específico ao casamento. A convivência do casal permite a acumulação de bens (casas, carros, etc.), crianças (com a decisão de fecundidade), habilidades voltadas para o mercado, habilidades voltadas para o trabalho doméstico e tolerância mútua, entre outros fatores. Alguns destes ativos acumulados no período do casamento se mantêm com o descasamento, como é o caso dos bens materiais. Outros ativos passam a ter parte de seu valor intrínseco reduzido com a dissolução de um casamento, como, por exemplo, o conhecimento mútuo e a adaptação às idiossincrasias de cada um dos parceiros.

Um bom exemplo se refere ao papel das crianças como investimento específico no casamento, embora seja cada vez mais comum encontrarmos filhos vivendo em um arranjo de casamento no qual eles não foram gerados. A teoria sugere que filhos gerados no próprio

casamento aumentam os ganhos do casamento e reduzem a probabilidade de descasamento. A própria legislação sobre pensões leva em conta a grande chance de perda de valor da criança para o pai ou mãe que tem seu contato com o filho reduzido devido ao fato de não ter sua guarda. As crianças não desejadas/ planejadas ou a falta de crianças devido à esterilidade não desejada podem reduzir os ganhos do casamento e aumentar a chance de descasamento.

Para Becker, a acumulação de capital humano específico justifica a existência de uma divisão sexual do trabalho, que leva os homens a se especializar em atividades voltadas para o mercado, enquanto que as mulheres se especializam nas atividades domésticas. O argumento de Becker para que as mulheres se dediquem às tarefas domésticas está baseada no fato de que é a mulher quem carrega o bebê no ventre e o amamenta, o que faz com que ela acumule capital humano específico em relação ao cuidado com as crianças, tornando-a mais apta a este tipo de tarefa.

A teoria econômica trata o casamento como uma forma de contrato como outro qualquer, sujeito a rescisões e novos contratos. England e Farkas (1986) analisam o casamento enquanto um contrato implícito, de forma que não há um contrato formal e o que faz com que o casal permaneça junto é o desejo de tirar proveito de investimentos em capital humano específico. Segundo os autores, é a mulher quem faz mais investimentos em capital humano específico, já que a ela cabe o trabalho doméstico. Como o investimento dos homens é no sentido da capacidade de gerar renda, algo facilmente transferível de uma relação para outra, então o poder de decisão do homem em relação aos assuntos do casamento é maior que o da mulher. Neste caso, a mulher e os filhos sofrem uma redução

na renda caso haja um descasamento. Ambas as situações podem ser amenizadas se a mulher estiver engajada em alguma atividade produtiva no mercado.

A possibilidade de recasamento leva a uma maior chance de descasamento, já que o descasado tem uma outra alternativa além de permanecer "solteiro". Em termos de ganhos esperados, é possível que os ganhos do casamento sejam maiores que os do descasamento, mas menores que o do recasamento. Assim, este indivíduo permaneceria casado se não houvesse possibilidade de recasamento. Havendo esta chance, ele se descasaria e recasaria, maximizando seus ganhos esperados. O ganho esperado do recasamento aumenta a velocidade e a probabilidade de descasamento.

Formalizando, podemos dizer que dois indivíduos decidem se casar se

$$Z^f > Z_{sf} \quad (2)$$

$$Z^m > Z_{sm} \quad (3)$$

$$Z_{mf} = Z^m + Z^f \quad (4)$$

onde Z^f = ganhos esperados da mulher casada,

Z_{sf} = ganhos esperados da mulher solteira,

Z^m = ganhos esperados do homem casado,

Z_{sm} = ganhos esperados do homem solteiro, e

Z_{mf} = ganhos esperados do casal após o casamento.

Em outras palavras, podemos dizer que um indivíduo decide racionalmente pelo casamento se seus ganhos esperados no estado *casado* forem superiores aos ganhos de permanecer solteiro.

O ganho do casamento pode ser descrito por

$$G = Z_{mf} - (Z_{sm} + Z_{sf}) \quad (5)$$

A apropriação deste ganho depende do equilíbrio do mercado de casamentos em termos da razão de sexos, chamado por Becker de "marriage squeeze". Se há mais homens que mulheres, então os homens vão ter que "pagar" mais conseguirem uma parceira para o casamento, e muitos terão que optar por mulheres de piores atributos ou com características observáveis distintas daquelas desejadas inicialmente.

Um estudo dos determinantes do descasamento e recasamento exige informações específicas a respeito das uniões, tanto em termos da sua formação quanto da dissolução. Entretanto, este tipo de informação não está disponível da forma que se necessita em todas as pesquisas, exigindo um certo esforço por parte dos estudiosos do assunto. Este é o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO V

FONTES

Um dos problemas em relação ao estudo da nupcialidade no Brasil se refere às fontes de dados. O Censo Demográfico tem sido a fonte mais utilizada em estudos desta natureza, havendo também um número reduzido de trabalhos com dados do Registro Civil e de pesquisas de campo. Apesar da disponibilidade de dados sobre estado civil/conjugal desde o primeiro Censo de 1872, a sua definição sofreu variações ao longo do tempo, gerando problemas de comparabilidade das informações e definição do tipo de união, além de dificultar a observação da evolução dos padrões de nupcialidade. Somente a categoria "viúvo" apresenta comparabilidade ao longo do tempo (Goldani Altmann & Wong, 1981). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/84, cujo suplemento apresenta a história de nascimentos e uniões das mulheres entre 15 e 54 anos, vem se constituindo em uma boa fonte para estudos sobre o tema.

A fonte de dados deste trabalho é a PNAD/1984. Além de perguntas contidas no corpo básico do questionário, estamos utilizando também informações dos suplementos de história de uniões e fecundidade das mulheres entrevistadas. Apesar destas histórias de eventos apresentarem informações longitudinais, a pesquisa é retrospectiva e não de acompanhamento das informantes, o que pode levar a erros de memória. No entanto, os dados são bastante confiáveis (Lazo, 1988) e já serviram de base para inúmeros estudos nas áreas de nupcialidade e fecundidade. Entre os trabalhos mais recentes na área de nupcialidade, podemos citar Goldani (1989), Greene (1991a, 1991b, 1992), Lazo (1991) e

Vieira & Rios-Neto (1992, 1993).

O Modelo 1 - DESCASA trata dos determinantes sócio-econômicos e demográficos do descasamento. A base de dados é formada pelas mulheres em primeira união, mais as mulheres cuja última dissolução foi da união 1. Em outras palavras, o modelo inclui as mulheres que estão casadas pela primeira vez e aquelas que romperam a primeira união devido ao descasamento ou viuvez e não recasaram. A justificativa para a inclusão das viúvas está no fato de que, até o momento da viuvez, estas mulheres estavam sob o risco de descasamento. No entanto, elas entram na amostra de forma diferente das descasadas. Para maiores detalhes, vide ítem VI.4.

A amostra inicial é composta por 39980 mulheres, conforme Quadro 4 abaixo.

QUADRO 4

Descrição da Base de Dados para o Estudo do Descasamento
Mulheres de 15 a 54 Anos
Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste
1984

	Rio de Janeiro	São Paulo	Nordeste
Mulheres em primeira união	10493	5389	18799
Mulheres descasadas ou viúvas da primeira união e não recasadas	1374	1023	2902
Total	11867	6412	21701

Fonte: PNAD/84.

Devido a limitações computacionais, decidiu-se pela utilização de uma sub-amostra aleatória de 20%, ou seja, 7996 mulheres.

A base de dados do Modelo 2 - RECASA, relativo aos determinantes sócio-econômicos e demográficos do recasamento ou segundo casamento, inclui as mulheres entrevistadas pela PNAD/84 nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste que se descasaram ou enviuvaram uma vez, independentemente do seu status marital à época da pesquisa. Portanto, este modelo tem como base todas as mulheres em segunda união, além das descasadas da primeira união, sob risco de um segundo casamento.

As 6331 mulheres que compõe a base de dados estão distribuídas da seguinte forma:

QUADRO 5

Descrição da Base de Dados para o Estudo do Recasamento

Mulheres de 15 a 54 Anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

1984

	Rio de Janeiro	São Paulo	Nordeste
Mulheres viúvas ou descasadas da primeira união	746	1146	1941
Mulheres recasadas: segunda união	567	642	1289
Total	1313	1788	3230

Fonte: PNAD/84.

O Quadro 6 apresenta a distribuição por status marital e idade à época da entrevista

das mulheres de 15 a 54 anos que compõe a base de dados do modelo de descasamento.

QUADRO 6

Distribuição das Mulheres de 15 a 54 Anos do Modelo de Descasamento por Status Marital e Idade

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste
1984

Status Marital	15-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos
solteira	0.06	0.04	0.03	0.04
casada civil	0.26	0.23	0.17	0.13
casada religioso	0.07	0.05	0.08	0.07
casada civ/relig	0.36	0.51	0.55	0.54
união consensual	0.19	0.11	0.07	0.04
viúva	0.003	0.01	0.03	0.10
desq/divorc	0.007	0.01	0.02	0.02
separada	0.05	0.04	0.05	0.06
Total	1.0	1.0	1.0	1.0

Fonte: PNAD/1984

O Quadro 6 relativo ao descasamento indica que a proporção de solteiras é maior no grupo etário mais jovem, como era de se esperar. As unidas -- casadas só no civil, só no religioso ou ambos -- se concentram mais entre as mulheres de 25 a 34 anos e estão em menor proporção entre as mais velhas. A porcentagem de viúvas cresce bastante à medida em que cresce a idade, ao passo que as descasadas crescem ligeiramente com a idade da mulher.

A distribuição das mulheres expostas ao risco de segundo casamento por idade e status

marital se encontra no Quadro 7.

QUADRO 7

Distribuição das Mulheres de 15 a 54 Anos do Modelo de Recasamento por Status Marital e Idade

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

1984

Status Marital	15-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-54 anos
casada civil	0.04	0.06	0.06	0.04
casada religioso	0.01	0.02	0.02	0.02
casada civ/relig	0.01	0.02	0.02	0.01
união consensual	0.23	0.29	0.30	0.26
viúva	0.30	0.23	0.22	0.23
desq/divorc	0.06	0.08	0.09	0.11
separada	0.35	0.30	0.29	0.33
Total	1.0	1.0	1.0	1.0

Fonte: PNAD/1984

De acordo com o Quadro 7, a maior proporção de mulheres ainda sob risco de recasar (viúvas e descasadas) está entre as mais jovens, seguida das mais velhas. O fato da maior proporção de unidas estar nas idades intermediárias pode estar sugerindo que a dificuldade de recasamento é maior quando se é muito nova ou quando se é mais velha.

A fim de estudar os determinantes sócio-econômicos e demográficos do descasamento e recasamento nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e na região Nordeste, utilizaremos o modelo semi-paramétrico de riscos proporcionais de Cox para ajustar os dois modelos. É

importante lembrar que o modelo de recasamento é apenas tentativo e exploratório, e por isso não será desenvolvido com muitos detalhes.

A análise do descasamento é apresentada no capítulo VI, enquanto que o capítulo VII trata do recasamento.

Item	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
1	100	100	100	100	100
2	100	100	100	100	100
3	100	100	100	100	100
4	100	100	100	100	100
5	100	100	100	100	100
6	100	100	100	100	100
7	100	100	100	100	100
8	100	100	100	100	100
9	100	100	100	100	100
10	100	100	100	100	100
11	100	100	100	100	100
12	100	100	100	100	100
13	100	100	100	100	100
14	100	100	100	100	100
15	100	100	100	100	100
16	100	100	100	100	100
17	100	100	100	100	100
18	100	100	100	100	100
19	100	100	100	100	100
20	100	100	100	100	100
21	100	100	100	100	100
22	100	100	100	100	100
23	100	100	100	100	100
24	100	100	100	100	100
25	100	100	100	100	100
26	100	100	100	100	100
27	100	100	100	100	100
28	100	100	100	100	100
29	100	100	100	100	100
30	100	100	100	100	100
31	100	100	100	100	100
32	100	100	100	100	100
33	100	100	100	100	100
34	100	100	100	100	100
35	100	100	100	100	100
36	100	100	100	100	100
37	100	100	100	100	100
38	100	100	100	100	100
39	100	100	100	100	100
40	100	100	100	100	100
41	100	100	100	100	100
42	100	100	100	100	100
43	100	100	100	100	100
44	100	100	100	100	100
45	100	100	100	100	100
46	100	100	100	100	100
47	100	100	100	100	100
48	100	100	100	100	100
49	100	100	100	100	100
50	100	100	100	100	100

CAPÍTULO VI

DESCASAMENTO

Este capítulo apresenta a análise do fenômeno do descasamento à luz da teoria econômica. Na verdade, estamos trabalhando com o risco de primeiro descasamento. Desta forma, as mulheres sob risco de descasar são aquelas em primeira união e as que dissolveram a primeira união e não recasaram. Estaremos, pois, trabalhando com mulheres em primeira união, as descasadas da primeira união e também as viúvas, as quais estavam sob o risco de descasamento quando enviuvaram.

O primeiro item do capítulo descreve as variáveis utilizadas para o ajuste do modelo e as respectivas distribuições de frequências; o segundo contém os resultados esperados, de acordo com a literatura; no terceiro, aparecem as hipóteses de forma esquemática; o item 4 apresenta a metodologia a ser utilizada; finalmente, o item 5 contém a análise dos resultados com base no estimador de Kaplan-Meier e nos modelos semi-paramétricos de Cox.

VI.1 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS ⁸

Modelo 1 - DESCASA

- *consenso*: dummy para primeira união consensual.

⁸ As variáveis sublinhadas são os grupos de referência.

consens1: a primeira união não foi do tipo união consensual, mas de qualquer outro tipo, e

consens2: a primeira união foi consensual.

- coonasc: coorte de nascimento da mulher.

coonasc1: 1929-39,

coonasc2: 1940-49,

coonasc3: 1950-59, e

coonasc4: 1960-69.

- descasa: variável que indica se o evento ocorreu ou não, ou seja, indica a ocorrência de falha ou censura; igual a 0 se a mulher alguma vez unida está em primeira união ou, em outras palavras, nunca se descasou ou enviuvou; igual a 1 se esta mulher dissolveu a primeira união; inclui não só aquelas que se descasaram -- romperam suas uniões devido à separação, desquite ou divórcio -- mas também as viúvas.

- difidade: diferença de idade entre o marido e a mulher.

difidad1: mulher 10 ou mais anos mais nova que o marido,

difidad2: mulher 5 a 10 anos mais nova que o marido,

difidad3: mulher 1 a 5 anos mais nova que o marido,

difidad4: mulher da mesma idade do marido -- entre 12 meses mais nova e 12 meses mais velha,

difidad5: mulher entre 1 e 2 anos mais velha que o marido (mais precisamente, 13 a 24 meses), e

difid6: mulher mais de 2 anos mais velha que o marido.

- *duruni1*: duração da primeira união, em meses; variável contínua indicando tempo.

- *educ*: anos de estudo da mulher.

educ1: 0 anos de estudo,

educ2: 1-3 anos de estudo (primário incompleto),

educ3: 4 anos de estudo (primário completo),

educ4: 5-11 anos de estudo (até segundo grau completo), e

educ5: 12-16 anos de estudo (até terceiro grau completo).

- *iduni1*: idade à primeira união.

iduni11: até os 18 anos incompletos (casamento na adolescência),

iduni12: entre 18 e 19 anos, e

iduni13: 20 anos e mais.

- *legitimo*: grau de legitimidade do primeiro filho.

legitim1: sem filhos,

legitim2: filho ilegítimo -- a criança foi concebida e nasceu antes da primeira união,

- *legitim3*: filho legitimado -- a criança foi concebida antes e nasceu depois da primeira união, e

legitim4: filho legítimo -- a criança foi concebida e nasceu de 8 a 12 meses após a primeira união,

legitim5: filho legítimo -- a criança foi concebida e nasceu de 13 a 24 meses após a primeira união,

legitim6: filho legítimo -- a criança foi concebida e nasceu de 25 a 48 meses após a

primeira união, e

legitim7: filho legítimo -- a criança foi concebida e nasceu mais de 4 anos após a primeira união.

- *local*: local de residência da mulher.

local1: estado de São Paulo,

local2: estado do Rio de Janeiro, e

local3: região Nordeste, composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

- *nascido*: número de nascidos vivos por mulher até a data da pesquisa.

nascido1: sem filhos,

nascido2: 1 filho,

nascido3: 2 filhos,

nascido4: 3 filhos, e

nascido5: 4 filhos e mais.

- *religi*: dummy para primeiro casamento só no religioso.

religi1: o primeiro casamento não foi só no religioso, mas de qualquer outro tipo, e

religi2: o primeiro casamento foi só no religioso.

- *ultimo*: idade do filho mais novo.

ultimo1: sem filhos,

ultimo2: até 12 meses,

ultimo3: 1-5 anos (idade pré-escolar),

ultimo4: 6-17 anos (idade escolar), e

ultimo5: 18 anos e mais.

O Quadro 8 apresenta a distribuição de frequência da variável resposta e de cada uma das variáveis explicativas do Modelo 1.

QUADRO 8

Distribuição de Frequências

Modelo 1 - DESCASA

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Mulher é descasada	%
não	86.3
sim	13.7
Primeira união consensual	%
não	86.0
sim	14.0
Coorte de nascimento da mulher	%
1929-39	20.1
1940-49	27.3
1950-59	35.0
1960-69	17.6

Diferença de idade marido-mulher	%
mulher + 10 anos mais nova	11.8
mulher 5-10 anos mais nova	22.3
mulher 1-5 anos mais nova	33.0
mesma idade	14.7
mulher 1-2 anos mais velha	4.1
mulher + 2 anos mais velha	14.1
Educação da mulher	
	%
0 anos	21.8
1-3 anos	21.3
4 anos	18.4
5-11 anos	32.7
12-16 anos	5.8
Idade à primeira união	
	%
até 18 anos	25.3
18-19 anos	20.2
20 + anos	54.5

Condição de legitimidade do primeiro filho	%
sem filhos	9.7
ilegítimo	12.2
legitimado 1-7 meses após união	9.4
legítimo 8-12 meses após união	21.6
legítimo 1-2 anos após união	28.8
legítimo 2-4 anos após união	13.2
legítimo + 4 anos após união	5.1
Local de residência	
	%
São Paulo	16.2
Rio de Janeiro	29.4
Nordeste	54.4
Nascidos vivos	
	%
sem filhos	9.7
1 filho	17.4
2 filhos	21.0
3 filhos	16.5
4 e + filhos	35.4

Primeira união só religiosa	%
não	92.3
sim	7.8
Idade do filho mais novo	%
sem filhos	9.7
até 12 meses	14.1
1-5 anos	39.8
6-17 anos	28.9
18 anos e +	7.5

N obs = 7996

É importante lembrar que esta distribuição de frequências tem por base a amostra aleatória de 20%, correspondente a 7996 mulheres sob risco de descasamento.

A distribuição de frequências das covariáveis explicativas do risco de descasamento indica que cerca de 14% das mulheres sob risco de primeiro descasamento já estavam descasadas à época da entrevista.

Também é de 14% a proporção de mulheres cuja primeira união foi do tipo consensual, enquanto que os casamentos só no religioso somam 8% do total. Isto parece indicar que as uniões ditas formais -- casamento no civil e no civil e religioso -- ainda prevalecem nas regiões em estudo, representando 78% do total de primeiras uniões. Certamente esta distribuição seria bastante diferente se estivéssemos tratando de segundas uniões, onde a incidência de uniões consensuais é maior.

Quanto à coorte de nascimento, a coorte que concentra o maior número de mulheres

entrevistadas é aquela que nasceu entre 1950 e 1959, seguida pelas nascidas entre 1940 e 1949. A menor proporção de mulheres entrevistadas corresponde ao grupo nascido na década de 60.

A distribuição da diferença de idade entre marido e mulher se dá de forma que 15% dos casais têm a mesma idade, 67% têm mulheres mais jovens e 18% têm mulheres mais velhas. Com isso, pode-se dizer que, apesar dos homens preferirem mulheres mais jovens, muitos deles se casam com mulheres mais velhas. No entanto, a hipótese de Lazo (1991) de que os casamentos exogâmicos em relação à idade prevalecem nas coortes mais jovens não pode se verificada aqui. Os cruzamentos indicam que, entre os casais cujas mulheres são mais velhas que seus maridos, 31.6% das mulheres nasceram entre 1929 e 1939, 32.6% pertencem à coorte nascida entre 1940 e 1949, 30.3% nasceram na década de 50 e somente 5.5% nasceram na década de 60. Entretanto, é pouco provável que as mulheres da coorte mais jovem possam ter se casado com homens mais novos, dado que estas mulheres tinham, em 1984, entre 15 e 24 anos. Desta forma, era esperado que a incidência de mulheres mais velhas que seus maridos na coorte mais jovem fosse pequena.

A proporção de mulheres analfabetas é de 22%, contra 21% com primário incompleto e 18% com primário completo. Portanto, 61% das mulheres têm um nível de educação baixo -- até 4 anos de estudo. As mulheres com com 5 a 11 anos de estudo correspondem a 33% do total, enquanto que as de maior escolaridade representam apenas 6% das mulheres amostradas.

Com relação à idade ao casar, 25% das mulheres se uniu pela primeira vez na adolescência, 20% o fez entre 18 e 19 anos e a grande maioria (55%) após os 20 anos.

Em termos da fecundidade, cerca de 10% das mulheres são nulíparas, contra 90% com pelo menos um filho. Mulheres com primogênitos ilegítimos representam 12% do total, enquanto que 9% delas legitimaram o filho através do casamento (casaram grávidas) e cerca de 69% têm seus filhos mais velhos legítimos.

Quanto aos nascidos vivos, 17% das mulheres têm apenas um filho, 21% têm dois filhos, 17% têm três filhos e 35% têm quatro ou mais filhos. Com base nesta distribuição, percebe-se que a incidência de mulheres com alta fecundidade ainda é elevada.

A distribuição das mulheres segundo a idade do filho mais novo se comporta da seguinte forma: 14% têm o filho mais novo entre 0 e 12 meses, 40% os têm na fase pré-escolar (entre 1 e 5 anos), 29% em idade escolar (6 a 17 anos) e apenas 8% das mulheres têm o filho mais novo acima de 18 anos. Este resultado já era esperado, dado que o universo das mulheres se restringe às que tinham entre 15 e 54 anos na época da entrevista. Caso mulheres mais velhas tivessem sido entrevistadas, é bem provável que a proporção de mulheres com filhos adultos fosse mais elevada, em detrimento daquelas com filhos menores.

A distribuição das mulheres pelo local de residência mostra que 16% das mulheres residem no estado de São Paulo, 29% no estado do Rio de Janeiro e 55% na região Nordeste.

VI.2 RESULTADOS SUGERIDOS PELA TEORIA ECONÔMICA

Educação é uma variável clássica em estudos de determinantes sócio-econômicos. A relação da covariável *educ* com o risco de descasar e recasar pode ser tanto negativa quanto positiva⁹ (Becker, Landes & Michael, 1977). No caso do sinal negativo, pode-se dizer que um maior nível de educação implica em menor chance de descasamento, devido ao fato de que as mulheres de maior escolaridade tendem a ter uma utilidade esperada do casamento relativamente mais elevada. Por outro lado, é possível que a relação seja positiva, baseada no fato de que mulheres de maior escolaridade têm maiores chances no mercado, contrariando o princípio da divisão do trabalho, o qual postula que cada um dos parceiros deve se especializar em uma esfera de produção diferente -- mercado ou domicílio. Portanto, a chance de descasar seria tanto maior quanto maior a escolaridade da mulher e, conseqüentemente, quanto maior a sua especialização no mercado. Os resultados para os EUA indicam uma relação negativa entre descasamento e educação da mulher (Menken et al., 1991; Martin & Bumpass, 1989).

A literatura aponta para o fato de que as dissoluções ocorrem geralmente entre as uniões mais recentes, ou seja, de menor duração, já que investimentos de capital humano específicos no casamento -- tais como filhos, compatibilidade sexual e conhecimento do parceiro -- aumentam com a duração do casamento. Por outro lado, erros decorrentes da

⁹ Por relação negativa entende-se que um aumento no nível da variável explicativa -- por exemplo, de primário incompleto para primário completo -- levaria a uma redução no risco de descasamento. O inverso também é verdadeiro, ou seja, uma redução no nível de uma covariável geraria um aumento no risco de descasar. Desta forma, a relação negativa é inversa. Uma relação positiva, por sua vez, ocorre quando um aumento de nível da covariável faz com que aumente o risco de descasamento, ou ainda quando uma redução no nível da covariável reduz o risco de descasamento, de modo que uma relação positiva é uma relação direta.

assimetria de informações são reconhecidos logo no início do casamento.

Unões que se iniciam muito cedo têm maior chance de dissolução, pois o casal provavelmente teve um período de namoro relativamente curto e, além disso, tem poucas informações a respeito de outros possíveis parceiros. Por outro lado, se a primeira união ocorre tardiamente, a probabilidade de dissolução também é elevada, assumindo que mulheres que se casam mais tarde optaram por investir primeiramente na sua carreira profissional e, por isso, são financeiramente independentes. Outro ponto a ser considerado é o fato de que certas mulheres se casam mais tarde porque têm menos atributos ou são de pior qualidade, e por esta razão não conseguiram atrair parceiros quando eram mais jovens. Por esta razão, o sinal esperado para a covariável *iduni1* sobre o risco de descasamento pode ser tanto negativo quanto positivo. Becker, Landes e Michael (1977) sugerem um efeito em forma de U. Trussell, Rodriguez & Vaughan (1992) indicam que a imaturidade emocional dos indivíduos que se casam jovens leva a um maior risco de descasar. No caso brasileiro, espera-se que a relação seja inversa, de modo que as uniões iniciadas na adolescência tenham maior risco de serem rompidas. Esta suposição está baseada na crescente incidência de gravidez na adolescência, que leva ao casamento para que o filho seja legitimado. O sinal negativo da relação entre idade à primeira união e descasamento foi observada nos EUA (Martin & Bumpass, 1992), Suécia (Trussell et al., 1992), Inglaterra (Murphy, 1985) e Itália (De Rose, 1992).

A inclusão da covariável *coonasc* no modelo é uma tentativa de analisar o comportamento do descasamento em termos de coorte, já que no período a proporção de descasadas ainda é relativamente baixa. Nossa hipótese é a de que o comportamento das

mulheres mais velhas frente ao descasamento é mais tradicional, enquanto que as mulheres mais jovens certamente se descasam com maior intensidade. Este resultado foi observado na Suécia (Trussell et al., 1992).

→ A diferença de idade entre marido e mulher pode afetar o descasamento positivamente na medida em que grandes diferenças de idade entre os parceiros reduzem os ganhos do casamento. Becker (1981) prevê o acasalamento positivo por idade ("positive assortative mating"), ou seja, homens mais velhos se casam com mulheres mais velhas. Por outro lado, desequilíbrios na razão de sexos por idade levam a desequilíbrios no mercado de casamentos, o que pode obrigar um dos parceiros a procurar seu par em um grupo etário distinto do seu.

Segundo Kogut (1976) e Lazo (1991), a diferença de idade entre o casal está relacionada à idade à união. Para Kogut, como a mulher em geral sai do mercado de trabalho para cuidar dos filhos pequenos, então a renda auferida pelo marido deverá ser mais elevada. Como os salários tendem a crescer à medida em que cresce a idade, então quanto mais tarde a mulher se casar, menor será a diferença de idade, ao contrário do homem, que ao se casar mais tarde poderá ter uma diferença de idade maior em relação à sua mulher. A explicação de Lazo é demográfica e se refere à pirâmide da solidão que as mulheres enfrentam à medida em que envelhecem. Dado que as mulheres se unem a homens um pouco mais velhos que elas e que a mortalidade masculina é mais elevada, quanto mais velha a mulher, menor a parcela de homens disponíveis. A autora verificou que, em São Paulo, a diferença de idade mediana entre os cônjuges aumenta na medida em que a idade à primeira união da mulher diminui. Mulheres ao redor de 28 anos se unem com

homens da mesma idade e, a partir de então, começa a aparecer com mais frequência casamentos onde a mulher é mais velha que o marido.

Uma visão alternativa e a meu ver machista da diferença de idade marido-mulher é oferecida por Bergstrom e Bagnoli (1993). Os autores sugerem que esta diferença é resultado dos diferentes papéis econômicos do homem e da mulher. A estratégia funciona de forma que os homens que esperam ter sucesso profissional adiam o casamento até este sucesso seja grande o suficiente para atrair as mulheres mais desejáveis. As mulheres, ao contrário, não precisam adiar o casamento devido ao fato de que suas qualidades já são conhecidas em idades mais jovens. Portanto, todas as mulheres se casam mais cedo, embora as mais desejáveis se unam aos homens de maior sucesso e, por esta razão, mais velhos, enquanto que as mulheres menos desejáveis se casam com os homens mais novos.

Grossbard-Schechtman (1993) trata esta questão em termos da produtividade diferenciada entre homem e mulher. O pico da produtividade da mulher enquanto mãe ocorre mais cedo que o pico da produtividade do homem em relação à sua capacidade de gerar renda. Biologicamente, a mulher está no auge da sua capacidade reprodutiva aos vinte e poucos anos, enquanto que o homem, sobretudo o mais educado, raramente atinge o pico da sua capacidade produtiva antes dos 30 anos. Portanto, a existência de um diferencial de idade entre homem e mulher não só é aceitável como também desejável. Nossa hipótese é de que a relação entre a diferença de idade entre os cônjuges e o risco de descasar pode ser não-linear, o que nos levaria a esperar tanto uma relação positiva quanto negativa da covariável *difidade* com o descasamento.

As uniões formais -- casamento civil, religioso ou ambos -- indicam compromisso e

lealdade, ao passo que as uniões consensuais são consideradas relativamente instáveis quando comparadas às primeiras. O fato de uma mulher estar unida formalmente indica que seu valor no mercado de casamento é mais elevado vis à vis as mulheres em união consensual (Grossbard-Schechtman, 1993). Em países desenvolvidos, a idéia de união consensual está ligada à co-habitação, no sentido de que os casais optam por um período de experiência através da vida em comum antes da formalização da união. Estudos feitos para a Itália (Rose, 1992) e a Suécia (Trussell et al., 1992) indicam que a co-habitação anterior à união formal aumenta o risco de descasamento. No caso do Brasil, os arranjos familiares ainda são de tipo mais tradicional. Neste sentido, as uniões consensuais não seriam do tipo co-habitação, pois são pouco representativos os casos de uniões consensuais que se transformam em uniões formais. No caso em estudo, somente 0.1% das mulheres reportaram que o intervalo entre uma união e outra foi nulo, sugerindo a formalização de uma união consensual. Portanto, espera-se que o sinal da covariável *consens* seja positivo, indicando que uma maior informalidade da união implica em maior probabilidade de descasamento.

O casamento só no religioso também pode ser considerado um arranjo informal se contrastado com o casamento civil e o civil e religioso, apesar de mais formal que as uniões consensuais (Kogut, 1976). Espera-se, com isso, uma relação positiva entre a covariável *religi* e o risco de descasamento, de forma que o aumento da informalidade leve a um aumento do risco de recasamento.

Becker sugere que a presença de filhos nas primeiras idades reduz a probabilidade de dissolução da união, ao contrário de filhos em idade escolar. Esperamos, portanto, que a relação entre a idade do filho mais novo (covariável *último*) e o risco de descasamento seja

positiva.

É preciso considerar, ainda, o número de filhos da mulher. É bem provável que mulheres com um número maior de filhos tenham maior dificuldade de descasar quando comparadas a mulheres com 1 filho, por exemplo. Esperamos, assim, uma relação negativa entre a covariável *nascido* e o risco de descasamento.

A ilegitimidade do primeiro filho aumenta a probabilidade de descasamento, sobretudo quando o casamento funciona como simples mecanismo de legitimação da criança. Portanto, espera-se que mulheres com o primeiro filho ilegítimo tenham o maior risco de descasar, seguidas daquelas que legitimaram o filho através do casamento, ou seja, casaram grávidas.

Quanto ao local de residência da mulher, esperamos que os padrões de descasamento sejam diferenciados. Nossa hipótese é a de que o estado do Rio de Janeiro está na vanguarda no que diz respeito aos arranjos familiares, seguido pelo estado de São Paulo e, por último, o Nordeste. Em outras palavras, esperaríamos que os arranjos matrimoniais no Rio de Janeiro fossem mais flexíveis que os das demais regiões estudadas. É preciso deixar claro que esta hipótese é meramente intuitiva e sem nenhum fundamento dito científico, mas baseada na caracterização jornalística das diferenças comportamentais entre as regiões.

O próximo item traz um resumo das hipóteses deste modelo.

VI.3 HIPÓTESES

De forma esquemática, as hipóteses do Modelo 1 - DESCASA são as seguintes:

1. O risco de descasamento da mulher é tanto maior quanto mais cedo ocorre a primeira união.
2. O risco de descasamento da mulher depende da sua coorte de nascimento: mulheres mais jovens se descasam mais cedo.
3. O risco de descasamento da mulher é tanto maior quanto mais informal for o tipo de união em que ela vive.
4. O risco de descasamento da mulher é maior quando o seu primeiro filho é ilegítimo.
5. O risco de descasamento da mulher é maior quanto menor for o seu número de filhos.
6. O risco de descasamento da mulher é maior quanto mais velho for o seu último filho.
7. O risco de descasamento da mulher é maior entre as que moram no Rio de Janeiro, seguido por São Paulo e, por último, o Nordeste, onde o risco deverá ser o menor dos três.

VI.4 MÉTODOS

A metodologia a ser utilizada é a de análise de sobrevivência, que se baseia em histórias de eventos e cujo objetivo é, neste caso, modelar o risco de descasar e recasar. Estamos interessados na duração das uniões e no período de descasamento.

Dizemos que um evento ocorre quando há uma mudança qualitativa em um ponto específico no tempo. A melhor maneira de estudar um evento é através de histórias de eventos -- um registro longitudinal de quando os eventos ocorrem em um período de tempo determinado, em um universo determinado de indivíduos. A variável em estudo é o tempo até a ocorrência do evento.

A história de eventos possui duas características. Em primeiro lugar, há o que se chama de censura, ou seja, a informação sobre uma determinada observação é apenas parcial. No caso em estudo, isto ocorre se, até a data da entrevista, a mulher não descasou, ou seja, ela continua sob risco de experimentar o evento. Ao contrário, se a mulher descasou no período em estudo, então o evento ocorreu, ou seja, houve falha.

É possível, ainda, que a censura ocorra porque os indivíduos em estudo, por alguma razão, deixaram de ser acompanhados. No entanto, isto não acontece aqui porque os dados da PNAD/84 são retrospectivos. Um caso de censura semelhante a este que acabamos de mencionar é o das viúvas. Até o momento da morte de seu maridos, estas mulheres estavam sob o risco de descasar. A partir do momento em que os maridos morrem, estas mulheres são censuradas, ou seja, elas deixam de correr o risco de experimentar o descasamento. No entanto, a duração da primeira união destas mulheres, até a morte de seus maridos, é

contabilizada. A diferença das viúvas em relação às descasadas é que as primeiras não sofreram o evento, de forma que a variável de censura *descasa* é codificada como 0, ao passo que as últimas sofreram o evento e, portanto, o código para *descasa* é 1.

A segunda característica das histórias de eventos é o fato de que as variáveis explicativas podem variar com o tempo, o que não ocorre em nossos modelos, uma vez que as informações sobre estas variáveis se referem à época da pesquisa.

Os métodos de análise de sobrevivência podem ser de três tipos. O primeiro deles é o modelo não paramétrico, onde não é feita nenhuma imposição sobre a estrutura do tempo dos eventos. Em segundo lugar aparece o modelo paramétrico, onde o tempo até o evento ou entre os eventos vem de distribuições específicas tais como a Weibull, a Gompertz e a exponencial. Finalmente, temos o modelo semi-paramétrico ou de riscos proporcionais de Cox, um modelo bastante flexível que combina um componente paramétrico com um componente não paramétrico. A parte paramétrica é devida ao fato de que se especifica um modelo de regressão com uma forma funcional específica; o lado não paramétrico se deve à não especificação da forma exata da distribuição do tempo dos eventos. Os riscos são proporcionais se o efeito de uma variável explicativa sobre o risco é proporcional em diferentes pontos no tempo, ou seja, se a razão entre os riscos é constante -- ou independente do tempo -- em qualquer ponto do tempo.

Os modelos de análise de sobrevivência são adequados para o caso em estudo na medida em que nem todas as mulheres permaneceram expostas ao risco de descasar e recasar durante o mesmo período de tempo, justificando a necessidade do uso deste tipo de modelo. Caso estivéssemos trabalhando com regressões logísticas, seria necessário agrupar

as mulheres de acordo com o período de tempo em que elas ficaram descasadas, de forma que, em cada grupo, todas as mulheres tivessem tido o mesmo período de exposição ao risco de recasar. Neste caso, tal artifício torna-se desnecessário, já que os modelos de análise de sobrevivência incorporam a informação proveniente de informações censuradas (Allison, 1984).

O presente trabalho faz uso do modelo de riscos proporcionais de Cox porque preferimos assumir o não conhecimento da forma da função densidade da variável tempo¹⁰. A título de análise exploratória e com o objetivo de testar se os riscos são proporcionais, foi utilizado o estimador de Kaplan-Meier. Através dele, é possível estimar a função de sobrevivência $S(t)$ -- a probabilidade de um indivíduo sobreviver além do tempo t -- para os diversos níveis das variáveis categóricas. O estimador de Kaplan-Meier permite, ainda, verificar se o risco de uma mulher descasar ou recasar é constante ao longo do tempo, sem ajustar pelas outras variáveis explicativas, uma vez que o que se tem é apenas um estimador da função de sobrevivência e não um modelo de regressão. Em termos de coortes, por exemplo, falar em riscos proporcionais significa dizer que a razão entre os riscos de descasamento das mulheres de duas coortes distintas é a mesma, independentemente do tempo decorrido desde a união.

A análise das curvas de sobrevivência é feita de forma visual, sem regras ou parâmetros fixos para comparações. Portanto, o estimador de Kaplan-Meier não é um teste

¹⁰ No futuro, pretendemos contrastar os resultados obtidos no modelo de Cox com estimativas paramétricas.

estatístico propriamente dito. Existem testes estatísticos específicos para este fim¹¹, mas optamos por realizar somente a inspeção visual.

Algumas variáveis explicativas dependem do tempo, de forma que a variável não é constante ao longo do tempo. Um bom exemplo são as variáveis ligadas à fecundidade: o número de filhos tidos e a idade do filho mais novo variam com o passar do tempo. Por esta razão, o ideal seria trabalharmos com elas enquanto variáveis dependentes do tempo, mas isto exigiria um pacote estatístico mais potente e um trabalho maior devido à complexidade da base de dados. Como o tempo era curto, optamos por considerar as variáveis relativas à fecundidade como não dependentes do tempo, ou seja, tomamos o número de filhos tidos e a idade do filho mais novo no momento da entrevista, e não em cada ponto de duração da primeira união. Assim sendo, os resultados com relação a estas variáveis devem ser analisados com cautela.

A existência de variáveis dependentes do tempo gera possíveis problemas de simultaneidade. Isto ocorre quando uma variável explicativa é objeto de escolha do indivíduo simultaneamente à variável resposta. Um exemplo clássico é a tentativa de explicar mudanças na fecundidade através da participação feminina na PEA.

Um outro ponto a ser destacado é a questão da heterogeneidade. Ela pode ser fruto de características não observáveis dos indivíduos ou de erro de especificação do modelo na omissão de variáveis explicativas relevantes. Se o risco de sofrer o evento por parte dos indivíduos é afetado por alguma característica não observável, ou seja, que não foi controlada no modelo, e se a característica apresenta uma relação positiva ou negativa com

¹¹ Para um teste estatístico aplicado a uma situação semelhante, ver Menken, Trussell, Stempel e Babakol (1981).

a duração que afete o evento em algum ponto específico de duração, então os indivíduos que permanecem sob risco com o aumento da duração sofrerão risco diferenciado de ocorrência do evento. No caso de uma relação negativa com a duração, a diminuição do risco entre aqueles indivíduos que continuam sob risco do evento e atingem duração mais elevada será explicada mais pela permanência de indivíduos com menor risco de sofrer o evento e menos devido à queda do risco em si. Montgomery e Trussell (1986) têm um exemplo bastante claro sobre o que vem a ser heterogeneidade não observada. Em um estudo de intervalos de nascimento, eles mostram que a infertilidade de um dos membros do casal é uma condição de grande relevância mas totalmente desconhecida pelo pesquisador.

Formalizando, o estimador de Kaplan-Meier é dado por

$$S(t) = \prod \frac{(n_j - d_j)}{n_j} \quad (6)$$

onde t são os tempos distintos de falha,

n_j é número de mulheres sob risco de sofrer o evento no tempo t , e

d_j é o número de falhas no tempo t .

O modelo de riscos proporcionais de Cox pode ser descrito por

$$\ln \lambda(t) = \ln \lambda_0 + \beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_p x_p \quad (7)$$

onde

$$\lambda(t)$$

é a função risco,

x_1, x_2, \dots, x_p são as co-variáveis ou variáveis explicativas, e

$\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_p$ são os coeficientes.

O "hazard ratio" ou razão dos riscos é dada por e^{β} .

VI.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

VI.5.1 KAPLAN-MEIER

Uma primeira análise exploratória dos dados sobre descasamento foi feita através do estimador de Kaplan-Meier. Neste caso, é possível visualizar a proporção de mulheres que permanecem em primeira união ao longo do tempo de duração da união. A inspeção dos gráficos é feita visualmente e, portanto, sem nenhuma regra fixa para determinar padrões ou níveis aceitáveis. O que estamos fazendo aqui são algumas apostas, a partir do que sugere a teoria econômica. Por esta razão, em alguns casos estamos estratificando os dados menos com base nos gráficos e mais baseados na teoria.

Coorte de Nascimento

O Gráfico 2 apresenta a sobrevivência das mulheres de 15 a 54 anos no estado *unida pela primeira vez*, segundo quatro coortes de nascimento: 1929-39, 1940-49, 1950-59 e 1960-69. Antes de mais nada, é importante lembrar que os dados estão truncados, já que as

coortes não estiveram expostas ao mesmo período de tempo de união.

As curvas indicam que o comportamento das mulheres frente ao descasamento varia de acordo com a coorte à qual elas pertencem. Este resultado também foi encontrado no caso dos EUA (Martin & Bumpass, 1989) mas não se confirmou no caso inglês (Murphy, 1985). Às coortes têm um comportamento único e incomparável, sendo possível determinar algumas semelhanças entre elas. As mulheres mais velhas, nascidas entre 1929-39, assim como as mulheres pertencentes à coorte seguinte (1930-39) apresentam um mesmo nível e padrão de descasamento até 16 anos de união. A coorte nascida na década de 50 apresenta um padrão e um nível intermediários, ou seja, estas mulheres descasam com maior rapidez e intensidade que aquelas nascidas nas coortes anteriores. A coorte nascida entre 1960 e 1969, por sua vez, descasa mais rápida e intensamente que a coorte anterior.

O Gráfico 2 indica que a proporção de descasamentos de cada coorte varia por duração da primeira união. A coorte mais velha sobrevive mais tempo no estado *casada* que as mulheres das demais coortes. Isto significa que, em média, o primeiro casamento das mais velhas dura mais. As mais jovens, por outro lado, apresentam a menor duração média da primeira união. Chamamos isto de efeito-coorte, ou seja, o descasamento ocorre em diferentes pontos do ciclo de vida de cada coorte.

O Gráfico 3 apresenta a taxa de descasamento por coorte de nascimento da mulher. Calculando a taxa de descasamento para cada coorte, segundo a duração a primeira união e caso todas as mulheres se casassem aos 20 anos, percebemos que as mulheres da coorte mais velha atingem o pico do descasamento com 20 anos de duração. Já entre as nascidas na década de 40, o pico ocorre aos 10 anos. Para a coorte nascida entre 1950 e 1959, a

maior taxa de descasamento ocorre entre 3 e 6 anos de duração da primeira união. Para as nascidas na década de 60, o pico se dá logo nos primeiros anos. Devemos ressaltar que a questão da censura também pode ser importante no caso das coortes mais jovens, mas uma duração de até 4 anos nos parece bastante confiável.

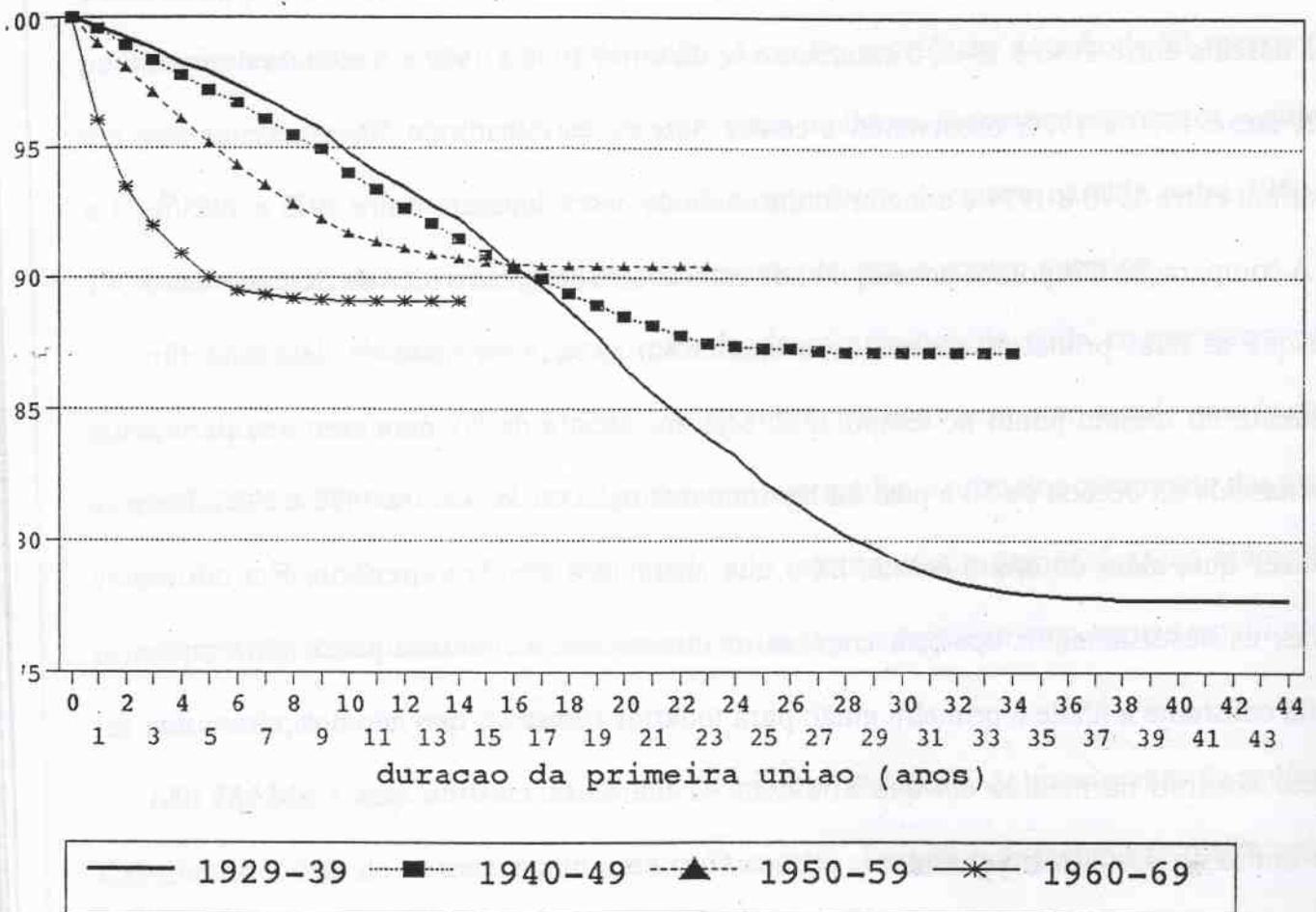
Dando prosseguimento ao exercício em que todas as mulheres se casam aos 20 anos de idade -- valor não muito distante da SMAM -- então o casamento das nascidas entre 1929 e 1939 ocorreu entre 1949 e 1959 e o pico do descasamento, entre 1969 e 1979; para a coorte nascida entre 1940 e 1949, o casamento se dá entre 1960 e 1969 e o pico do descasamento, entre 1970 e 1979; observando a coorte nascida na década de 50, os casamentos ocorreriam entre 1970 e 1979 e a maior intensidade de descasamentos entre 1973 e 1985¹².

A comparação dos pontos no tempo onde cada coorte atingiria o pico do descasamento indica que as duas primeiras coortes experimentaram as maiores taxas de descasamento exatamente no mesmo ponto no tempo, qual seja, na década de 70, enquanto que para a coorte nascida na década de 50 o pico foi ligeiramente mais tarde -- entre 1973 e 1985. Isto quer dizer que, além do efeito-coorte, há o que chamamos de efeito-período. Em outras palavras, os descasamentos ocorrem com maior intensidade no mesmo ponto no tempo, mantida constante a idade à primeira união para todas as coortes, o que não nos parece um exercício absurdo na medida em que a revisão da literatura mostrou que a SMAM não variou muito no período em questão.

¹² Lembrando que nossa base de dados é de 1984, a análise da coorte nascida entre 1960 e 1969 seria um mero exercício de futurologia, já que, segundo nossa simulação, estas mulheres se casariam entre 1980 e 1989 e atingiriam o pico do descasamento entre 1981 e 1990.

GRÁFICO 2

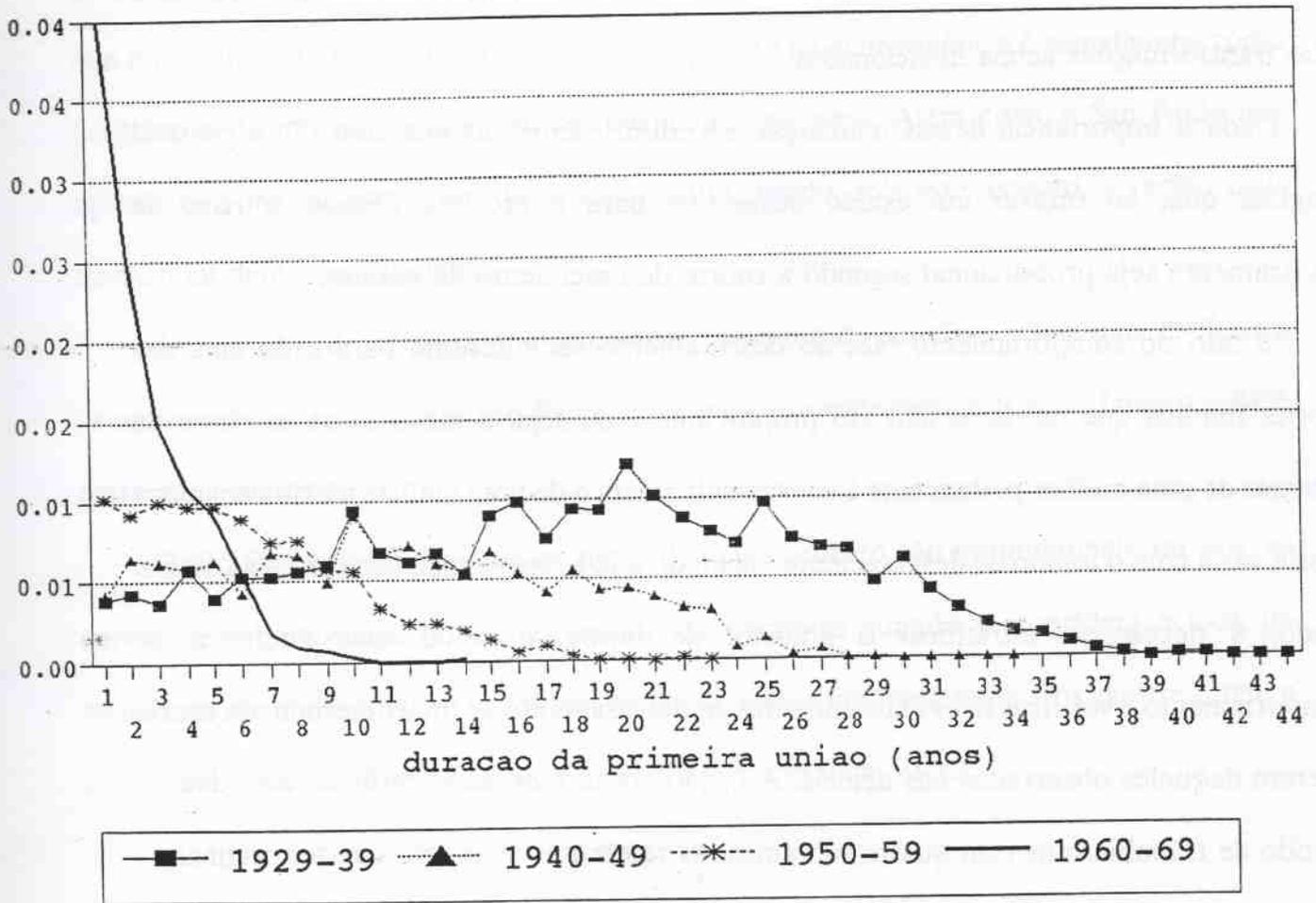
FUNCAO DE SOBREVIVENCIA FEMININA SEGUNDO A COORTE DE NASCIMENTO



Fonte: PNAD/84.

GRÁFICO 3

TAXA DE DESCASAMENTO FEMININA SEGUNDO A COORTE DE NASCIMENTO



Fonte: PNAD/84.

Um ponto a ser destacado é o fato de que década de 70 foi palco de grandes transformações institucionais, materiais, sócio-econômicas e culturais (Faria, 1989), culminando com a regulamentação do divórcio em 1977. Nos parece que estas transformações tiveram impactos comportamentais bastante fortes e importantes no que tange à queda da fecundidade e às mudanças em termos de arranjos matrimoniais. É interessante notar que diferentes coortes, para diferentes durações de primeira união, experimentaram uma queda na sobrevivência destas uniões em um mesmo ponto no tempo, certamente influenciadas pelas transformações acima mencionadas.

Dada a importância destas mudanças estruturais ocorridas nos anos 70, é possível imaginar que, ao refazer um estudo deste tipo para a próxima década, o risco de descasamento seja proporcional segundo a coorte de nascimento da mulher.

O fato do comportamento face ao descasamento ser diferente para cada uma das coortes implica que os riscos não são proporcionais, ou seja, a razão entre os riscos de descasar de uma mulher pertencente à coorte mais jovem e de uma mulher nascida em outra coorte varia com o tempo de descasamento, de modo que as curvas não são paralelas. Assim sendo, é necessário estratificar a amostra de forma a captar esta diferença de comportamento e verificar se os determinantes do descasamento de uma determinada coorte diferem daqueles observados nas demais. A opção em termos da estratificação se deu no sentido de trabalharmos com quatro sub-amostras referentes às quatro coortes originais.

Local de Residência

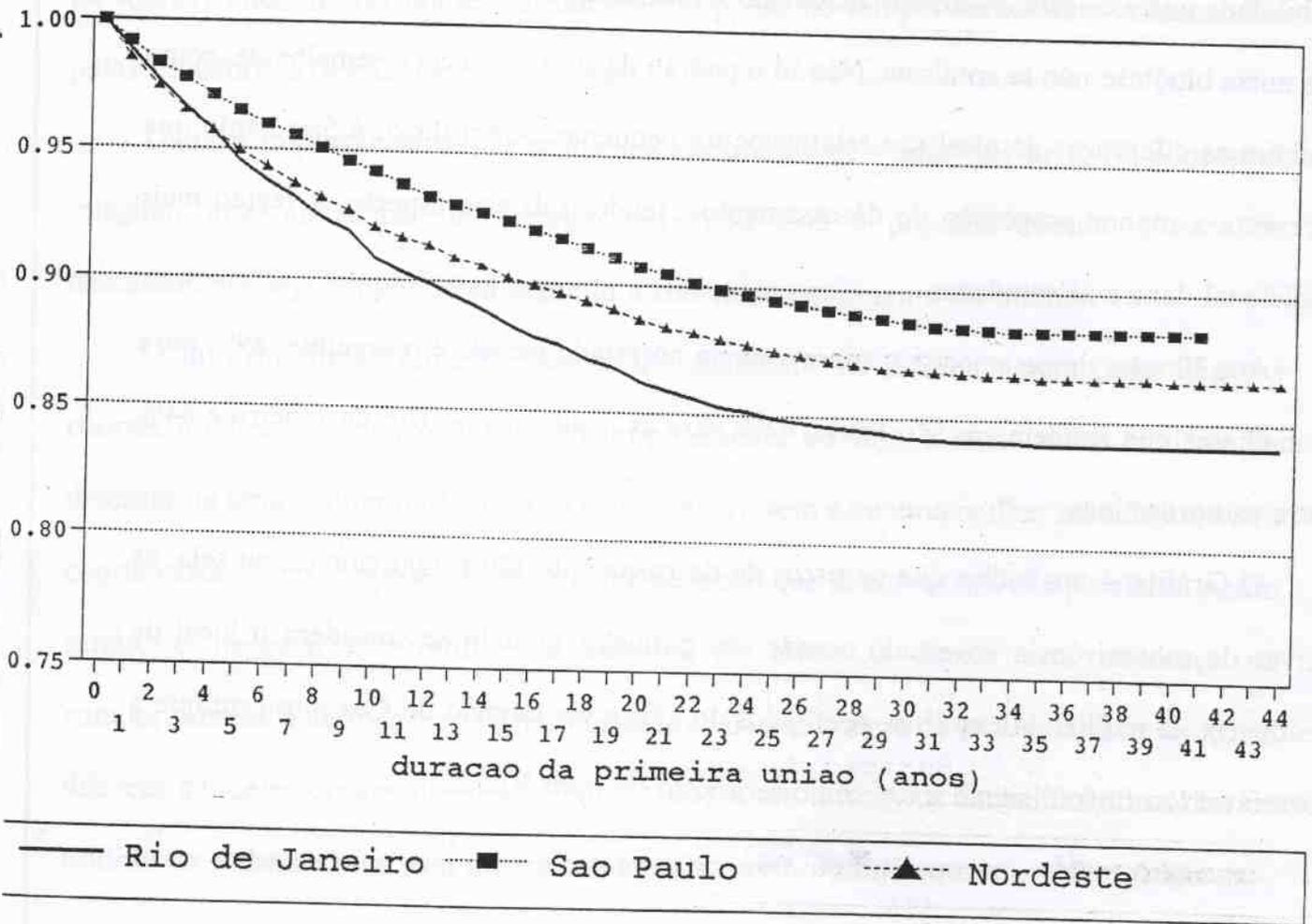
Uma das hipóteses deste trabalho é a de que o risco de descasamento varia de acordo com o local de residência da mulher. A expectativa é de que o estado do Rio de Janeiro estaria mais na vanguarda em termos de arranjos familiares, seguido por São Paulo e, por último, a região Nordeste. É bom lembrar que o termo "vanguarda" quer dizer uma maior proporção de uniões informais, descasamentos e recasamentos, indicando uma maior mobilidade entre os estados *casada*, *descasada* e *recasada*. Entretanto, o Gráfico 4 mostra que nossa hipótese não se confirma. Não só o padrão da sobrevivência é semelhante, como também as diferenças de nível são relativamente pequenas. Além disso, é São Paulo que apresenta a menor proporção de descasamentos, sendo, sob este aspecto, a região mais tradicional dentre as estudadas.

Aos 30 anos de casamento, a sobrevivência no estado *casada* é o seguinte: 89% para as mulheres que residem em São Paulo, 87% para as residentes no Rio de Janeiro e 84% entre as nordestinas.

O Gráfico 4 nos indica que os riscos de descasamento são proporcionais, ou seja, as curvas de sobrevivência no estado *casada* são paralelas quando se considera o local de residência da mulher. Além disto, resultados do ajuste via modelo de Cox mostram que a covariável *local* não é significativa, como será visto no item VI.5.2.

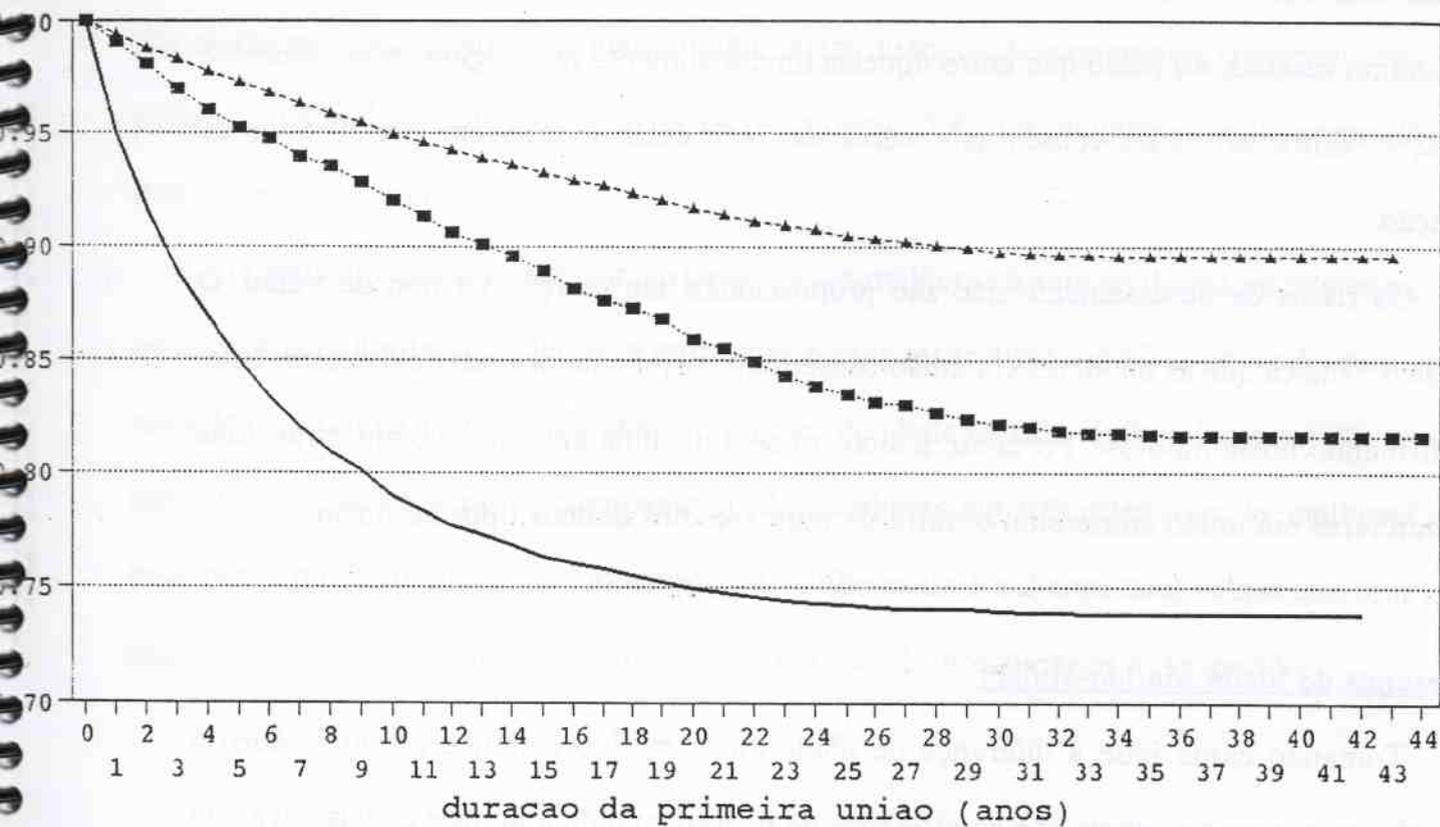
GRÁFICO 4

FUNCAO DE SOBREVIVENCIA FEMININA SEGUNDO O LOCAL DE RESIDENCIA



Fonte: PNAD/84.

FUNCAO DE SOBREVIVENCIA FEMININA SEGUNDO O TIPO DE UNIAO



— consensual

-■- religiosa

-▲- civ e civ + reli

Fonte: PNAD/84.

Tipo de União

A sobrevivência do casamento parece estar ligada ao tipo de união. As curvas para o casamento só no religioso, só no civil e no civil e religioso têm padrão semelhante, apesar da diferença de nível. As uniões consensuais, por outro lado, apresentam padrão e nível bastante distintos dos demais. Além de descasar mais, as mulheres em união consensual se descasam mais rapidamente, o que confirma a hipótese de que as uniões consensuais são menos estáveis. Aos 30 anos de casamento, 90% das mulheres unidas no civil e religioso continuam casadas, ao passo que entre aquelas unidas somente no religioso este número é de 82%. Entre as uniões consensuais, cerca de 74% delas sobrevivem aos 30 anos de duração.

Os riscos de descasamento não são proporcionais em relação ao tipo de união. O Gráfico 5 indica que as mulheres em união consensual correm maior risco de descasamento, confirmando nossa hipótese. Portanto, a amostra será dividida em duas sub-amostras, uma de mulheres em união consensual e outra de mulheres nos demais tipos de união.

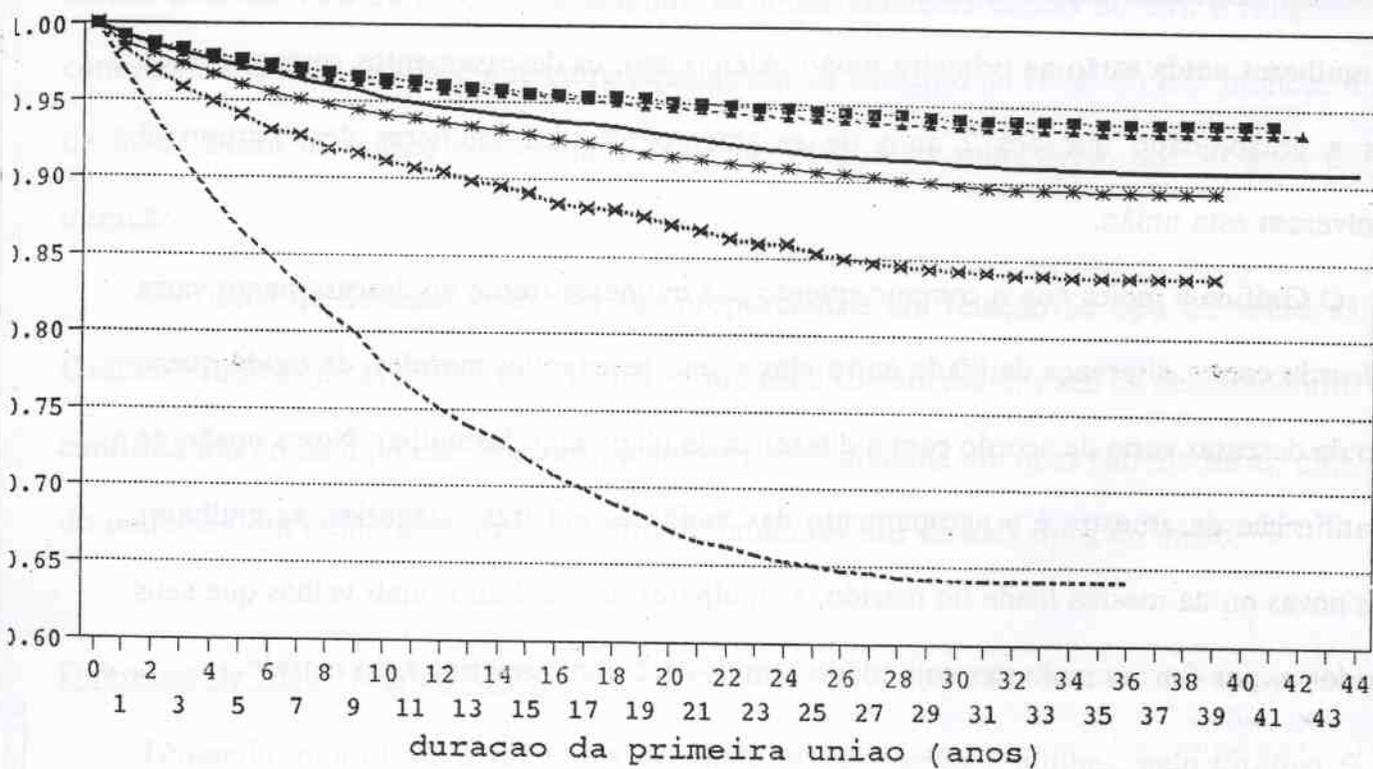
Diferença de Idade Marido-Mulher

Tomando como base a diferença de idade entre marido e mulher, pelo Gráfico 6 percebe-se que praticamente não há diferença de padrão quando a mulher é mais nova que o marido, ou quando ambos têm a mesma idade -- marido um ano mais velho ou um ano mais novo que a mulher. Mesmo em relação ao nível, esta diferença é pequena, ficando em menos de cinco pontos percentuais ao longo de todo o período. Quando a mulher é de 1 a 2 anos mais velha que o marido, a proporção de mulheres que se descasam é considerável-

mente maior, sobretudo com o aumento da duração da união. Aos trinta anos de casamento, 85% das mulheres de 1 a 2 anos mais velhas que seus maridos permanecem casadas, contra 90% das mulheres com a mesma idade de seus maridos e quase 95% das mulheres de 5 a 9 anos mais novas que seus parceiros. A curva de sobrevivência no estado casado em primeira união difere das demais não só em termos do nível, mas também do padrão. A proporção de mulheres mais de 2 anos mais velhas que seus maridos que permanecem casadas é bastante inferior às demais diferenças de idade -- aos 30 anos de casadas, somente 65% das mulheres ainda estão na primeira união. Além disso, os descasamentos começam logo após a união, dado que aos 2 anos de casamento 5% das mulheres deste grupo já dissolveram esta união.

O Gráfico 6 indica que o comportamento das mulheres frente ao descasamento varia de acordo com a diferença de idade entre elas e seus respectivos maridos, de modo que o risco de descasar varia de acordo com a diferença de idade marido-mulher. Nossa opção de estratificação da amostra é o agrupamento das mulheres em três categorias: as mulheres mais novas ou da mesma idade do marido, as mulheres de 1 a 2 anos mais velhas que seus maridos e, por fim, as mulheres cuja idade é mais de 2 anos superior à do marido.

FUNCAO DE SOBREVIVENCIA FEMININA SEGUNDO A DIF. DE IDADE MARIDO-MULHER



— 10+ anos + nova -■- 5-9 anos + nova -▲- 1-5 anos + nova
 — 1 ano diferenca -x- 1-2 anos + velha +2 anos + velha

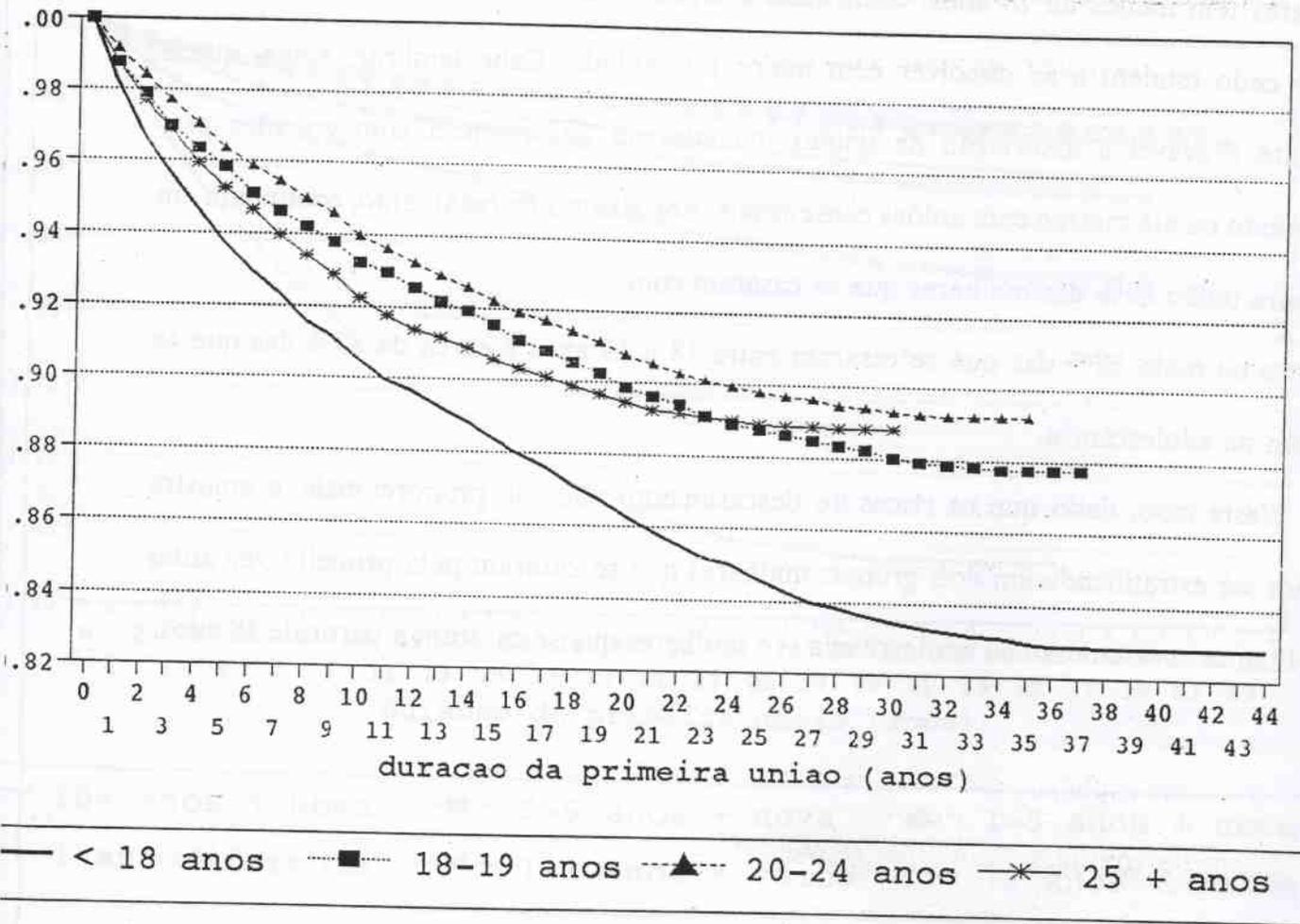
Fonte: PNAD/84.

Idade à Primeira União

A análise do Gráfico 7 da sobrevivência das mulheres em primeira união, de acordo com a idade a esta união, sugere que as mulheres de 18 a 24 anos têm um comportamento bastante semelhante. As mulheres de 25 anos e mais à época da primeira união se descasam com maior intensidade no início de seus casamentos -- nos primeiros 2 anos -- mas, passado este período inicial, têm uniões bastante estáveis. As uniões adolescentes, cujas mulheres têm menos de 18 anos, confirmam a hipótese de que as uniões que se iniciam muito cedo tendem a se dissolver com maior intensidade. Cabe lembrar, ainda, que é bastante provável a associação de uniões iniciadas na adolescência com gravidez pré-casamento ou até mesmo com uniões consensuais. Aos 30 anos de casamento, continuam em primeira união 89% das mulheres que se casaram com 20 anos ou mais, 88% das que se casaram entre 18 e 19 anos e cerca de 83% das que se uniram na adolescência.

Neste caso, dado que os riscos de descasamento não são proporcionais, a amostra deverá ser estratificada em dois grupos: mulheres que se casaram pela primeira vez antes dos 18 anos -- casamento na adolescência -- e mulheres que se casaram a partir de 18 anos.

FUNCAO DE SOBREVIVENCIA FEMININA SEGUNDO A IDADE A PRIMEIRA UNIAO



Fonte: PNAD/84.

Condição de Legitimidade do Primeiro Filho

A legitimidade ou não do primeiro filho leva a uma proporção de dissoluções da primeira união bastante diferenciada, conforme o Gráfico 8. Mulheres cujo primeiro filho é ilegítimo, ou seja, concebido e nascido antes do casamento, têm um maior risco de descasamento. Em outras palavras, pode-se dizer que uniões cujo primeiro filho é ilegítimo sobrevivem menos tempo que uniões sem filhos, naquelas em que o filho foi legitimado (concebido antes e nascido depois do casamento) ou cujo filho é legítimo.

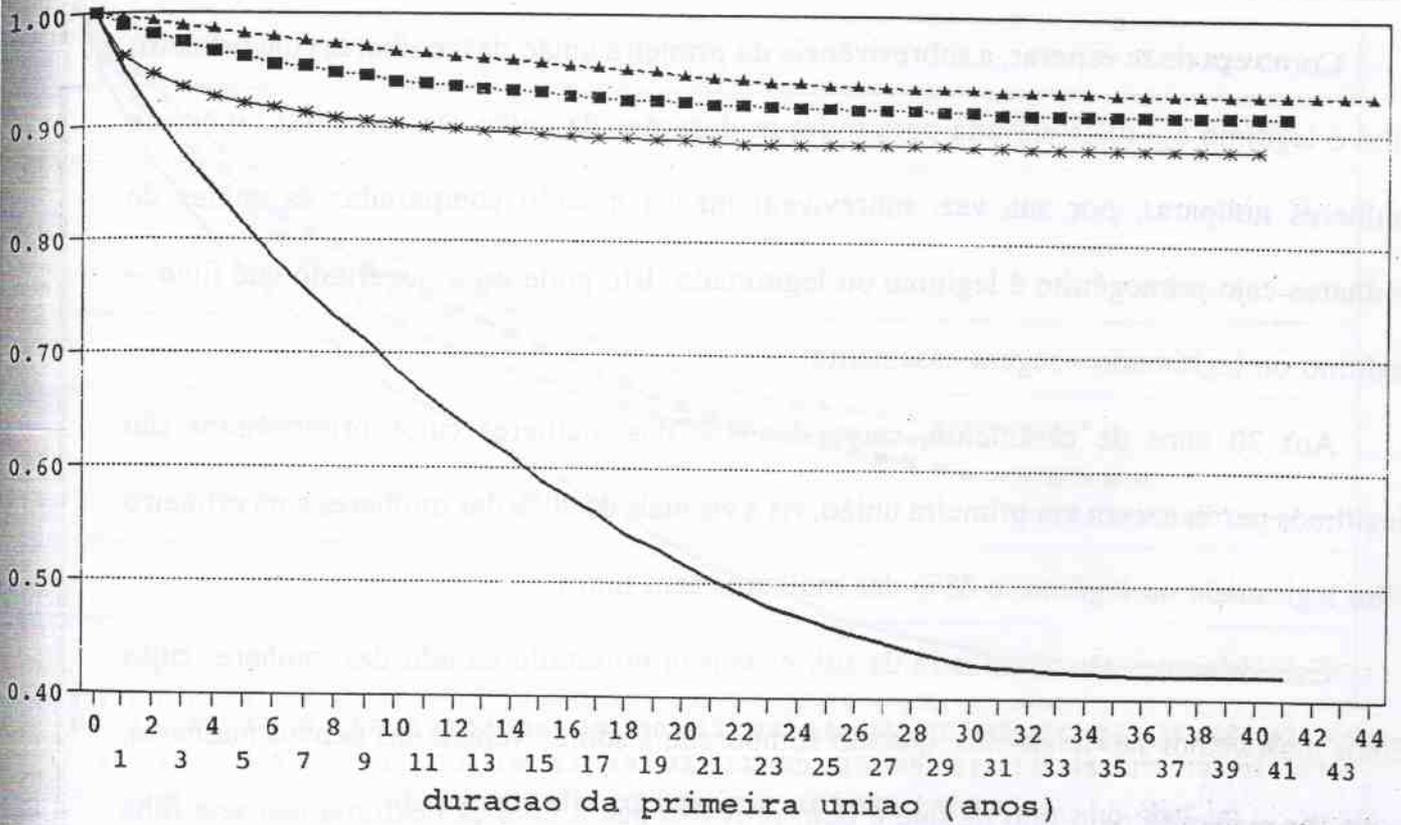
Como era de se esperar, a sobrevivência da primeira união das mulheres cujo primeiro filho é legítimo é a mais elevada para todas as durações da união. As primeiras uniões de mulheres nulíparas, por sua vez, sobrevivem menos quando comparadas às uniões de mulheres cujo primogênito é legítimo ou legitimado. Isto pode estar sugerindo que filho -- legítimo ou legitimado -- segura casamento.

Aos 30 anos de casamento, cerca de 44% das mulheres cujos primogênitos são ilegítimos permanecem em primeira união, vis à vis mais de 90% das mulheres com primeiro filho legitimado ou legítimo e 88% das mulheres sem filhos.

Esta diferença tão acentuada da sobrevivência no estado *casada* das mulheres cujos filhos mais velhos são ilegítimos, quando comparada à sobrevivência das demais mulheres, pode ser explicada pelo fato de que é bem provável que a criança ilegítima não seja filha daquele com quem a mulher se casa posteriormente.

GRÁFICO 8

FUNCAO DE SOBREVIVENCIA FEMININA SEGUNDO A LEGITIMIDADE PRIMEIRO FILHO



— ilegitimo -■- legitimado -▲- legitimo -*- sem filhos

Fonte: PNAD/84.

Este é um caso onde os riscos de descasamento das mulheres sem filhos e com filhos legitimados e legítimos poderia ser considerado proporcional, diferente apenas do risco das mulheres cujos primogênitos são ilegítimos, como mostra o Gráfico 8. No entanto, nossa aposta é a de que os determinantes sócio-econômicos e demográficos do descasamento não são os mesmos para as mulheres sem filhos, para as que se casaram grávidas e para as que tiveram seus filhos após o casamento. Por esta razão, optamos por manter a divisão em quatro sub-amostras: mulheres sem filhos, mulheres cujos filhos são legitimados, mulheres com primogênitos legítimos e mulheres que têm filhos ilegítimos.

O próximo item apresenta os resultados do ajuste do modelo de descasamento através do modelo de riscos proporcionais de Cox.

VI.5.2 MODELO SEMI-PARAMÉTRICO DE COX

Modelo Amostra DESCASA

Em primeiro lugar, tentaremos o ajuste do modelo via Cox com base em uma amostra aleatória de 20% da amostra inicial. Este modelo será chamado de Modelo Amostra. Serão quatro os ajustes:

- A - sem nenhuma variável relacionada à fecundidade,
- B - com a variável *legitimo* (legitimidade do primeiro filho);
- C - com a variável *nascido* (número de nascidos vivos);

D - com a variável *ultimo* (idade do filho mais novo).

O Quadro 9 apresenta os valores dos "hazard ratios" ou razões de riscos, bem como os valores de t entre parênteses para cada um dos ajustes.

QUADRO 9

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo Amostra - DESCASA

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Covariável	Modelo A	Modelo B	Modelo C	Modelo D
iduni11	1.71 (+5.56)***	1.45 (+3.93)***	2.14 (+7.74)***	1.55 (+4.52)***
iduni12	1.26 (+2.26)**	1.05 (+0.47)	1.53 (+4.07)***	1.23 (+1.96)**
difidad1	0.48 (-4.68)***	0.52 (-4.21)***	0.45 (-5.04)***	0.45 (-4.93)***
difidad2	0.40 (-6.20)***	0.51 (-4.60)***	0.39 (-6.42)***	0.40 (-6.33)***
difidad3	0.47 (-5.65)***	0.59 (-3.95)***	0.47 (-5.61)***	0.47 (-5.63)***
difidad5	1.48 (+2.10)**	1.68 (+2.78)***	1.40 (+1.81)*	1.55 (+2.34)**
difidad6	9.63 (+18.27)***	6.10 (+15.21)***	8.52 (+18.01)***	8.16 (+17.72)***
coonasc1	0.51 (-6.28)***	0.43 (-7.71)***	0.52 (-6.15)***	0.41 (-7.91)***
coonasc3	2.58 (+9.27)***	3.09 (+10.80)***	2.48 (+8.80)***	3.35 (+11.19)***
coonasc4	12.22 (+18.35)***	14.84 (+19.14)***	8.92 (+15.36)***	20.58 (+19.81)***
educ1	0.49 (-7.15)***	0.50 (-7.03)***	0.62 (-4.66)***	0.54 (-6.24)***
educ2	0.50 (-6.89)***	0.51 (-6.53)***	0.60 (-4.97)***	0.53 (-6.18)***

educ3	0.59 (-5.00)***	0.57 (-5.36)***	0.65 (-4.08)***	0.61 (-4.78)***
educ5	1.29 (+1.49)	1.12 (+0.68)	1.16 (+0.86)	1.23 (+1.20)
consens2	5.00 (+19.69)***	3.68 (+15.38)***	4.66 (+18.87)***	5.04 (+19.65)***
religi2	1.89 (+5.32)***	1.78 (+4.84)***	1.98 (+6.35)***	1.94 (+5.52)***
legitim1		10.80 (+10.32)***		
legitim2		20.86 (+15.06)***		
legitim3		4.70 (+6.57)***		
legitim5		3.94 (+6.58)***		
legitim6		3.66 (+5.70)***		
legitim7		3.33 (+4.63)***		
nascido1			1.69 (+3.64)***	
nascido2			1.92 (+6.35)***	
nascido4			0.69 (-3.07)***	
nascido5			0.53 (-5.86)***	
ultimo1				1.76 (+4.06)***
ultimo2				0.52 (-4.52)***
ultimo4				1.74 (+5.51)***
ultimo5				2.22 (+5.25)***
Pseudo R ²	0.13	0.17	0.14	0.13
N obs	7996	7996	7996	7996
Máx. Verossim.	-6095.58	-5784.65	-6021.61	-6052.65

Qui-Quadrado	1771.55	2393.40	1919.48	1857.40
--------------	---------	---------	---------	---------

* significante a 10%
 ** significante a 5%
 *** significante a 1%

Os resultados para a covariável *idunil* indicam que o risco de descasar é maior à medida em que a idade à primeira união é menor. Assim, o risco de descasar das mulheres que se casaram na adolescência (até os 18 anos incompletos) é maior que o risco das casadas entre 18 e 19 anos, vis à vis as que se casaram após os 20 anos. De acordo com o esperado, os casamentos na adolescência são mais instáveis. Esta instabilidade pode ser devida à própria instabilidade emocional do casal, ainda muito jovem e em processo de amadurecimento, como sugerido por Trussell et all. (1992). No caso dos modelos A, C e D podemos falar, também, de gravidez pré-casamento, que faz deste um mero instrumento de legitimação do filho, estando, portanto, fadado ao insucesso. É possível, ainda, que o próprio amadurecimento tenha levado ao desenvolvimento de caminhos e objetivos de vida distintos e, por esta razão, incompatíveis.

Quanto à covariável *difidade*, o menor risco de descasamento ocorre quando a diferença de idade entre o marido e a mulher se situa entre 5 e 10 anos, com a mulher mais nova, quando se toma como grupo de referência os casais com mesma idade (mulher entre 12 meses mais nova e 12 meses mais velha). Quando a mulher é mais de 10 anos mais nova, o risco de descasamento é ligeiramente maior e semelhante à diferença de idade entre 1 e 5 anos, com a mulher mais nova. Quando a mulher é mais velha, então o risco de descasamento se eleva bastante quando comparado aos casais de mesma idade. É preciso lembrar, antes de mais nada, que a chance de uma mulher da coorte mais jovem ser casada

com um homem mais novo é pequena devido à idade destas mulheres: é pouco provável que uma mulher de 18 anos, por exemplo, seja casada com um homem mais jovem. Portanto, estamos supondo que, para ser mais velha que seu marido, a mulher tenha se casado pela primeira vez um pouco mais velha. Quais são as possíveis razões para que uma mulher adie seu casamento? A nosso ver, são duas. Em primeiro lugar, pode-se pensar em estratégia deliberada da mulher, na medida em que ela decide investir na carreira profissional antes de pensar em casamento. A segunda razão pode estar no próprio mercado de casamento, que pressupõe que as mulheres de melhores atributos se unem mais cedo e com melhores parceiros que as mulheres de piores atributos.

Especulando a respeito de possíveis motivos pelos quais os casamentos com mulheres mais velhas são mais instáveis, pode-se pensar, em primeiro lugar, na cultura machista, que valoriza a beleza e a juventude feminina acima de qualquer outra coisa, sugerindo que o senso comum tem razão quando diz que homem gosta de mulher mais nova. Outro motivo seria o fato da mulher que se casa mais velha ter piores atributos, o que faz com que seu casamento seja instável menos devido ao fato dela ser mais velha e mais pelos seus atributos, segundo a teoria da busca mencionada no parágrafo anterior. Cabe mencionar, ainda, a questão da participação feminina na PEA. Se a mulher decide adiar seu casamento em busca de realização profissional e emancipação, é possível que, ao buscar um parceiro, ela só encontre no mercado homens mais novos e com piores atributos que ela, de forma que, como no caso anterior, a união se rompe não pelo fato da mulher ser mais velha mas porque seu companheiro é de "pior qualidade".

Os resultados parecem confirmar a hipótese de que as coortes mais jovens se descasam

com maior intensidade. Tomando como referência as mulheres nascidas na década de 40, o risco de descasar das mulheres da coorte anterior (1929-39) está entre 40 e 50% do risco das primeiras. Comparando as nascidas em 1940-49 com as nascidas entre 1950-59, percebe-se que o risco de descasar das últimas é entre 2 e 3 vezes o risco das primeiras. Quando a comparação é feita com a coorte mais jovem, estes números são surpreendentes: o risco de uma mulher nascida entre 1960 e 1969 está entre 9 e 21 vezes o risco de uma mulher nascida nos anos 40! Nos parece que, de fato, as mulheres mais jovens são menos tradicionais no que diz respeito aos arranjos matrimoniais.

A educação se comporta de maneira que as mulheres de maior escolaridade correm maior risco de descasamento, apesar de *educ5* não ser significativa. Isto parece confirmar a hipótese de que as mulheres de maior escolaridade são mais independentes financeiramente e, portanto, sem necessidade de um marido para sustentá-las. A independência financeira também pode deixar as mulheres menos tolerantes em relação às idiossincrasias do parceiro. Outro ponto a ser levado em consideração é o fato de que o "ficar descasada" pode ser uma opção das de maior escolaridade, talvez até por não encontrarem parceiros à altura de suas expectativas.

Também de acordo com a hipótese, o risco de dissolução das uniões consensuais é maior quando comparado aos demais tipos de união -- entre 3.7 e 5 vezes o risco das uniões ditas formais. Os casamentos no religioso também parecem menos estáveis que os demais tipos de união. Os resultados indicam que a hipótese inicial se confirma: quanto mais informal a união, maior o risco de descasamento. Portanto, as uniões consensuais nas regiões em estudo não são como a co-habitação que ocorre nos países desenvolvidos, onde os casais

vivem juntos como forma de se conhecer melhor antes de formalizar a união. Ao contrário, as uniões consensuais aqui são mesmo informais, sem grandes compromissos e, por esta razão, menos estáveis. Kogut (1976) sugere uma maior incidência de uniões consensuais entre os grupos de baixa renda e educação. Segundo o autor, os casamentos só no religioso funcionariam enquanto substitutos dos casamentos legais entre os mais jovens, mais pobres, menos educados e residentes da zona rural, sobretudo no Nordeste. A escolha entre o casamento legal e o só no religioso depende dos custos do casamento legal, enquanto que a escolha entre o casamento formal e a união consensual está relacionada à procura por crianças, na medida em que a presença de filhos leva a uma união mais formal (Kogut, 1976).

Os resultados relativos à legitimidade dos filhos se comportam de modo esperado. Mulheres com filhos ilegítimos estão entre as que têm maior risco de descasamento, tomando-se como referência o grupo de mulheres cujo primeiro filho nasceu entre 8 e 12 meses após a primeira união. Os casamentos que funcionaram enquanto mecanismo de legitimação do filho têm um risco de dissolução superior aos casamentos cujos filhos são concebidos após a união -- 4.7 contra cerca de 3.5 vezes. Mulheres com filhos legítimos têm risco de descasar bastante menor que as mulheres com filhos ilegítimos, mas muito superior ao grupo de referência. É interessante o risco de descasamento das mulheres sem filhos: 11 vezes maior que o risco das mulheres do grupo de referência, o que sugere que filho legítimo segura casamento.

Quando se fala dos nascidos vivos por mulher, percebe-se que o risco de descasamento cai à medida em que o número de filhos aumenta, sugerindo que um número de filhos muito

elevado faz com que as uniões se mantenham. Novamente, a hipótese inicial se confirma, indicando que ter muitos filhos segura casamento.

A idade do filho mais novo também apresenta resultados de acordo com o esperado. O menor risco de descasamento se dá quando o filho mais novo tem até 1 ano de idade, quando comparado ao risco que correm os casais com o filho mais novo em idade pré-escolar -- o primeiro é a metade do grupo de referência. Casais com o filho mais novo em idade escolar têm 74% a mais de chance de descasar, enquanto que ter um filho mais novo adulto (acima de 18 anos) mais do que dobra o risco de descasamento. Casais sem filhos também têm risco de descasamento relativamente alto. Cabe lembrar aqui o problema das variáveis dependentes do tempo, que podem estar enviesando os resultados. Portanto, os resultados a respeito do efeito dos filhos sobre o risco de descasar devem ser analisados com cautela.

A covariável *local* não se mostrou significativa em nenhum dos modelos, contrariando nossas expectativas. O fato do padrão de descasamento ser o mesmo em regiões com características sociais, econômicas e culturais distintas pode estar sugerindo uma possível influência da mídia, sobretudo da televisão, enquanto instrumento de difusão de normas e valores.

Estratificação

O ajuste do Modelo Amostra pelo modelo semi-paramétrico de Cox parece confirmar grande parte das hipóteses levantadas anteriormente. O próximo passo é estratificar o total de mulheres entrevistadas pela PNAD/84 a partir da inspeção visual das curvas de sobrevi-

vência estimadas pelo estimador de Kaplan-Meier. Para maiores detalhes sobre as estratificações, vide Apêndice II.

Antes de prosseguir com a estratificação, é preciso retomar a questão das viúvas. Como já foi mencionado anteriormente, elas estão incluídas no modelo de descasamento pelo fato de que, antes da morte de seus companheiros, estas mulheres estavam sob o risco de descasar. No momento da morte, a duração da união é computada e as observações referentes a estas mulheres são censuradas, de forma que a variável de censura *descasa* permanece codificada como 0, já que elas não sofreram o evento descasamento.

O ponto é que, em termos do desenvolvimento deste trabalho, esta questão das viúvas é uma descoberta recente. Os modelos de descasamento foram ajustados de forma que as viúvas, ao invés de censuradas, estavam aparecendo como se tivessem sofrido o evento. Como a definição de descasamento engloba somente as desquitadas, divorciadas e separadas, estávamos cometendo um erro bastante grave ao incluir as viúvas entre as descasadas. Na verdade, estávamos ajustando um modelo para rompimento e não para descasamento.

Dado que todos os modelos já tinham sido rodados e o tempo era curto, a saída encontrada foi reestimar, em primeiro lugar, somente o Modelo Amostra. A partir de então, seriam duas as alternativas, com base na comparação do Modelo Amostra de descasamento - que traz as viúvas censuradas -- e o Modelo Amostra para o rompimento ¹³ -- onde as viúvas sofreram o evento do descasamento. A primeira delas seria apresentar as estratificações com as viúvas classificadas erradamente, caso as relações continuassem na mesma direção e a magnitude das razões de risco dos dois modelos fosse semelhante. A análise

¹³ Os valores das razões de risco e de *t* para o Modelo Rompimento se encontram no Apêndice I.

seria feita somente com base no sinal dos coeficientes, sem nenhuma comparação entre os riscos. Como segunda opção, teríamos que rodar novamente todos os modelos se a comparação entre o Modelo Amostra Descasa e o Modelo Rompimento mostrasse diferenças de sinal e magnitude dos parâmetros.

Nossa impressão era a de que, como as mulheres entrevistadas tinham entre 15 e 54 anos na época da pesquisa, então a mortalidade masculina não seria tão diferenciada por idade da mulher a ponto de modificar radicalmente os resultados. Estávamos certos. Os resultados mostram que, apesar das mudanças nas razões de riscos, os sinais permanecem os mesmos. Desta forma, as estratificações foram feitas com base no Modelo Rompimento, ou seja, aquele que classifica as viúvas enquanto descasadas. Com isso, vamos analisar somente os sinais dos coeficientes, sem qualquer menção às razões de riscos.

De volta às estratificações e seguindo as indicações do estimador de Kaplan-Meier, os riscos de descasamento não são proporcionais segundo a coorte de nascimento, o tipo de união, a diferença de idade entre marido e mulher, a idade à primeira união e a legitimidade do primeiro filho. Portanto, a amostra inicial de 39980 mulheres será estratificada da seguinte forma:

a. coorte de nascimento

(1) 1929-39,

(2) 1940-49,

(3) 1950-59, e

(4) 1960-69.

b. tipo de união

- (1) consensual, e
- (2) formal (civil, religiosa e civil + religiosa).

c. diferença de idade marido-mulher

- (1) mulher mais nova ou da mesma idade ¹⁴,
- (2) mulher entre 1 e 2 anos mais velha (mais precisamente, 13 a 24 meses), e
- (3) mulher mais de 2 anos mais velha.

d. idade à primeira união

- (1) até 18 anos (casamento na adolescência), e
- (2) 18 anos e mais.

e. legitimidade do primeiro filho

- (1) mulheres sem filhos,
- (2) mulheres com filhos legitimados (filhos concebidos antes e nascidos depois da primeira união),
- (3) mulheres com filhos legítimos (filhos concebidos e nascidos depois da primeira união), e
- (4) mulheres com filhos ilegítimos (concebidos e nascidos antes da primeira união).

As estratificações serão comparadas com o Modelo Amostra A, que não contém nenhuma variável referente à fecundidade. Maiores detalhes a respeito das estratificações estão contidos no Apêndice II.

¹⁴ Marido e mulher da mesma idade significa até 12 meses de diferença de idade: mulher até 12 meses mais nova ou mulher até 12 meses mais velha.

Modelo 1.1 ROMPIMENTO

O Modelo 1.1 se refere à estratificação por coorte de nascimento. Desta forma, tentamos um ajuste para cada uma das coortes de nascimento da mulher, conforme pode ser visto no quadro J. O Modelo 1.1.1 se refere à coorte nascida entre 1929 e 1939, o Modelo 1.1.2, às mulheres nascidas entre 1940 e 1949, o Modelo 1.1.3 corresponde às nascidas na década de 50 e, por fim, o Modelo 1.1.4 está relacionada à coorte nascida na década de 60.

QUADRO 10

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 1.1 - ROMPIMENTO

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Covariável	Modelo 1.1.1 1929-39	Modelo 1.1.2 1940-49	Modelo 1.1.3 1950-59	Modelo 1.1.4 1960-69
iduni11	1.68 (+8.65)***	2.08 (+10.29)***	1.54 (+5.78)***	1.80 (+4.55)***
iduni12	1.39 (+5.01)***	1.75 (+7.36)***	1.33 (+3.80)***	1.24 (+1.62)**
difidad1	0.47 (-5.86)***	0.51 (-5.39)***	0.47 (-6.76)***	0.31 (-8.67)***
difidad2	0.31 (-9.36)***	0.28 (-9.95)***	0.39 (-8.85)***	0.38 (-8.54)***
difidad3	0.43 (-7.82)***	0.41 (-7.83)***	0.51 (-7.34)***	0.50 (-6.84)***
difidad5	1.95 (+4.76)***	2.19 (+5.54)***	2.02 (+5.76)***	1.57 (+2.72)***
difidad6	11.07 (+28.11)***	9.91 (+24.94)***	5.66 (+20.42)***	2.47 (+5.67)***
educ1	0.60 (-7.84)***	0.56 (-7.63)***	0.56 (-7.19)***	0.51 (-6.11)***

educ2	0.71 (-4.98)***	0.61 (-6.31)***	0.57 (-7.18)***	0.68 (-3.98)***
educ3	0.75 (-3.85)***	0.77 (-3.15)***	0.74 (-3.83)***	0.68 (-3.76)***
educ5	1.23 (+1.53)**	1.34 (+2.52)***	1.66 (+4.78)***	1.59 (+1.67)**
consens2	2.92 (+15.03)***	3.90 (+20.37)***	3.86 (+22.45)***	3.85 (+17.22)***
religi2	1.43 (+5.16)***	1.28 (+2.72)***	1.86 (+5.57)***	1.56 (+2.84)***
Pseudo R ²	0.11	0.11	0.07	0.04
N obs	8325	11190	14571	7439
Máx. Ve- rossim.	-13978.40	-11229.96	-11643.99	-6278.50
Qui-Qua- drado	3515.37	2704.04	1731.66	581.06

- * significante a 10%
- ** significante a 5%
- *** significante a 1%

Os resultados indicam que, assim como no Modelo Amostra A, o risco de descasamento é maior quanto menor a idade em que a mulher iniciou sua primeira união, quanto maior escolaridade tiver a mulher e quanto mais informal for a sua primeira união.

Quanto à diferença de idade marido-mulher, casais cujas mulheres são mais jovens que seus maridos estão entre os que têm menor risco de descasamento. No caso das mulheres mais de 2 anos mais velhas que seus maridos, percebemos que o risco de descasamento cai à medida em que a coorte de nascimento da mulher é mais jovem. Este resultado parece

indicar que, de fato, o risco de descasamento das mulheres com relação à mulher mais velha varia segundo a sua coorte de nascimento, nos levando a pensar que a razão para esta queda no risco à medida em que a coorte de nascimento é mais jovem pode ser devido à sua opção por investir na carreira. Com isso, quando ela decide se casar, suas opções de escolha de um parceiro são menores e ela acaba unindo a um homem com atributos piores do que o desejado, levando à instabilidade do casamento.

A estratificação das mulheres de acordo com sua coorte de nascimento mostrou que as mais jovens têm menos problemas ao se casar com homens mais novos. Sinal dos tempos? É possível que sim, no sentido de que a sociedade esteja mais flexível e aceite com maior facilidade arranjos fora daquilo que um dia foi considerado padrão -- moças se casando de véu e grinalda com homens mais velhos e bem sucedidos profissionalmente.

Modelo 1.2 ROMPIMENTO

O Modelo 1.2 se refere à estratificação com base no tipo de união. Serão dois os estratos: Modelo 1.2.1 - uniões não consensuais (casamentos só no civil, só no religioso e no civil e religioso) e Modelo 1.2.2 - uniões consensuais. Os resultados estão apresentados no Quadro 11.

QUADRO 11

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 1.2 - ROMPIMENTO

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Covariável	Modelo 1.2.1 uniões não consensuais	Modelo 1.2.2 uniões consensuais
iduni11	2.34 (+14.13)***	1.04 (+0.54)
iduni12	1.86 (+9.85)***	0.95 (-0.56)
difidad1	0.37 (-8.68)***	0.47 (-7.21)***
difidad2	0.27 (-13.28)***	0.56 (-5.59)***
difidad3	0.34 (-12.46)***	0.74 (-3.20)***
difidad5	2.28 (+7.46)***	1.37 (+2.25)**
difidad6	9.47 (+30.55)***	4.01 (+15.55)***
educ1	0.60 (-7.84)***	0.55 (-8.56)***
educ2	0.67 (-6.01)***	0.63 (-6.34)***
educ3	0.74 (-4.38)***	0.77 (-3.33)***
educ5	1.45 (+3.64)***	1.43 (+2.19)***
coonasc1	0.54 (-9.73)***	0.62 (-5.19)***
coonasc3	2.75 (+14.22)***	1.69 (+6.76)***
coonasc4	12.87 (+23.50)***	5.52 (+17.49)***
Pseudo R ²	0.10	0.05
N obs	17192	5638

Máx. Verossim.	-15334.30	-11047.91
Qui-Quadrado	3335.34	1113.02

- * significante a 10%
- ** significante a 5%
- *** significante a 1%

Quando se fala em união consensual, a idade à primeira união não tem nenhuma influência sobre o risco de descasar, ao contrário das uniões não consensuais. Isto pode estar sugerindo que as uniões consensuais são intrinsecamente instáveis, ou seja, uma das suas características é exatamente o fato dos laços e do compromisso não serem muito fortes. Assim, a idade de início da união não afeta o risco de descasar. Este é um resultado interessante.

As demais variáveis explicativas estão de acordo com os resultados do Modelo Amostra A, ressaltando que, para as diferenças de idade marido-mulher onde a mulher é mais nova que o marido (*difidade1, 2 e 3*), os riscos são menores no caso das uniões não consensuais comparados às uniões consensuais. Por outro lado, quando a mulher é mais velha (*difidade5 e 6*), os riscos são maiores nas uniões não consensuais.

Modelo 1.3 ROMPIMENTO

A estratificação do Modelo 1.3 tem como base a diferença de idade marido-mulher em três estratos: mulheres mais novas ou da mesma idade do marido, mulheres de 1 a 2 anos

mais velhas que seus maridos e mulheres mais de 2 anos mais velhas que seus parceiros. O ajuste do modelo está no Quadro 12.

QUADRO 12

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 1.3 - ROMPIMENTO

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Covariável	Modelo 1.3.1 mulher mais nova ou da mesma idade	Modelo 1.3.2 mulher 1-2 anos mais velha	Modelo 1.3.3 mulher mais de 2 anos mais velha
iduni11	0.73 (-4.29)***	3.34 (+7.49)***	2.66 (+19.35)***
iduni12	0.74 (-3.79)***	1.61 (+2.99)***	2.29 (+14.96)***
coonasc1	0.37 (-9.50)***	0.26 (-6.29)***	0.63 (-9.19)***
coonasc3	3.92 (+14.01)***	3.98 (+6.75)***	1.76 (+8.97)***
coonasc4	17.86 (+23.08)***	14.42 (+9.36)***	3.25 (+7.85)***
educ1	0.60 (-6.49)***	0.57 (-3.00)***	0.60 (-9.08)***
educ2	0.64 (-5.68)***	0.64 (-2.61)***	0.71 (-5.88)***
educ3	0.70 (-4.21)***	0.85 (-0.95)	0.80 (-3.61)***
educ5	1.04 (+0.23)	2.21 (+3.14)***	1.44 (+4.00)***
consens2	4.67 (+23.34)***	2.29 (+5.50)***	2.51 (+17.35)***
religi2	1.85 (+6.12)***	1.02 (+0.08)	1.22 (+3.07)***

Pseudo R ²	0.07	0.11	0.03
N obs	16419	1653	5558
Máx. Verossim.	-10551.07	-1655.22	-18175.74
Qui-Quadrado	1639.75	400.62	1151.89

- * significante a 10%
- ** significante a 5%
- *** significante a 1%

O Quadro 12 mostra que o efeito da idade à primeira união sobre o risco de descasar varia de acordo com a diferença de idade marido-mulher. Quando a mulher é mais velha que seu marido, o efeito é positivo quando comparado ao grupo de referência, de forma que mulheres mais velhas que se casam mais cedo têm maior risco de descasamento, assim como ocorre no Modelo Amostra A. Por outro lado, quando a mulher é mais nova ou da mesma idade de seu marido, então a idade ao casar afeta o risco de descasamento negativamente com relação ao grupo de referência, de forma que o risco de descasar é menor entre as mulheres que se casam em idades mais jovens. Este resultado é contrário ao postulado pela teoria econômica.

Quando a mulher é mais mais de 2 anos mais velha que seu marido, percebemos que o risco de descasamento das coortes mais jovens, é muito menor quando comparado às mulheres mais novas ou da mesma idade de seus maridos, e ainda às mulheres de 1 a 2 anos mais velhas. A explicação pode estar no fato de que a proporção de mulheres da coorte mais jovem casadas com homens mais velhos é baixa -- apenas 5.5% -- exatamente porque estas

mulheres são muito jovens. Como imaginar uma mulher de 17 anos casada com um homem mais novo? O comportamento do risco de descasamento para a coorte nascida na década de 50 (*coonasc3*) é semelhante à coorte mais jovem, mas a magnitude dos riscos é bem menor.

É interessante notar que o risco de descasamento das mulheres em união consensual é maior se ela é mais nova ou da mesma idade que seu marido. Este resultado é coerente com o modelo anterior, onde o risco de descasar era maior para as mulheres mais velhas em uniões formais, quando comparadas às mulheres mais velhas em uniões consensuais. Portanto, quando a mulher é mais velha que seu marido, as uniões consensuais são mais estáveis.

No que tange às demais covariáveis, os resultados estão de acordo com o Modelo Amostra A.

Modelo 1.4 ROMPIMENTO

O próximo passo é estratificar os dados de acordo com a idade à primeira união da mulher. A inspeção visual do estimador de Kaplan-Meier sugere que os estratos devem ser dois, a saber, as uniões iniciadas na adolescência -- até os 18 anos da mulher -- e as uniões na idade dita adulta, ou seja, após os 18 anos. Os resultados se encontram no Quadro 13.

QUADRO 13

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 1.4 - ROMPIMENTO

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Covariável	Modelo 1.4.1 uniões na adolescência	Modelo 1.4.2 uniões pós adolescência
difidade1	0.21 (-15.74)***	0.80 (-2.03)**
difidade2	0.19 (-18.61)***	0.55 (-5.58)***
difidade3	0.30 (-14.84)***	0.53 (-6.82)***
difidade5	2.29 (+6.30)***	1.96 (5.94)***
difidade6	9.31 (+27.18)***	7.59 (+26.65)***
coonasc1	0.40 (-11.61)***	0.61 (-7.39)***
coonasc3	3.11 (+13.69)***	2.50 (+12.92)***
coonasc4	16.23 (+28.10)***	9.90 (+19.65)***
educ1	0.55 (-8.84)***	0.58 (-7.98)***
educ2	0.62 (-7.18)***	0.69 (-5.48)***
educ3	0.68 (-5.13)***	0.77 (-3.76)***
educ5	1.48 (+1.92)*	1.32 (+2.74)***
consens2	2.56 (+15.74)***	3.85 (+22.95)***
religi2	1.19 (+2.24)**	1.62 (+5.61)***
Pseudo R ²	0.13	0.09
N obs	10125	14928

Máx. Ve- rossim.	-12890.98	-14144.22
Qui-Qua- drado	3729.83	2842.90

- * significante a 10%
- ** significante a 5%
- *** significante a 1%

A distinção do Modelo 1.4 em relação ao Modelo Amostra A está na diferença de idade marido-mulher. Nossa hipótese é a de que uniões que se iniciam muito cedo têm maior risco de rompimento e uma possível explicação pode estar na imaturidade do casal. Os resultados para a diferença de idade entre os parceiros parece tornar esta explicação bastante plausível. Se o casamento se inicia quando a mulher está na adolescência, então o fato do marido ser mais velho reduz o risco de descasamento, indicando que a maturidade do homem pode ser suficiente para estabilizar a união. Quando a mulher é mais velha, ocorre o inverso: se em uniões pós-adolescência o fato da mulher ser mais velha aumenta o risco de descasamento, então no caso das uniões na adolescência o risco de descasar é ainda maior. No entanto, lembrando que a proporção de mulheres mais velhas que seus maridos é muito baixa na coorte mais jovem, podemos dizer que este resultado é devido ao fato de que poucas mulheres mais velhas que seus maridos se casam na adolescência.

Modelo 1.5 ROMPIMENTO

O Modelo 1.5 se refere à estratificação relativa à condição de legitimidade do primeiro filho. Segundo o Gráfico 8, os estratos são os seguintes: mulheres sem filhos, mulheres cujo primeiro filho é ilegítimo, mulheres cujo primeiro filho é legitimado, ou seja, mulheres que casaram grávidas e, por fim, mulheres cujo primogênito é legítimo, tendo nascido a partir de 8 meses após o casamento. Os resultados aparecem no Quadro 14.

QUADRO 14

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 1.5 - ROMPIMENTO

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Covariável	Modelo 1.5.1 sem filhos	Modelo 1.5.2 filho ilegítimo	Modelo 1.5.3 filho legitimado	Modelo 1.5.4 filho legítimo
iduni11	2.68 (+7.18)***	1.00 (+0.02)	2.13 (+5.14)***	3.04 (+12.64)***
iduni12	1.90 (+4.28)***	0.91 (-1.77)*	1.66 (+3.12)***	2.25 (+8.78)***
difidad1	0.46 (-3.92)***	0.57 (-6.45)***	0.27 (-4.09)***	0.29 (-7.88)***
difidad2	0.42 (-4.40)***	0.60 (-6.30)***	0.39 (-4.03)***	0.23 (-10.27)***
difidad3	0.64 (-2.51)**	0.70 (-4.90)***	0.53 (-3.13)***	0.35 (-8.49)***
difidad5	1.70 (+2.28)**	1.30 (+2.60)***	2.13 (+2.84)***	2.25 (+5.11)***
difidad6	4.34 (+8.72)***	3.25 (+18.56)***	9.80 (+12.49)***	11.28 (+22.72)***

coonasc1	0.73 (-2.04)**	0.36 (-17.89)***	0.62 (-2.55)**	0.56 (-6.29)***
coonasc3	1.61 (+3.17)***	3.35 (+20.08)***	2.31 (+4.92)***	2.17 (+7.72)***
coonasc4	4.35 (+7.87)***	15.47 (+31.09)***	9.88 (+10.08)***	7.77 (+14.08)***
educ1	0.66 (-2.98)***	0.57 (-10.27)***	0.63 (-2.66)***	0.51 (-7.25)***
educ2	0.65 (-2.96)***	0.70 (-6.54)***	0.72 (-2.08)**	0.56 (-6.03)***
educ3	0.79 (-1.66)*	0.74 (-5.09)***	0.82 (-1.26)	0.65 (-4.32)***
educ5	1.45 (+2.35)**	1.36 (+3.10)***	1.32 (+0.90)	1.62 (+3.16)**
consens2	2.67 (+9.52)***	1.66 (+10.15)***	4.54 (+11.29)***	3.57 (+15.28)***
religi2	1.72 (+3.09)***	1.31 (+4.17)***	1.28 (+0.97)	1.33 (+2.51)**
Pseudo R ²	0.08	0.06	0.13	0.13
N obs	4026	4592	3698	13845
Máx. Ve- rossim.	-3123.12	-18469.17	-2056.64	-7235.51
Qui-Qua- drado	506.92	2558.94	603.11	2098.34

* significante a 10%

** significante a 5%

*** significante a 1%

De fato, o risco de descasamento das mulheres varia de acordo com a condição de legitimidade do primeiro filho. A idade à primeira união, por exemplo, tem pouca

importância em termos do risco de descasar se a mulher tem filho ilegítimo. Este é um resultado coerente com aquele obtido no caso das mulheres em uniões consensuais, o que parece estar associado com a correlação entre ilegitimidade e união consensual. Entre as mulheres que estão em união consensual, 23.18% têm o filho mais velho ilegítimo. Observando as unidas formalmente, esta proporção cai para 9.45%.

No caso das mulheres com filhos ilegítimos, o risco de descasamento devido às uniões consensuais é menor do que nos demais grupos de mulheres, o que também pode ser devido à correlação entre ilegitimidade e informalidade da união.

Já para as que casam grávidas, o fato da união ser consensual eleva bastante o risco de descasar, mas caso o casamento seja só religioso, o risco de descasar não se altera se comparado aos demais tipos de união.

Se a mulher se casa grávida, o fato dela ter 4 ou mais anos de estudo não altera o risco de descasamento, o que pode estar sugerindo que a estratégia de casar grávida aumenta o risco de descasamento, independentemente do nível de educação da mulher.

Os resultados para a coorte de nascimento 1960-69 (*coonasc4*) indicam que o risco de descasar é bastante sensível à condição de legitimidade do filho mais velho. É curioso observar que na coluna referente ao grupo de mulheres sem filhos pertencentes a esta coorte são as que têm menor risco de descasar, sugerindo que, entre as mais jovens, filho não segura casamento.

CAPÍTULO VII

RECASAMENTO

A análise do recasamento leva em consideração apenas as mulheres sob o risco de segunda união. Portanto, não estaremos falando de recasamento de um modo geral, mas sim de segundo casamento. Para tal, estaremos estudando as mulheres em segunda união e aquelas que romperam a primeira e estavam descasadas à época da entrevista.

O presente capítulo, assim como o anterior, está dividido em cinco partes: descrição das variáveis, resultados esperados, hipóteses, metodologia e análise dos resultados. A diferença básica em relação ao estudo do descasamento está na não utilização do estimador de Kaplan-Meier para estimar a função de sobrevivência das mulheres no estado *casada* com base em cada uma das variáveis explicativas. Com isso, estamos assumindo que o risco de recasamento é sempre proporcional.

A seguir, apresentamos as variáveis explicativas do modelo de recasamento, bem como a distribuição de frequência de cada uma delas.

VII.1 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS ¹⁵

Modelo 2 - RECASA

- *consenso*: dummy para primeira união consensual.

consens1: a primeira união não foi do tipo união consensual mas de qualquer outro

¹⁵ As variáveis sublinhadas são os grupos de referência.

tipo, e

consens2: a primeira união foi consensual.

- *durac*: duração da primeira união.

durac1: 0-12 meses,

durac2: 13-60 meses,

durac3: 61-120 meses,

durac4: 121-180 meses,

durac5: 181-240 meses, e

durac6: 241 meses e mais.

- *educ*: anos de estudo da mulher.

educ1: 0 anos de estudo,

educ2: 1-3 anos de estudo (primário incompleto),

educ3: 4 anos de estudo (primário completo),

educ4: 5-11 anos de estudo (até segundo grau completo), e

educ5: 12-16 anos de estudo (até terceiro grau completo).

- *iddiss*: idade da mulher à dissolução da primeira união.

iddiss1: até os 18 anos incompletos,

iddiss2: 18-22 anos,

iddiss3: 23-29 anos,

iddiss4: 30-39 anos,

iddiss5: 40-44 anos,

iddiss6: 45-49 anos, e

iddiss7: 50-54 anos.

- *laguni*: período de tempo entre a primeira união e a data da entrevista, no caso das mulheres descasadas à época da entrevista; para as recasadas (em segunda união) àquela época, período de tempo entre o descasamento e o casamento; variável contínua indicando tempo.

- *local*: local de residência da mulher.

local1: estado de São Paulo,

local2: estado do Rio de Janeiro, e

local3: região Nordeste, composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

- *filhant*: número de filhos da primeira união.

filhant1: sem filhos,

filhant2: 1 filho,

filhant3: 2 filhos,

filhant4: 3 filhos, e

filhant5: 4 filhos e mais.

- *razdiss*: razão da dissolução da primeira união.

razdiss1: viuvez, e

razdiss2: descasamento -- separação, desquite ou divórcio.

- *recasa*: variável que indica se o evento ocorreu ou não, ou seja, indica a ocorrência de falha ou censura; igual a 0 se a mulher alguma vez descasada não recasou ou casou pela segunda vez, ou seja, estava descasada à época da pesquisa; igual

a 1 se esta mulher recasou, estando então em segunda união.

O Quadro 15 apresenta a distribuição de frequência de cada variável do Modelo 2 - RECASA.

QUADRO 15
Distribuição de Frequências
Modelo 2 - RECASA
Mulheres de 15 a 54 anos
Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Mulher é recasada	%
não	60.5
sim	39.5

Primeira união consensual	%
não	81.0
sim	19.0

Duração da primeira união	%
0-1 ano	7.5
1-5 anos	25.7
5-10 anos	23.8
10-15 anos	15.8
15-20 anos	12.1
20 e + anos	15.1

Educação da mulher	%
0 anos	27.2
1-3 anos	21.5
4 anos	17.6
5-11 anos	28.9
12-16 anos	4.8
Idade à dissolução da primeira união	%
até 18 anos	6.9
18-22 anos	19.2
23-29 anos	29.1
30-39 anos	28.6
40-44 anos	9.3
45-49 anos	4.9
50-54 anos	1.9
Local de residência	%
São Paulo	28.2
Rio de Janeiro	20.8
Nordeste	51.0
Número de filhos da primeira união	%
sem filhos	11.0
1 filho	20.9
2 filhos	20.6
3 filhos	14.1
4 e + filhos	33.4

Razão da dissolução da primeira união	%
viuvez	29.3
descasamento	70.7

N obs = 6331

À primeira vista, pode parecer que a proporção de mulheres recasadas (39.5%) está bastante exagerada. No entanto, convém lembrar que as mulheres aqui estudadas são aquelas sob o risco de segundo casamento, ou seja, as descasadas ou viúvas da primeira união e as casadas pela segunda vez.

Quanto ao motivo do rompimento da primeira união, 71% das mulheres o fizeram deliberadamente, ou seja, descasaram, contra 29% que ficaram viúvas. Este resultado também poderia parecer estranho na medida em que a proporção de viúvas é relativamente baixa. No entanto, há que se lembrar que as mulheres que responderam ao suplemento de união e fecundidade da PNAD/84 tinham entre 15 e 54 anos na época da pesquisa. Apesar da sobremortalidade masculina e do fato de que 67% dos casais são compostos por homens mais velhos que suas mulheres, ainda assim as mulheres mais velhas da amostra são relativamente jovens para que a proporção de viúvas seja muito elevada.

Cerca de 20% das mulheres entrevistadas classificaram como consensual a sua primeira união, enquanto que 80% experimentaram uma união mais formal -- casamento só civil, só religioso ou civil e religioso. Esta proporção é semelhante à das mulheres sob risco de descasamento, onde 86% tiveram primeiras uniões formais e 14% viveram em união

consensual.

Tomando por base a duração da primeira união, vemos que apenas 7.5% das mulheres ficaram casadas até 1 ano. Metade delas ficou casada entre 1 e 10 anos, cerca de 30% entre 10 e 20 anos e 15% durante mais de 20 anos.

Analisando a distribuição das mulheres quanto à idade à dissolução da primeira união, percebe-se que 28% das que se casaram na adolescência romperam a união ainda nesta fase, o que reforça o fato de que as uniões iniciadas na adolescência são bastante instáveis. Em termos do total de mulheres que estão sob o risco de segunda união, a proporção de rompimentos na adolescência é de 7%; 19% das mulheres rompem sua primeira união entre 18 e 22 anos, contra 29% entre os 23 e os 29 anos e outros 29% entre as mulheres de 30. Portanto, do universo de mulheres estudadas, quase que a metade delas se descasam ou enviúvam entre 18 e 29 anos. A partir dos 40 anos, esta proporção se reduz bastante: 9% entre 40 e 44 anos, 5% dos 45 aos 49 anos e apenas 2% entre 50 e 54 anos.

A distribuição das mulheres segundo a educação é bastante semelhante ao modelo de descasamento, com exceção das analfabetas (proporção maior aqui) e das que têm entre 5 e 11 anos de estudo (proporção menor).

Em termos do local de residência, 28% das mulheres residia no estado de São Paulo, 21% no estado do Rio de Janeiro e 51% na região Nordeste.

VII.2 RESULTADOS SUGERIDOS PELA TEORIA ECONÔMICA

Como já foi dito anteriormente, a relação da educação em termos do descasamento

e recasamento pode ser tanto negativa quanto positiva, como previsto por Becker, Landes e Michael (1977). No que tange ao recasamento, a relação pode ser positiva na medida em que as mulheres de maior escolaridade podem ter maiores chances de se recasar devido aos seus "melhores" atributos em termos de renda monetária, mas também pode ser negativa no sentido de que mulheres de maior escolaridade -- logo, com maior nível de renda -- não precisam de um marido para sustentá-las.

As dissoluções ocorrem geralmente entre as uniões mais recentes, ou seja, de menor duração, já que investimentos de capital humano específicos no casamento -- tais como filhos, compatibilidade sexual e conhecimento do parceiro -- aumentam com a duração do casamento. Por outro lado, erros decorrentes da assimetria de informações são reconhecidos logo no início do casamento. Em relação ao recasamento, a covariável *durac* é um indicador "proxy" do potencial de duração do recasamento a partir da duração do casamento anterior. Como uma maior duração da união anterior incrementaria os ganhos do segundo casamento, esperamos uma relação positiva.

A idade à dissolução da união anterior tem influência na probabilidade de recasamento na medida em que as mulheres mais jovens têm maior risco de se recasar graças ao culto à juventude feminina, comportamento este típico de sociedades machistas. Então, a relação esperada é negativa.

O efeito da primeira união ter sido consensual sobre o risco de recasamento pode ser positivo ou negativo. Na primeira situação, uma mulher cuja primeira união foi consensual tem maior risco de recasar que outra cuja primeira união foi formal se as uniões consensuais são mais instáveis e levam a uma "rotatividade" maior. Uma possibilidade para o sinal

negativo seria a de que as uniões consensuais são de pior qualidade, fazendo com que a chance de um recasamento após uma dissolução seja menor. É possível pensar, ainda, em uma correlação entre tipo de união e educação da mulher. Tomando a educação como "proxy" para qualidade ou melhores atributos, então pode-se dizer que mulheres de melhor qualidade ou com melhores atributos no mercado matrimonial tenderiam a se casar com homens também com melhores atributos e, devido ao seu maior poder de barganha, viver em uniões formais. Por outro lado, mulheres com piores atributos tenderiam a ter mais dificuldade em encontrar parceiros com bons atributos e/ou relações mais estáveis. Portanto, a incidência de uniões consensuais seria maior entre as mulheres de menor escolaridade.

Esperamos que a razão da dissolução também tenha poder explicativo sobre a probabilidade de recasamento. A literatura indica que as descasadas se recasam com maior facilidade, vis à vis as viúvas. Isto porque as descasadas romperam suas uniões por opção, ao contrário das viúvas. Além disso, é importante mencionar o fato de que, em muitos casos, a busca por um novo parceiro ocorre antes mesmo do descasamento. É possível que um casamento se sustente porque seu ganho é maior do que a opção de ficar solteiro (a). Tão logo um dos parceiros considere a opção de um recasamento com maior ganho, então a chance de descasamento aumenta. Desta forma, espera-se que a relação da covariável *razdiss* com o recasamento seja positiva.

Filhos são capital específico do casamento ao qual eles pertencem e podem, inclusive, se constituir em barreiras à formação de uniões posteriores. A teoria econômica diria que quanto maior o número de filhos de uniões anteriores, menor a chance da mulher recasar, dado que aos homens não interessa ter que criar e cuidar de filhos que não são seus. Em

outras palavras, mulheres que têm filhos do casamento anterior têm maior dificuldade em recasar. Logo, esperamos que a presença de filhos da união anterior (covariável *filhant*) reduza o risco de recasamento.

No que se refere ao local de residência da mulher, esperamos que os padrões de recasamento também sejam diferenciados. Novamente, com base na média, nossa hipótese é a de que o estado do Rio de Janeiro está na vanguarda no que diz respeito aos arranjos familiares, seguido pelo estado de São Paulo e, por último, o Nordeste.

As hipóteses a respeito do recasamento estão apresentadas de forma esquemática no próximo item.

VII.3 HIPÓTESES

Quanto ao Modelo 2 - RECASA, as hipóteses são as que se seguem:

1. O risco de recasamento da mulher é tanto maior quanto menor for a sua idade.
2. O risco de recasamento da mulher é tanto maior quanto mais jovem ela tiver rompido a união anterior.
3. O risco de recasamento da mulher é tanto maior quanto menor for o seu número de filhos da(s) união(ões) anterior(es).

4. O risco de recasamento da mulher é maior se o motivo da ruptura da união anterior for o descasamento, vis à vis a viuvez.

5. O risco de recasamento da mulher é maior entre as que moram no Rio de Janeiro, seguido por São Paulo e, por último, o Nordeste, onde o risco deverá ser o menor dos três.

O próximo item trata da metodologia adotada para o ajuste do modelo.

VII.4 MÉTODOS

Assim como no descasamento, o ajuste do modelo de recasamento será feito através do modelo de riscos proporcionais de Cox, cuja variável resposta é o tempo até a ocorrência da falha e a razão dos riscos ou "hazard ratio" independe do tempo de exposição ao risco de sofrer o evento. Estamos modelando o tempo de exposição ao risco de recasamento, representado pela variável *laguni*.

Como já foi visto anteriormente, o modelo de riscos proporcionais de Cox pode ser descrito como

$$\ln \lambda(t) = \ln \lambda_0 + \beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_p x_p \quad (9)$$

onde

$$\lambda(t)$$

é a função risco,

x_1, x_2, \dots, x_p são as co-variáveis ou variáveis explicativas, e

$\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_p$ são os coeficientes.

O "hazard ratio" ou razão dos riscos é dada por e^{β} .

A seguir, são apresentados os resultados obtidos através do ajuste do modelo de recasamento, bem como a análise destes resultados.

VII.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

VII.5.1 MODELO SEMI-PARAMÉTRICO DE COX

O modelo de recasamento é apenas indicativo dos possíveis efeitos de variáveis sócio-econômicas e demográficas sobre o risco de recasar. Não foi feita nenhuma estimativa da função de sobrevivência ou tampouco testes a respeito da proporcionalidade entre os riscos. Desta forma, a fim de trabalharmos com o modelo de Cox, estamos assumindo que os riscos de recasar são proporcionais nas diferentes categorias de cada variável, independente do tempo de exposição ao risco de sofrer o evento. Neste caso, não temos problemas quanto a variáveis dependentes do tempo.

Testes univariados indicam que todas as covariáveis, exceto a que se refere ao local de residência, se mostraram significantes e, por esta razão, foram incluídas no modelo. A

possível colinearidade entre as covariáveis *filhant* e *durac*, juntas no Modelo 2.5, foi descartada. O cruzamento destas covariáveis revelou que o efeito da duração da primeira união sobre o risco de recasar independe do número de filhos daquela união. Desta forma, ambas foram incluídas no mesmo modelo.

Modelo Básico RECASA

O modelo básico do recasamento inclui as covariáveis *educ* e *razdiss* e *consenso*, já que elas não são determinadas simultaneamente. As demais covariáveis serão acrescentadas ao modelo aos poucos, a fim de melhorar o ajuste e tentar explicar o fenômeno do recasamento sob o ponto de vista dos determinantes sócio-econômicos e demográficos. A comparação dos demais modelos terá como referência o modelo básico, a fim de verificarmos possíveis mudanças de sinal ou de magnitude dos coeficientes em relação ao que foi considerado como base. O objetivo desta comparação é tentar explicar o que está por trás destas mudanças.

O Quadro 16 apresenta as razões de riscos e os valores de *t* (entre parênteses) para cada uma das covariáveis do Modelo Básico.

QUADRO 16
Razões de Riscos e Valores de *t* (entre parênteses)
Modelo Básico RECASA
Mulheres de 15 a 54 anos
Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

razdiss1	0.59 (-10.48)***
consens2	1.30 (+5.70)***
educ1	1.06 (+1.11)
educ2	1.16 (+2.50)**
educ3	1.33 (+4.56)***
educ5	0.91 (-0.73)

Pseudo-R² = 0.005

N obs = 6331

Máxima Verossimilhança = -18354.68

Qui-Quadrado = 174.21

* significante a 10%

** significante a 5%

*** significante a 1%

Como era esperado, o risco de recasamento das viúvas é menor que o risco das descasadas. O fato do descasamento ser geralmente uma escolha faz com que a mulher esteja mais aberta a novos relacionamentos e até mesmo desejando recasar. Além disso, deve-se ter em mente que a procura por um novo parceiro pode se dar antes mesmo do descasamento. As viúvas, ao contrário, não decidiram pelo rompimento da união, o que pode levá-las ao não desejo de novo relacionamento ou à demora em recasar.

Mulheres cuja primeira união foi consensual têm risco de recasamento 30% maior que as mulheres com primeira união formal. Com isso, o resultado do ajuste do modelo de

descasamento se confirma: as uniões consensuais são de fato instáveis, mas as mulheres tendem a compensar esta instabilidade com um maior risco de recasamento. Portanto, não nos parece apropriado dizer que as mulheres cuja primeira união foi consensual possuem piores atributos que dificulte uma segunda união.

No que se refere à educação, os resultados obtidos são coerentes com o modelo de descasamento. Lá as mulheres de maior escolaridade têm maior risco de descasamento, já que o seu maior nível de renda faz com que elas sejam independentes financeiramente e, porque não, mais exigentes com seus maridos. Aqui, apesar de *educ1* e *educ5* não serem significantes, as mulheres de maior escolaridade têm menor risco de recasamento, indicando que, de fato, elas são independentes o suficiente para garantirem o próprio sustento, sem a necessidade de um provedor. É importante lembrar que o não recasamento das de maior escolaridade pode ser devido a uma opção deliberada. Parece interessante especularmos sobre as possíveis razões desta escolha. Seria o "antes só que mal acompanhada"?

Modelo 2.1 RECASA

O próximo passo é a retirada da variável explicativa *consenso*. Esperamos que haja uma correlação entre o fato da primeira união ter sido consensual e a educação da mulher, de forma que a retirada da covariável poderia inverter a direção da relação ou fazer com que os coeficientes perdessem a significância. Os resultados para o Modelo 2.1 RECASA estão no quadro 17.

QUADRO 17

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 2.1 RECASA

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

razdiss1	0.59 (-10.48)***
educ1	1.08 (+1.34)
educ2	1.17 (+2.65)***
educ3	1.32 (+4.36)***
educ5	0.91 (-0.80)

Pseudo-R² = 0.004

N obs = 6331

Máxima Verossimilhança = -18370.28

Qui-Quadrado = 143.02

- * significante a 10%
- ** significante a 5%
- *** significante a 1%

A retirada da covariável *consenso* não teve nenhum efeito sobre a educação, ao contrário do esperado. Isto significa que as uniões consensuais parecem ocorrer entre as mulheres de diferentes níveis educacionais. Tabulações mostram que isto é verdade, exceto para as de maior escolaridade, já que 29.8% são analfabetas, 22.4% têm primário incompleto, 16.2% têm primário completo, 29.0% têm de 5 a 11 anos de estudo e apenas 2.6% estão entre as de maior escolaridade.

Dada a importância da união consensual sobre o risco de recasamento, decidimos por manter esta variável no modelo.

Modelo 2.2 RECASA

O Modelo 2.2 inclui a covariável *filhant*. Esperamos que mulheres com filhos na união anterior tenham menor risco de recasar. O Quadro 18 apresenta os resultados.

QUADRO 18

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 2.2 RECASA

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

razdiss1	0.62 (-9.36)***
consens2	1.28 (+5.47)***
educ1	1.09 (+1.60)
educ2	1.18 (+2.80)***
educ3	1.35 (+4.71)***
educ5	0.88 (-0.10)
filhant1	1.31 (+4.09)***
filhant2	1.07 (+1.13)
filhant4	0.90 (-1.43)
filhant5	0.83 (-3.11)***

Pseudo-R² = 0.006

N obs = 6331

Máxima Verossimilhança = -18327.62

Qui-Quadrado = 228.34

* significante a 10%

** significante a 5%

*** significante a 1%

O número de filhos da união anterior se comporta exatamente como o previsto, apesar de que *filhant2* e *filhant4* não são significantes. Ainda assim, pode-se dizer que as mulheres com mais filhos têm menor chance de recasar, sugerindo que os homens não desejam mulheres com filhos do casamento anterior. Quanto às demais covariáveis, os resultados permanecem os mesmos encontrados no modelo básico.

Modelo 2.3 RECASA

Este modelo tem como objetivo verificar o efeito da duração da primeira união sobre o risco de recasar. O resultado esperado é o de que a duração da união anterior funcione como "proxy" para os ganhos do casamento. Em outras palavras, esperamos um efeito positivo da covariável *durac* sobre o risco de recasar.

QUADRO 19

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 2.3 RECASA

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

razdiss1	0.65 (-8.69)***
consens2	1.30 (+5.65)***
educ1	1.24 (+3.92)***
educ2	1.27 (+4.00)***
educ3	-1.39 (+5.17)***
educ5	0.80 (-1.76)*
durac1	1.31 (+3.74)***
durac3	0.70 (-6.67)***
durac4	0.44 (-12.82)***
durac5	0.30 (-15.11)***
durac6	0.23 (-18.04)***

Pseudo-R² = 0.023

N obs = 6331

Máxima Verossimilhança = -18009.83

Qui-Quadrado = 863.92

* significante a 10%

** significante a 5%

*** significante a 1%

A duração da primeira união afeta o risco de recasar negativamente. Em outras palavras, isto quer dizer que as mulheres cuja união anterior foi longa têm um menor risco de recasamento. O risco de recasar daquelas cuja primeira união durou até 1 ano é 31% maior que o risco das que ficaram casadas entre 1 e 5 anos completos. Para as que ficaram casadas de 5 a 10 anos, este risco cai para 70% do risco do grupo de referência. Para os casamentos que duraram entre 10 e 15 anos, o risco é de 44%; para os de duração entre 15 e 20 anos, 30% e, para os que duraram mais de 20 anos, apenas 23%. Dois fatores podem estar por trás deste resultado contrário ao postulado pela teoria econômica. Em primeiro lugar, a duração da primeira união está correlacionada à idade à dissolução da primeira união, ou seja, as mulheres cuja união anterior foi longa têm maior probabilidade de serem mais velhas. Ao serem mais velhas, a chance de recasar diminui devido ao culto à beleza e juventude da mulher. A outra possível explicação está no "efeito ressaca": a união anterior foi tão longa e "chata" que a mulher opta por não recasar. Desta forma, ao contrário da nossa hipótese, a duração da união anterior não é boa "proxy" para os ganhos do casamento.

É curioso notar que, neste modelo, a covariável *educ* passa a ser altamente significativa. O formato da curva é um "J" invertido, de forma que o risco de recasamento vai aumentando à medida em que a mulher passa de analfabeta para 1 a 3 anos de estudo e primário completo, caindo a partir de então, chegando ao menor risco quando a mulher tem mais de 12 anos de estudo. Este resultado reforça o "antes só que mal acompanhada" já esboçado no modelo básico.

Modelo 2.4 RECASA

O próximo teste se refere à idade à dissolução da primeira união. Esperamos que as mulheres que eram mais velhas na época da dissolução da primeira união tenham menor risco de recasamento devido ao fato dos homens preferirem mulheres mais jovens.

QUADRO 20

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 2.4 RECASA

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

razdiss1	0.61 (-9.63)***
consens2	1.28 (+5.46)***
educ1	1.06 (+1.06)
educ2	1.15 (+2.37)**
educ3	1.33 (+4.47)***
educ5	0.92 (-0.61)
iddiss1	1.16 (+1.91)*
iddiss2	1.26 (+3.76)***
iddiss3	1.27 (+4.07)***

iddiss5	1.21 (+1.59)
iddiss6	1.20 (+0.75)
iddiss7	0.67 (-0.40)

Pseudo-R² = 0.005

N obs = 6331

Máxima Verossimilhança = -18344.47

Qui-Quadrado = 194.64

- * significante a 10%
- ** significante a 5%
- *** significante a 1%

Os resultados indicam que, assim como no Modelo Básico, as covariáveis *educ1* e *educ5* perdem a significância. A idade à dissolução da primeira união só é significativa até os 29 anos, vis à vis o grupo de referência, composto pelas mulheres de 30 a 39 anos. Portanto, o risco de recasamento varia somente se a mulher se descasa ou enviúva até os 39 anos. A partir de então, a idade à dissolução não afeta o recasamento. As mulheres que dissolveram a primeira união ainda na adolescência tem um risco de recasamento 16% superior ao risco das mulheres de 30. Se a dissolução ocorre entre os 18 e os 22 anos, então o risco de recasar é 26% maior que o risco daquelas cuja dissolução se deu entre os 30 e os 39 anos, contra os 27% daquelas cujo descasamento ou viuvez ocorreu entre 23 e 29 anos. O fato de encontrarmos maior risco de recasamento entre as mulheres com dissolução da primeira união entre 18 e 22 anos ou 23 a 29 anos, com relação àquelas que dissolveram a primeira união na adolescência, é aparentemente surpreendente. Este resultado pode estar associado

com um possível efeito permanentemente negativo da união -- não raro associada à gravidez -- na adolescência.

Modelo 2.5 RECASA

O Modelo 2.5 faz uma tentativa de controlar o impacto da variável duração da primeira união pelo número de filhos desta união, já que as mulheres cujas uniões duraram mais tempo têm maior chance de terem tido filhos. Os resultados estão no Quadro 21.

QUADRO 21

Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)

Modelo 2.5 RECASA

Mulheres de 15 a 54 anos

Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

razdiss1	0.67 (-7.90)***
consens2	1.28 (+5.30)***
educ1	1.26 (+4.06)***
educ2	1.28 (+4.15)***
educ3	1.40 (+5.30)***
educ5	0.76 (-2.14)**

durac1	1.24 (+2.95)***
durac3	0.71 (-6.42)***
durac4	0.45 (-12.61)***
durac5	0.29 (-15.29)***
durac6	0.21 (-18.81)***
filhant1	1.53 (+6.37)***
filhant2	1.00 (0.07)
filhant4	0.89 (-1.67)*
filhant5	0.89 (-1.88)*

Pseudo-R² = 0.026

N obs = 6331

Máxima Verossimilhança = -17972.21

Qui-Quadrado = 939.17

- * significante a 10%
- ** significante a 5%
- *** significante a 1%

Os resultados indicam que este modelo é o que melhor explica o risco de recasamento, tendo por base os determinantes sócio-econômicos e demográficos.

As viúvas têm 67% do risco de recasamento das descasadas, enquanto que as unidas consensualmente tem um risco de recasar 28% maior que as unidas formalmente.

O risco de recasamento das analfabetas é 26% maior que o risco das que tem 5 a 11 anos de estudo, caindo para 25% entre as com primário incompleto e subindo para 28% entre aquelas com primário completo. Para as de maior escolaridade, o risco de recasamento é menor que as pertencentes ao grupo de referência (5-11 anos de estudo): apenas 76%.

Os resultados para a duração da primeira união, quando controlada pelo número de filhos desta união, são os mesmos obtidos para o Modelo 4, ou seja, o efeito é negativo, de forma que quanto maior a duração da união anterior, menor o risco de recasamento.

Quanto ao número de filhos da primeira união, somente *filhant2* (1 filho) não é significante em relação a *filhant3* (2 filhos). Em outras palavras, isto quer dizer que o risco de recasamento de uma mulher que tem 1 filho não difere do risco daquela que tem 2 filhos. O risco de recasamento das sem filhos é 53% maior que o risco das que têm 2 filhos da união anterior. Quando a mulher têm 3 ou mais filhos, o risco cai, sugerindo que um número maior de filhos dificulta a formação de uma nova união.

CAPÍTULO VIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do descasamento e recasamento é um assunto sério, pode ser tratado de forma científica e tem relevância social. Um dos arcabouços teóricos que enfocam a questão da nupcialidade é a teoria econômica, baseada no processo de tomada de decisão racional. Segundo ela, o indivíduo optará pelo descasamento se os seus ganhos forem superiores aos ganhos de permanecer casado. Se os ganhos de recasar forem maiores que aqueles obtidos no estado *descasado*, então a escolha do indivíduo é em direção ao recasamento.

Respaldados pela teoria econômica e com o objetivo de verificar os determinantes sócio-econômicos e demográficos do descasamento e recasamento, procuramos responder as perguntas feitas por todos aqueles que se interessam pelo assunto, sejam eles cientistas ou meros curiosos. A análise dos dados confirma, de modo geral, as hipóteses da teoria econômica e até mesmo as do senso comum. Um resumo dos resultados será apresentado a seguir.

✕ Filho segura casamento?

Sim, segura, desde que ele seja legítimo, ou que ele tenha até 1 ano de idade, ou ainda que sejam muitos filhos -- 3 ou mais. Mulheres com o filho mais velho ilegítimo estão entre as que têm maior risco de descasamento, seguidas daquelas que utilizaram o casamento como forma de legitimação da criança, ou seja, aquelas que casaram grávidas. O menor risco de descasamento pertence às mulheres cujos primogênitos nasceram a partir de 8 meses após

o casamento. Mulheres cujo filho mais novo tem até 12 meses são aquelas com menor risco de descasamento, confirmando a hipótese de Becker. Quanto ao número de filhos, ter apenas 1 filho não faz diferença em relação a ter 2 filhos quando se fala em risco de descasar, o que pode estar sugerindo que a tática de engravidar para segurar o casamento não funciona. Se levarmos em conta a coorte de nascimento da mulher, o fato de ter filhos por si só não segura casamento.

‡ Mulher que tem filho arruma outro marido?

Sim, mas é bom lembrar que quanto mais filhos do primeiro casamento, menor o risco de recasamento. Mulheres sem filhos são as que têm maior chance de recasar, ao contrário daquelas com 3 ou mais filhos, com o menor risco de recasar.

↓ Casar muito cedo aumenta o risco de separação?

Sim, aumenta. As uniões iniciadas na adolescência são as que têm maior risco de dissolução. Nossa hipótese é de que as mulheres adolescentes ainda são imaturas e, por esta razão, despreparadas para o casamento. Além disso, o casamento na adolescência pode estar ligado à gravidez pré-casamento, que aumenta o risco de dissolução da união.

↘ Casar de papel passado torna a união mais estável?

Os resultados indicam que as mulheres em união consensual estão entre as que têm maior risco de descasar, sugerindo que as uniões consensuais no Brasil ainda são instáveis e pouco seguras. O estudo do recasamento comprova isto, já que as mulheres cuja primeira

união foi consensual têm maior risco de recasar.

Homem prefere mulher mais nova?

Com base na distribuição relativa da diferença de idade marido-mulher, diríamos que sim. Isto porque 67% das mulheres são casadas com homens mais velhos, 15% com homens da mesma idade e 18% com homens mais novos. Os resultados da diferença de idade marido-mulher no modelo ajustado corroboram o que foi dito anteriormente, já que as mulheres cujos maridos são mais novos são as que têm maior risco de descasar.

Se o primeiro casamento durou muito, o segundo também dura?

Contrariando as nossas expectativas, não. Esperaríamos que um primeiro casamento longo aumentaria as chances de recasamento da mulher, já que esta duração longa seria um indicador de que os ganhos desta união foram elevados, mas os resultados apontaram na direção oposta, ou seja, as mulheres cuja primeira união foi longa têm menos chance de recasar. As possíveis explicações para este fato são duas. A primeira delas, bastante machista, diria que as mulheres cuja primeira união foi longa são mais velhas e, por isso, menos cobiçadas pelos homens, que tanto valorizam a beleza e a juventude feminina. A outra explicação foi chamada de efeito-ressaca, segundo a qual a justificativa para o não recasamento destas mulheres está em uma opção deliberada por permanecer só, baseada no fato de que o primeiro casamento foi longo e "chato" o suficiente para desencorajar uma nova tentativa.

4 E a situação das descasadas vis à vis as viúvas?

↳ Quem se casa de novo com maior facilidade?

As descasadas têm maior chance no mercado matrimonial. Uma explicação está no fato de que as descasadas romperam a união deliberadamente, ou seja, foi um processo de tomada de decisão racional. As viúvas, ao contrário, não tiveram escolha entre continuar casadas ou dissolver a união. Outro ponto importante está na busca por um novo parceiro: enquanto que as descasadas podem fazê-lo antes do rompimento, as viúvas muitas vezes não se conformam com a perda do marido e/ou optam por permanecer sozinhas.

1 Quem se separa mais: mulheres com maior ou menor escolaridade?

↳ E qual dos dois grupos se casa pela segunda vez com maior facilidade?

Nossos resultados mostram que as de maior escolaridade se descasam mais e se recasam menos, o que é absolutamente coerente. Mulheres de maior escolaridade em geral são as de maior nível de renda, o que as torna independentes financeiramente e, portanto, independentes de alguém que as sustente. Além disso, esta independência financeira torna as mulheres mais exigentes e menos tolerantes às idiossincrasias do parceiro. Estas mulheres podem, com isso, optar por viver só.

↳ As mulheres mais novas estão se separando mais?

Segundo os resultados obtidos, a análise de coorte sugere que o padrão de descasamento difere segundo a coorte de nascimento da mulher, apesar das taxas de

descasamento no período ainda serem bastante baixas. As mulheres nascidas na década de 60 se descasam com menos tempo de casadas que as mulheres nascidas nas décadas de 30, 40 e 50, de forma que o risco de descasamento das mulheres das diferentes coortes depende da sua coorte de nascimento. Muitas das mulheres mais velhas só descasam na época das bodas de prata, enquanto que as uniões das mais novas não resistem à crise dos 4 anos.

7 Será que as mulheres residentes no estado do Rio de Janeiro estão mais na vanguarda em termos de arranjos matrimoniais quando comparadas às residentes em São Paulo e no Nordeste?

Para a nossa surpresa, não. O risco de descasar e recasar não varia de acordo com o local de residência da mulher. Isto nos remete à teoria da difusão e à importância dos veículos de comunicação de massa na uniformização das normas e dos valores que regem as sociedades. A televisão, sobretudo a Rede Globo, é o veículo de maior penetração nos domicílios brasileiros. As suas novelas, que se baseiam no quotidiano carioca, possivelmente levam à reprodução deste padrão de comportamento nos quatro cantos do país. Portanto, a mídia pode estar funcionando enquanto mecanismo difusor de um padrão de comportamento tido como vanguarda, que considera o descasamento e o recasamento como algo socialmente aceito e bastante comum.

Um tema que merece ser aprofundado é a questão das uniões consensuais. Dada a sua importância e instabilidade no Brasil e a sua conotação de estabilidade nos países desenvolvidos, elas mereciam um capítulo a parte, mas isto fugiria do que foi proposto inicialmente. Talvez elas possam ser assunto de trabalho futuro.

As estratificações do modelo de descasamento, por sua vez, devem ser feitas com a base de dados que classifique as viúvas de forma correta, ou seja, que utilize as informações referentes às viúvas até a morte de seus maridos e, a partir de então, censure estas observações. Este é outro ponto que merece atenção no futuro.

Cabe uma ressalva quanto às variáveis explicativas referentes ao número de filhos tidos e à idade do filho mais novo no modelo de descasamento. Como estas variáveis são dependentes do tempo e assumimos que elas não variam ao longo do tempo, é preciso cautela na interpretação destes resultados.

Por fim, esperamos ter conseguido mostrar que o estudo da nupcialidade pode ser um fim em si mesmo. Já se foi o tempo em que a justificativa para trabalhos nesta área estava somente na sua importância para os estudos de fecundidade. Hoje em dia, com a diversidade e o fácil acesso aos métodos contraceptivos, a flexibilidade dos arranjos matrimoniais e o divórcio, a nupcialidade deixou de ser a variável-chave para estudar a fecundidade. Atualmente, o casamento não é condição suficiente e muito menos necessária para que a mulher tenha filhos. Por outro lado, um estudo dos casamentos, descasamentos e recasamentos pode ser fundamental no entendimento de questões mais amplas que envolvem a relação dos indivíduos com a sociedade, tais como a inserção da mulher no mercado de trabalho e a pobreza. Por último, a nupcialidade é capaz de jogar alguma luz sobre um

assunto controvertido e por demais complicado: os relacionamentos afetivos e os diferentes tipos de formação e dissolução de famílias. Se as relações deixaram de ser um "viveram felizes para sempre" e se transformaram em um "casa-separa", então o que se busca, cada vez mais, é o "começar de novo".

APÊNDICE I

O Quadro A apresenta as razões de risco e valores de t para o Modelo Amostra referente ao rompimento, no qual as viúvas são consideradas descasadas ao invés de terem sido censuradas.

QUADRO A
 Razões de Riscos e Valores de t (entre parênteses)
 Modelo Amostra - ROMPIMENTO
 Mulheres de 15 a 54 anos
 Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste

Covariável	Modelo A	Modelo B	Modelo C	Modelo D
iduni11	1.77 (+6.91)***	1.44 (+4.45)***	2.13 (+8.93)***	1.63 (+5.83)***
iduni12	1.36 (+3.50)***	1.10 (+1.08)	1.59 (+5.14)***	1.31 (+3.04)***
difidad1	0.46 (-5.82)***	0.50 (-5.12)***	0.45 (-6.25)***	0.45 (-6.01)***
difidad2	0.35 (-8.16)***	0.44 (-6.52)***	0.34 (-8.69)***	0.34 (-8.61)***
difidad3	0.40 (-8.11)***	0.50 (-6.02)***	0.40 (-8.09)***	0.40 (-8.08)***
difidad5	1.50 (+2.55)**	1.59 (+2.94)***	1.55 (+2.29)**	1.55 (+2.76)**
difidad6	7.82 (+20.80)***	5.23 (+16.59)***	7.74 (+20.59)***	7.46 (+20.26)***
coonasc1	0.60 (-5.79)***	0.49 (-8.07)***	0.60 (-5.70)***	0.48 (-7.92)***
coonasc3	2.41 (+9.43)***	2.87 (+11.12)***	2.33 (+8.98)***	3.01 (+11.45)***

coonasc4	11.87 (+19.68)***	14.59 (+20.64)***	9.03 (+16.87)***	19.24 (+21.18)***
educ1	0.54 (-7.13)***	0.55 (-6.98)***	0.66 (-4.56)***	0.59 (-6.01)***
educ2	0.58 (-6.29)***	0.60 (-5.75)***	0.68 (-4.32)***	0.62 (-5.32)***
educ3	0.66 (-4.48)***	0.64 (-4.82)***	0.71 (-3.73)***	0.68 (-4.20)***
educ5	1.33 (+1.93)	1.17 (+1.06)	1.22 (+1.31)	1.28 (+1.63)
consens2	3.57 (+16.98)***	2.60 (+12.29)***	3.33 (+16.06)***	3.60 (+16.98)***
religi2	1.36 (+2.88)***	1.27 (+2.27)**	1.42 (+3.29)***	1.40 (+3.15)***
legitim1		11.50 (+11.90)***		
legitim2		24.29 (+18.27)***		
legitim3		4.47 (+7.17)***		
legitim5		3.86 (+7.44)***		
legitim6		3.85 (+6.85)***		
legitim7		3.80 (+6.11)***		
nascido1			1.62 (+3.61)***	
nascido2			1.78 (+6.17)***	
nascido4			0.72 (-3.25)***	
nascido5			0.57 (-6.26)***	

ultimo1				1.83 (+4.58)***
ultimo2				0.51 (-4.77)***
ultimo4				1.60 (+5.18)***
ultimo5				2.23 (+6.53)***
Pseudo R ²	0.11	0.16	0.12	0.12
N obs	7996	7996	7996	7996
Máx. Verossim.	-8004.73	-7534.01	-7928.20	-7955.18
Qui-Quadrado	1983.82	2925.26	2136.86	2082.90

* significante a 10%

** significante a 5%

*** significante a 1%

Comparando estes resultados com o Modelo Amostra - DESCASA, percebemos que as razões de risco são muito semelhantes. Como a coorte mais velha é a que concentra a maior proporção de viúvas, os resultados para esta coorte (*coonascl*) sugerem que, de fato, não há problemas em utilizarmos o rompimento ao invés do descasamento.

APÊNDICE II

A explicação para as estratificações referentes ao Modelo ROMPIMENTO, com base na inspeção visual do estimador de Kaplan-Meier, é a que se segue.

Partindo da análise dos gráficos 2 a 8, as estratificações obedecem às seguintes divisões:

- a. coorte de nascimento,
- b. tipo de união,
- c. diferença de idade marido-mulher,
- d. idade à primeira união, e
- e. condição de legitimidade do primeiro filho.

Para a sub-amostra *a*, as estratificações foram feitas antes da retirada dos "missing values", quando a amostra continha 41816 mulheres. Desta forma, o número de observações em cada um dos estratos é o seguinte:

a. coorte de nascimento (N obs total = 41816)

- (1) 1929-39 (N obs = 8335),
- (2) 1940-49 (N obs = 11282),
- (3) 1950-59 (N obs = 14692), e
- (4) 1960-69 (N obs = 7507).

Para as sub-amostras *b*, *c*, *d* e *e*, as estratificações foram feitas após a retirada dos "missing values", quando a amostra continha 39980 mulheres. Acontece que, com isto, alguns estratos ficaram com um número de observações que excedia a capacidade de leitura do pacote estatístico utilizado (STATA). A solução foi retirar uma amostra aleatória de 50% destes estratos maiores, a fim de resolver o problema computacional. Os estratos amostrados são: uniões consensuais, mulheres mais novas ou da mesma idade de seus maridos, casamentos após os 18 anos e mulheres com primeiro filho legítimo.

Com isso, cada uma das sub-amostras *b*, *c*, *d* e *e* tem um número de observações diferente. Contudo, como a amostra retirada foi de caráter aleatório, os resultados seriam os mesmos obtidos caso estivéssemos trabalhando com a amostra total.

O número de observações para cada um dos estratos das sub-amostras *b*, *c*, *d* e *e* ficou da seguinte forma:

b. tipo de união (N obs total = 22830)

(1) consensual (N obs = 5638), e

(2) formal* (civil, religiosa e civil + religiosa) (N obs = 17192).

c. diferença de idade marido-mulher (N obs total = 23630)

(1) mulher mais nova ou da mesma idade* ¹⁶ (N obs = 16419),

(2) mulher entre 1 e 2 anos mais velha (mais precisamente, 13 a 24 meses) (N obs = 1653), e

¹⁶ Marido e mulher da mesma idade significa até 12 meses de diferença de idade: mulher até 12 meses mais nova ou mulher até 12 meses mais velha.

* Estratos amostrados: amostra aleatória de 50%.

(3) mulher mais de 2 anos mais velha (N obs = 5558).

d. idade à primeira união (N obs total = 25053)

(1) até 18 anos (casamento na adolescência) (N obs = 10125), e

(2) 18 anos e mais* (N obs = 14928).

e. legitimidade do primeiro filho (N obs total = 26161)

(1) mulheres sem filhos (N obs = 4026),

(2) mulheres com filhos legitimados (filhos concebidos antes e nascidos depois da primeira união) (N obs = 3698),

(3) mulheres com filhos legítimos* (filhos concebidos e nascidos depois da primeira união) (N obs = 13845), e

(4) mulheres com filhos ilegítimos (concebidos e nascidos antes da primeira união) (N obs = 4592).

CAPÍTULO XI

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . ALLISON, Paul D. **Event History Analysis: Regression for Longitudinal Event Data**. Sage University Paper series on Quantitative Applications in the Social Sciences, 07-046. Beverly Hills and London, Sage Pubns, 1984.
- . BARROS, R. P. & MENDONÇA, R. S. P. Determinants of Poverty Among Female-headed household. **Anais do 19º Encontro Nacional de Economia**. ANPEC, Curitiba, 1991, vol.3, p.269-280.
- . BASSANEZI, M. S. C. B. As Escolhas Matrimoniais no Velho Oeste Paulista. **Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. ABEP, Caxambú, 1990, vol.1, p.241-257.
- . BECKER, G. S. A Theory of Marriage: Part I. **Journal of Political Economy** 81 (4): 813-846, Jul/Aug 1973.
- . BECKER, G. S. A Theory of Marriage: Part II. **Journal of Political Economy** 82 (2): S13-S46, Mar/Apr 1974.
- . BECKER, G. S. **A Treatise on the Family**. Harvard University Press, 1981.
- . BECKER, G. S., LANDES, E. M. & MICHAEL, R. T. An Analysis of Marital Instability. **Journal of Political Economy** 85 (6): 1141-1187, 1977.
- . BERGSTROM, T. C. & BAGNOLI, M. Courtship as a Waiting Game. **Journal of Political Economy** 101 (1): 185-202, February 1993.
- . BERQUÓ, E. S. & LOYOLA, M. A. União dos Sexos e Estratégias Reprodutivas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População** 1 (1/2): 35-98, Jan/Dez 1984.
- . BERQUÓ, E. S. A Nupcialidade da População Negra no Brasil. **Textos NEPO nº 11**. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987.
- . CARVALHO, J. A. M. & RIOS-NETO, E. L. G. **The Demographic Consequences of Structural Adjustment: the case of Brazil**. Paper apresentado no Seminar on the Demographic Consequences of Structural Adjustment in Latin America, Ouro Preto, 1992.

- . CASTRO, M. G. *Family, Gender and Work. The Case of Female Heads of Household in Brazil (States of São Paulo and Bahia 1950-1980)*. Ph.D. Dissertation, University of Florida, Gainesville, 1989.
- . CASTRO, M. G. *Mulheres Chefes de Família, Esposas e Filhas Pobres nos Mercados de Trabalho Metropolitanos (Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980)*. *Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Caxambú, 1990, vol.2, p.307-333.
- . ENGLAND, P. & FARKAS, G. *Household Formation, Marriage and Divorce*. In: . *Households, Employment, and Gender - A Social, Economic, and Demographic View*. Aldine de Gruyter, 1986, cap.3, p.31-72.
- . FARIA, V. E. *Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: consequências não antecipadas*. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989.
- . GOLDANI ALTMANN, A. M. *Os Aspectos Formais para o Estudo da Fecundidade e Nupcialidade*. *Anais do Primeiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. ABEP, Campos do Jordão, 1978, p. 310-379.
- . GOLDANI ALTMANN, A.-M. & WONG, L. R. *Padrões e Tendências da Nupcialidade no Brasil*. *Anais do Segundo Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. ABEP, Águas de São Pedro, 1980, p. 343-415.
- . GOLDANI, A. M., McCracken, S. D. & Pullum, T. W. *Demographic Change and Stability in Brazil During a Period of Economic Crisis*. Paper apresentado no Encontro Anual da PAA, Baltimore, 1989.
- . GOLDANI, A.M. *Women's Transitions: The Intersection of Female Life Course, Family and Demographic Transition in Twentieth Century Brazil*. Ph.D. Dissertation, University of Texas at Austin, 1989.
- . GOMES, E. U. S. *Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal*. *Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. ABEP, Brasília, 1992, vol. 1, p.243-261.
- . GREENE, M. E. *The Importance of Being Married: Marriage Choice and Its Consequences*. Ph.D. Dissertation, University of Pennsylvania, 1991a.
- . GREENE, M. E. *Marriage Choice and Fertility in Brazil*. Paper apresentado no Demographic and Health Survey Conference, Washington, D.C., 1991b.

- . GREENE, M. E. Formal and Informal Marriage in Brazil: Changes and Consequences for Family Structure. **Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. ABEP, Brasília, 1992, vol. 1, p.165-206.
- . GROSSBARD-SHECTMAN, A. S. **On the Economics of Marriage: A Theory of Marriage, Labor, and Divorce**. Boulder, Westview Press, 1993.
- . KOGUT, E. L. **Análise Econômica do Fenômeno Demográfico no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976.
- . LAZO, A. C. G. V. Avaliação das Histórias de Uniões do Suplemento de Fecundidade na PNAD-84 do Estado de São Paulo. In: SAWYER, D. O. (org.). **PNADs em Foco: Anos 80**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988, p. 251-275.
- . LAZO, A. C. G. V. **Nupcialidade em São Paulo: Um Estudo por Corte e Coorte**. Campinas, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1991.
- . LEBRUN, F. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. In: MARCÍLIO, M. L. **População e Sociedade**. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 171-192.
- . MADEIRA, F. R. Notas Preliminares sobre a Evolução da Idade Média ao Casar no Estado de São Paulo neste Século: algumas considerações à perspectiva histórico-estrutural. **Anais do I Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. ABEP, Campos do Jordão, 1978, p.437-453.
- . MANSER, M. & BROWN, M. Marriage and Household Decision-Making: A Bargaining Analysis. **International Economic Review** vol 21, 1980, p.31-44.
- . MARCÍLIO, M. L. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: **População e Sociedade**. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 193-207.
- . MARIN, R. E. A. Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paranaense no Século XIX. **Estudos Econômicos - USP 15** (número especial): 153-167, 1985.
- . MENKEN, J., TRUSSELL, J., STEMPEL, D. & BABAKOL, O. Proportional Hazards Life Table Models: an Illustrative Analysis of Socio-demographic Influences on Marriage Dissolution in the United States. **Demography** 12 (2): 181-200, May 1981.
- . MONTGOMERY, M. & TRUSSELL, J. Models of Marital Status and Childbearing. In: KILLINGSWORTH, M. R. & HECKMAN, J. J. **Handbook of Labor Economics**. Elsevier Science Publishers BV, vol. 1, cap. 3, p.205-271, 1986.

- . MURPHY, M. J. Demographic and Socio-economic Influences on Recent British Marital Breakdown Patterns. *Population Studies* 39: 441-460, 1985.
- . NIZZA DA SILVA, M. B. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- . OLIVEIRA, J. C. *Fecundidade e Nupcialidade no Brasil e nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte: tendências passadas e perspectivas*. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- . OLIVEIRA, M. C. & BERQUÓ, E. *Nuptiality and Crisis: Brazil in the Eighties*. Paper apresentado no Seminar on the Demographic Consequences of Structural Adjustment in Latin America, Ouro Preto, 1992.
- . RIOS, A. M. L. *Família Negra no Pós-Abolição (Paraíba do Sul, 1889-1920)*. *Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. ABEP, Caxambú, 1990, vol.1, p.211-239.
- . ROSE, A. Socio-Economic Factors and Family Size as Determinants of Marital Dissolution in Italy. *European Sociological Review* 8 (1): 71-91, May 1992.
- . SAMARA, E.M. *Família, Divórcio e Partilha de Bens em São Paulo no Século XIX*. *Estudos Econômicos - USP* 13 (número especial): 787-797, 1983.
- . SARACENO, C. *Sociologia da Família*. Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária Nº 91, 1992.
- . SILVA, N. V. Padrões de Nupcialidade no Brasil (1940-1970). *Boletim Demográfico* 9 (4): 5-25, abril/junho 1979.
- . SLENES, R. W. *Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)*. *Estudos Econômicos - USP* 17 (2) : 217-227, maio/ago 1987.
- . TRUSSELL, J. & BLOOM, D. E. Estimating Co-variates of Age at Marriage and First Birth. *Population Studies* 37: 403-416, 1983.
- . UNITED NATIONS. *Patterns of First Marriage: Timing and Prevalence*. New York, Department of International Economic and Social Affairs, 1990.
- . VIEIRA, P. M. R. D. & RIOS-NETO, E. L. G. *Casa-Separa: um estudo do descasamento e recasamento*, Rio de Janeiro e São Paulo, 1984. *Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. ABEP, Brasília, 1992, vol.1, p. 207-226.

VIEIRA, P. M. R. D. & RIOS-NETO, E. L. G. **Marriages that do not last forever: a comparative case study of dissolutions, Brazil.** Paper apresentado na 1993 PAA Annual Meeting, Cincinnati, Ohio, 1993.